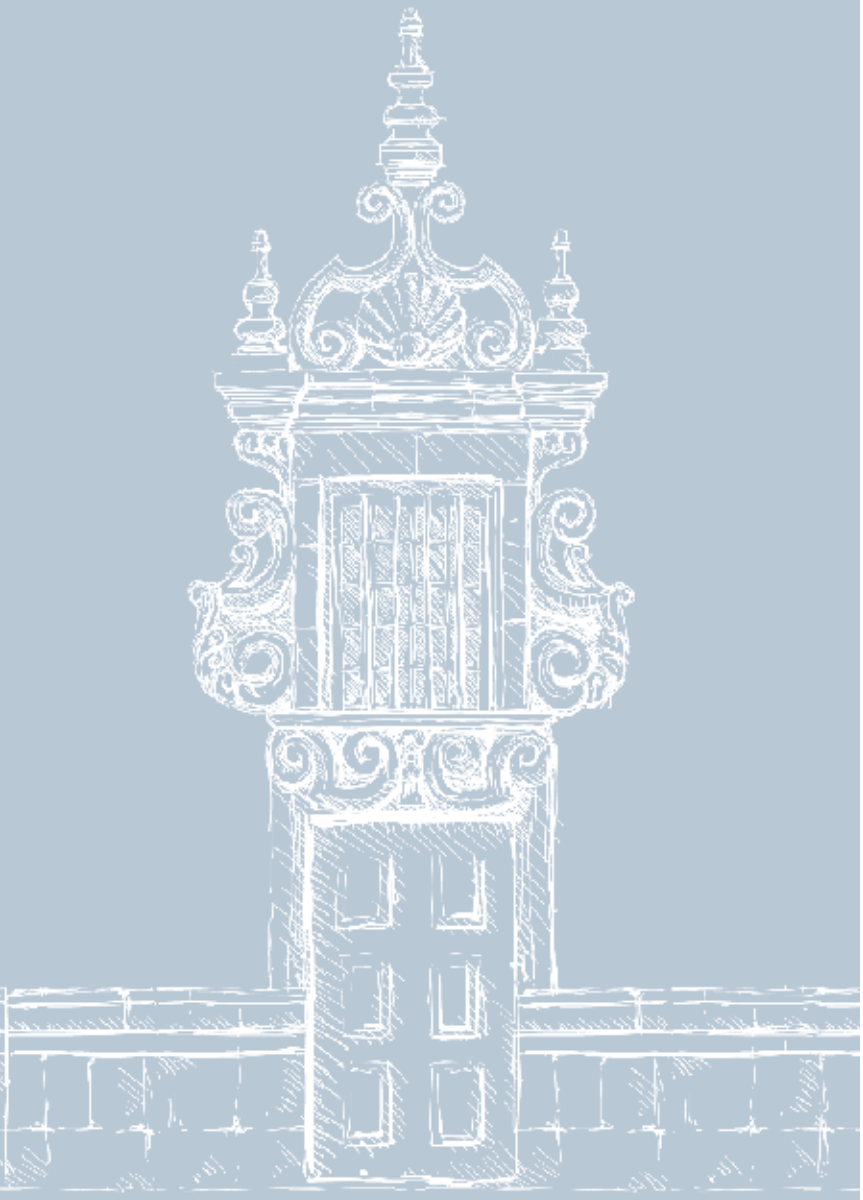
INSVLANA

ÓRGÃO DO INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA



JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO

O HOMEM E A OBRA

1880 - 1957

★
LXV
2009

INSVLANA

ÓRGÃO DO INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA
ISSN: 0872-6035 Dep. Legal: 79968/94 Tiragem: 350 exemplares
Distribuição gratuita aos sócios do Instituto

Fundada em 1944
por
Humberto Bettencourt, Rodrigo Rodrigues, Armando Côrtes-Rodrigues,
José Bruno Carreiro e Francisco Carreiro da Costa

Presidente
Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues

Secretário
João Paulo Constância

Vice-Presidente
Ana Maria Netto de Viveiros

Tesoureiro
Francisco Noronha

Revista INSVLANA

Direcção
Ana Maria Netto Viveiros
Clotilde Cymbron

Secretariado
João Constância

Conselho Editorial

Conselho Cientifico
Madalena San-Bento
Magda Carvalho
Maria da Graça Borges
Tomás Vieira

Conselho de Redacção
Ana Maria Netto Viveiros
Clotilde Cymbron
Gustavo Moura
Paula Lima

Banco de Recolhas

Capa: Carlos Sousa
Execução gráfica: Coingra, Lda.

As opiniões expressas nos textos publicados são da responsabilidade dos Autores

JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO
(1880 - 1957)

NOTA PRÉVIA

NOTA PRÉVIA

Figura açoriana de reconhecido prestígio, José Bruno Tavares Carreiro granjeou notoriedade nacional, afirmando-se na cultura e na política, e marcou, indubitavelmente, os Açores na primeira metade do século XX. Destacado autonomista, fundador do jornal Correio dos Açores e mentor da visita dos intelectuais ao arquipélago, em 1924, Bruno Carreiro foi igualmente um dos sócios fundadores do Instituto Cultural de Ponta Delgada. A sua vida e obra têm sido alvo de estudo por parte de diversos investigadores e é, sem dúvida, uma das personalidades chave da história recente do nosso Arquipélago, designadamente pela preponderância que teve no hoje designado segundo movimento autonomista açoriano.

Em tempo oportuno, por ocasião do cinquentenário da sua morte, em Janeiro de 2007, a Câmara Municipal de Ponta Delgada promoveu um ciclo de conferências intitulado "José Bruno Carreiro, O Homem e a Obra", que culminou com a atribuição a José Bruno Carreiro, a título póstumo, da Medalha de Ouro da cidade, numa cerimónia realizada no Salão Nobre da Câmara, com a presença do Dr. Jaime Gama, Presidente da Assembleia da República.

O ciclo de conferências reuniu investigadores nacionais e regionais, cujos contributos, então apresentados, são peças importantes para o conhecimento da vida e obra de José Bruno Carreiro. Volvidos dois anos após a realização desse ciclo de conferências, e pese embora o Instituto Cultural de Ponta Delgada não ter estado envolvido na organização do evento, entendeu a sua direção propor à edilidade a publicação dos textos das intervenções. Desta forma, o Instituto Cultural gostaria de expressar o seu agradecimento à Família de José Bruno Carreiro pela incondicional colaboração prestada, à Câmara Municipal de Ponta Delgada o apoio concedido e, de forma reconhecida, a todos os autores a pronta disponibilidade no fornecimento dos seus textos.

É, assim, com especial regozijo, que o Instituto Cultural de Ponta Delgada – editor de José Bruno Carreiro pela edição da sua obra *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia* – publica um conjunto de notáveis trabalhos sobre a sua vida e obra e que o faz dedicando-lhe um número do seu órgão de divulgação, a Revista *Insulana*.

A Direcção do ICPD

JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO,
O HOMEM E A OBRA
(nos 50 anos da sua morte)

PROGRAMA
DO COLÓQUIO

JOSÉ BRUNO CARREIRO, O HOMEM E A OBRA (nos 50 anos da sua morte)

25 de Janeiro

I Sessão

10h00 Sessão de Abertura
- Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada
- Padre Pedro Maria Tavares Carreiro (neto do homenageado)

10h30 Mesa-redonda "José Bruno, político e autonomista".
Presidente/Moderador: Professor Doutor Avelino de Meneses, Reitor da Universidade dos Açores
- Dr. Carlos Enes
- Dra. Susana Serpa
- Dr. Carlos Melo Bento

12h00 Pausa para café

12h15 "O Percurso de José Bruno Carreiro, da monarquia constitucional ao Estado Novo", pelo Professor Doutor Carlos Cordeiro.

13h00 Almoço

II Sessão

Presidente da mesa: Professor Doutor José Enes

15h00 "José Bruno Carreiro, cidadão e jornalista", pelo Comendador Manuel Ferreira.

15h45 "O caso Dreyfus analisado por autores açorianos: José Bruno Carreiro e Jaime Brasil", pelo Dr. Mário Mesquita.
16h30 Pausa para café.
17h00 Mesa-redonda: "José Bruno Carreiro, homem de imprensa".
Moderador: Américo Natalino de Viveiros
- Gustavo Moura
- Jorge Nascimento Cabral
- Dr. José Maria Lopes de Araújo

18h00 Debate
19h00 Encerramento.

26 de Janeiro

III Sessão

Presidente da mesa e moderador: Doutor Carlos Riley.
10h00 "José Bruno Carreiro, a autonomia e as finanças regionais", pelo Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira.
10h45 "José Bruno Carreiro e a política internacional", pelo Professor Doutor José Medeiros Ferreira.
11h30 Pausa para café.
11h45 "José Bruno Carreiro e Luís Silva Ribeiro, dois intelectuais açorianos", pelo Dr. Álvaro Monjardino

IV Sessão

Presidente da mesa e moderadora: Professor Doutora Fátima Sequeira Dias
15h00 "José Bruno Carreiro, homem de cultura", pelo Professor Doutor Onésimo de Almeida.
15h45 Pausa para café.
16h15 "José Bruno Carreiro, biógrafo de Antero", pela Dra. Ana Maria Almeida Martins.
Apresentação do livro *Antero de Quental, a construção de uma biografia*:
- Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem.
- Dra. Ana Maria Almeida Martins.

17h30 Debate.
18h00 Encerramento.
18h30 Sessão solene, presidida por Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, com atribuição a título póstumo, da Medalha de Ouro de Ponta Delgada a José Bruno Carreiro (Salão Nobre).

COMUNICAÇÕES

JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO: DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL AO ESTADO NOVO UM PERCURSO AUTONOMISTA

Carlos Cordeiro*

A História tem assistido, nos últimos tempos, à renovação dos estudos biográficos. Após décadas de uma historiografia preocupada, sobretudo, com as análises estruturais sobre a economia, os movimentos sociais, a evolução das mentalidades, em que o homem, ou melhor, o indivíduo parecia ter sido relegado para o limbo da História, regressa o estudo biográfico, não enquanto exercício panegírico, mas na abordagem científica do papel do biografado no ou nos contextos históricos que é preciso compreender.

Não será, propriamente, um estudo biográfico o que, nesta ocasião, nos propomos apresentar sobre tão importante personalidade da cultura, da política e do jornalismo açoriano. O nosso propósito limita-se a, com base na bibliografia e documentação que pudemos consultar, esboçar a intervenção política de José Bruno Tavares Carreiro em contextos históricos bem diferentes como os da Monarquia Constitucional, a I República e o Estado Novo. Não serão mais que ténues traços de um percurso com hiatos bem notórios. E, certamente, isto fica a dever-se não a uma menos relevante participação na vida comunitária, nesses períodos, mas ao facto de não termos acedido a fontes documentais ou outras que, de algum modo, pudessem ilustrar melhor as suas preocupações, os seus propósitos e a indagação das soluções que considerava mais justas e adequadas ao desenvolvimento e bem-estar da sociedade açoriana. Estamos, porém, certos de que a sua influência não deixaria de se fazer notar nos círculos políticos e intelectuais com que mantinha contactos.

E neste percurso não podemos deixar de ter em conta que a vida pública de José Bruno se insere em tempos de grandes mudanças aos mais diversos níveis. Desde logo, a nível

* Professor na Universidade dos Açores.

O texto que aqui se publica resulta do desenvolvimento da comunicação apresentada em 25 de Janeiro de 2007 durante o colóquio "José Bruno Carreiro: o homem e a obra" que, numa outra versão, foi publicado sob o título "Um percurso político: José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957): de abnegado regenerador a autonomista pragmático" em Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 105-128.

internacional, a ocorrência das duas guerras mundiais, com todos os flagelos que delas resultaram. Em termos nacionais, é bem agitado o percurso político: a crise da Monarquia Constitucional, o regicídio, a implantação da República, o autoritarismo estadonovista. Além disso, os movimentos culturais, os avanços da ciência e as inovações tecnológicas, os movimentos sociais, bem como as mudanças, ainda que mais lentas, das mentalidades.

Foi, pois, nesse mundo de profundas alterações que se movimentou José Bruno Carreiro, que, além do mais, e como será aqui competentemente patenteado por outros oradores, foi um importante homem de cultura.

Falta-nos, ainda, uma biografia do nosso homenageado, e é já bem tempo de se ir pensando nessa hipótese, por exemplo, a nível de provas académicas. Não há dúvidas de que a conferência do Dr. João Bernardo Rodrigues, em 1980, aquando do centenário do nascimento de José Bruno, publicada em separata pela *Insulana*[1], é merecedora de vivo elogio pela investigação que comporta e pela compreensão do relevo de José Bruno, não só nos âmbitos do jornalismo e da política, mas também nas áreas da cultura e da administração pública. Mas, trata-se de um texto que resulta de uma conferência, com compreensíveis limitações que isto implica. Estou convencido de que a figura e a obra de José Bruno Tavares Carreiro será ainda objecto de um trabalho científico de qualidade, se bem que se compreendam as dificuldades de a encetar, visto que implicará uma abordagem de tipo interdisciplinar, dadas as actividades em que se envolveu e campos de interesse que cultivou.

A primeira matrícula de José Bruno na Universidade de Coimbra verifica-se no ano lectivo de 1899/1900. Frequentaria, até 1904, a então mais prestigiada Faculdade – a de Direito, que chegaria a ter mais alunos do que as outras juntas. Aí, certamente, conviveu com colegas que, num lado ou no outro das barreiras políticas e ideológicas, viriam a destacar-se na vida política e cultural do País[2]. Condiscípulos seus chegaram a ministros, quer no período da I República[3], quer no do Estado Novo[4]. Outros foram diplomatas[5], governadores civis, presidentes de câmara, professores universitários, juízes conselheiros. Acamaradou com republicanos, com monárquicos, com republicanos que se tornaram monárquicos[6] e com monárquicos que se tornaram republicanos.

Foi, por exemplo, colega e amigo de Alberto Costa, o famoso Pad-Zé a quem, aliás, dedica uma sentida homenagem nas colunas do seu jornal, por alturas do suicídio do autor de *O Livro do Doutor Assis*. Neste artigo, refere-se à vida boémia de Pad-Zé e relembra episódios que, de algum modo, apontam no sentido de José Bruno também não ter sido alheio à boémia:

---

[1] João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "Dr. José Bruno Carreiro", in Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, vols. XXXVI-XXXVII (1981-1982), Ponta Delgada, ICPD, pp. 78-110.

[2] Jaime Cortesão, por exemplo, colega de José Bruno no 1.º ano, no ano-lectivo de 1899-1900. Foi também colega de José d'Arruella, do dramaturgo Alfredo Cortês, do conhecido professor universitário Beleza dos Santos. Cf. Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1899-1900, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900, pp. 55-58.

[3] O caso de João de Barros, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1924-25.

[4] José Caeiro da Matta, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Educação Nacional, nos anos 30 e 40.

[5] O caso de Rui Ulrich.

[6] Alfredo Pimenta será um deles.

> "Num instante e num trabalho prodigioso de imaginação, todas as hipóteses ficavam previstas, todos os cálculos feitos e todas as dificuldades varridas, quer pensasse na implantação da República, quer se tratasse da organização do *programa* de uma complicada noite, a começar com *bocks* no Lusitano e a acabar com uma ceia de madrugada, em Tentúgal, onde muitas vezes o sol nos surpreendeu abancados a uma mesa junto da lareira, atacando uma travessa de peixe frito ou devorando nacos de vitela assada, - enquanto o Pad-Zé, muito sério, de pé, com o copo na mão, ia recitando uma célebre *ode*"[7].

Esta camaradagem está, aliás, bem expressa no facto de José Bruno Carreiro ter incluído, com grande destaque, a personagem do Pad-Zé (desempenhada pelo próprio), em *Uma Véspera de Feriado. Peça de costumes de Coimbra*[8].

Vivia-se, na Universidade, um ambiente de certa forma agitado, herdeiro das fortes movimentações estudantis na sequência do Ultimato de 1890, mas também reflexo da designada crise do fim do século.

Com efeito, as ideias de decadência e da consequente urgência de regeneração dos diversos sectores da vida nacional, especialmente o político, marcavam, sem dúvida, o discurso cultural dessa transição do século XIX para o XX, a que, naturalmente, a Universidade não ficava alheia[9]. Aliás, a oração de sapiência proferida por Bernardino Machado a abrir o ano lectivo de 1904-1905 transporta a ideia de crise para dentro da própria Universidade:

> "Em tudo, eu identifico, no meu pensamento, e no meu coração, a imagem da escola com a imagem da pátria, em tudo, nas minhas tristezas pelos seus revezes e decadência, como na minha inextinguível confiança no seu ressurgimento"[10].

Havia, pois, a necessidade de uma profunda reestruturação do ensino, e a transformação da Universidade em lugar de liberdade e criação: "uma universidade – dizia – deve ser uma escola de tudo, mas sobretudo de liberdade. Nem o professor é um pontífice, nem o discípulo um catecúmeno"[11]. É, pois, neste ambiente de efervescência cultural e política que José Bruno se forma em Direito.

---

[7] José Bruno, "Alberto Costa 'Pad-Zé'. À memória de um amigo", in O Distrito, Ponta Delgada, 1908, Novembro, 18.

[8] José Bruno, Uma Véspera de Feriado. Peça de costumes de Coimbra 3.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1929.

[9] Sobre o assunto, veja-se, por exemplo, a síntese de José Esteves Pereira, "A tensão entre progresso e tradição", in António Reis (dir.), Portugal Contemporâneo, Lisboa, Publicações Alfa, S. A., vol. II, 1990.

[10] Bernardino Machado, A Universidade e a Nação. Oração inaugural do ano lectivo 1904-1905, recitada na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra no dia 16 de Outubro de 1904, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, p. 19.

[11] Ibidem, p. 5. Quatro anos mais tarde, Sidónio Pães seria também muito crítico relativamente à Universidade de Coimbra, sobretudo no respeitante às obrigações de carácter religioso: "A Universidade de Coimbra precisa de tomar um partido – ou é pelo passado, pelo espírito de rotina, pela reacção enfim, e tem de morrer; ou é pelo progresso, pelo espírito científico e pela liberdade e tem de buscar em si própria a potência criadora, que há-de, por uma transformação radical, torná-la o primeiro centro de educação da mocidade portuguesa". Citado em República, Ponta Delgada, 1918, Dezembro, 21.

Duas décadas passadas, Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa*, que integrara a "Missão Intelectual" (1924), caracteriza José Bruno como um estudante dado à boémia:

> "Primeiramente o José Bruno foi para mim o eco dum nome, o vago fantasma dum estudante de Coimbra cuja mocidade não se consumia unicamente no estudo e na veneração dos mestres, pois que para além dos severos textos civilistas tinha a sua lenda de poeta, de boémio, de insubmisso, com a elegância natural de quem já sabia que a palavra e o gesto são a melhor paisagem para o espírito. Acabada a formatura, da cidade de Minerva transitou você para a de Ulisses e da capa e batina, oleografia romântica do Choupal e arrepiada água-forte da Via Latina, passou para a estúrdia lisboeta, cuja sala dos capelos era o "Tavares", onde você mostrava à roda dos seus íntimos que tinha talento para ser milionário e um santo pai em Ponta Delgada, que, com as suas mesadas pontuais, contribuía para elevar o preço do *Pommery*" […]
> Creio […] que uma noite alguém me perguntou: viste o José Bruno? Eu, que nunca gozara a graça da sua presença, sentindo que ele existia mais como um tema lírico, uma razão sentimental de efémeras ceias de mancebos nostálgicos, respondi: o José Bruno está neste momento a ser tocado à guitarra num gabinete do Tavares!"[12].

Passados vinte e cinco anos, o olhar retrospectivo de José Bruno Carreiro sobre o ambiente universitário "do seu tempo" é já algo crítico. Considerava então a geração a que pertencera, a famosa "geração do centenário da sebenta"[13], como "iconoclasta" e "céptica": "tudo era ainda, como cantou Afonso Lopes Vieira, o romance, a troça, a banza e a cantiga"[14]. Tratava-se, na sua opinião, de uma geração marcada por "uma atmosfera de negativismo demolidor", contrariamente ao que acontecia um quarto de século passado:

> "Parece-me que a geração de hoje possui geralmente das coisas do mundo e da vida uma noção mais grave, mais nobre, mais alta do que nós no nosso tempo de estudantes"[15].

Nesse intervalo assistira-se ao fim da Monarquia, à implantação da República, à sua decadência e queda, com o golpe do 28 de Maio de 1926, para além, naturalmente, da Grande Guerra com todo o seu cortejo de desgraças. No fundo, os jovens estudantes,

---

[12] Carta de Joaquim Manso a José Bruno Carreiro [Lisboa?], [1924]. SDUA, Fundo Carreiro da Costa.

[13] V. a descrição do "centenário da sebenta", de 1899, em Trindade Coelho, In Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas, 8.ª ed. Lisboa, Portugália, 1969

[14] José Bruno, Uma Véspera…, p. XV.

[15] Ibidem, p. XIV.

desde cedo, se haviam confrontado com a "derrocada que convulsiona as sociedades" e debatido com a anarquia num mundo saído da Guerra. Tivera, pois, a nova geração que fazer escolhas, até por instinto de conservação – salvando o país do "suicídio nacional"[16].

O que nos sugere a leitura do prefácio à 3.ª edição de *Uma Véspera de Feriado…*é uma certa expectativa na possibilidade de "redenção nacional", que a sua geração de Coimbra não soubera acalentar, antes a desbaratara num mundo de fantasia.

Relativamente à formação académica, não é menos crítico o filtro da memória:

> "Muitos fomos […] os que um dia partimos do Mondego sem qualquer vestígio da ciência que durante cinco anos nos fora laboriosamente ministrada"[17].

Findo o curso, não seguiria os passos dos colegas que optaram pela contestação republicana ao poder instituído. Saiu monárquico regenerador, num contexto político-partidário marcado pelo divisionismo e a desagregação dos partidos do designado "rotativismo monárquico". Uma conjuntura em que eram patentes os sintomas de decadência das instituições monárquicas. João Franco governava, primeiro apoiado na "concentração liberal", depois, em ditadura.

José Bruno Carreiro assumiu, em Ponta Delgada, a propriedade e a direcção de um novo jornal: *O Distrito*, com primeiro número datado de 5 de Julho de 1906, para apoiar, sem reservas, o Partido Regenerador. O jornal é nitidamente partidário: *semanário regenerador*[18], como vinha bem expresso em subtítulo. Teve como primeira missão a propaganda eleitoral regeneradora numa oposição difícil à "concentração liberal", que incluía franquistas e progressistas, localmente bem dirigidos por José Maria Raposo de Amaral, talvez o mais prestigiado líder político micaelense da época. O jornal ataca com profunda virulência os seus opositores políticos, tendo mesmo sido levantados três processos judiciais ao seu director. Alguns artigos atingiam o ataque pessoal, sobretudo nas referências ao presidente do Governo e ao chefe dos progressistas locais, Raposo do Amaral[19]. João Franco chega, por exemplo, a ser tratado como "réu confesso da desonra pessoal e política"[20], de "ambicioso medíocre", de "aventureiro desqualificado política e moralmente" ou de "epiléptico[21] atacado de monomania presidencial"[22], questionando-se: "estamos em face de um cínico ou de um doido?"[23]

---

[16] Ibidem, p. XIV.

[17] Ibidem, p. XVI.

[18] O Distrito. Semanário Regenerador., N.º 1, Ponta Delgada, 1906, Julho, 5.

[19] José Maria Raposo de Amaral é considerado, por exemplo, "um chefe político sem ideias, sem convicções, sem princípios e sem brio, excelente galopim eleitoral e apreciável meneur de eleições". O Distrito, Ponta Delgada, 1907, Junho, 20.

[20] O Distrito, Ponta Delgada, 1907, Junho, 6.

[21] O jornal lisboeta, de tendência republicana, O Mundo, de 18 de Junho de 1907, publicava um panfleto do médico Artur Barbosa Leitão, em que João Franco era apresentado como um louco epiléptico, irresponsável e perigoso. Cf. José Miguel Sardica, A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa, Lisboa, Edições Cosmor, 1994, p. 62.

[22] Idem, Ponta Delgada, 1907, Junho, 6.

[23] Idem.

O seu jornal, e certamente pela sua pena, lançou também críticas acesas à intervenção da Igreja nos assuntos da política, entrando numa acesa polémica com o jornal *São Miguel*, do Partido Nacionalista, e desafiando o bispo da diocese a esclarecer os fiéis sobre a separação entre assuntos políticos e questões religiosas[24].

Um dos artigos que deu azo a processo por abuso de liberdade de imprensa, José Bruno, referindo-se ao telegrama que Franco dirigira ao Governador civil, dando conta do êxito da sua viagem em missão política ao Porto, afirma que tal só fora possível por ele ter uma "pinguinha de bebida", encontrar-se "carregadinho"[25]. A lei de 11 de Abril de 1907, a chamada "lei das rolhas", que visava tornar a imprensa mais, digamos, "ordeira", não teve eficácia neste caso como, aliás, ocorreu em inúmeros julgamentos sobre o abuso da liberdade de imprensa, com base na lei de 11 de Abril de 1907[26].

Aliás, o julgamento transforma-se num libelo virulentíssimo contra o governo de João Franco, num "discurso" de José Bruno ao Tribunal, afirmando nada retirar do que dissera. Segundo a reportagem do jornal, José Bruno dirigira-se ao Tribunal nos seguintes termos:

> "Escreveu-o [o artigo em questão], não num momento de exaltação, mas num momento de bom humor e de gargalhada, provocada pelo telegrama do presidente do conselho, – o que não impede que o discuta agora muitíssimo a sério.
> É certo que poderia chegar ali e dizer:
> - Peço desculpa, enganei-me, não foi por mal, já aqui não está quem falou. Poderia mesmo *desinteressar-se* do telegrama, como costuma fazer o sr. João Franco, sempre que vê as coisas mal paradas!... O exemplo vir-lhe-ia da presidência do conselho de ministros.
> Embora, porém, o sr. Franco paire nas estonteadoras alturas dessa presidência e ele, orador, vegete cá muito em baixo, na pedregosíssima e mal calçadíssima rua do Gaspar desta cidade – quer ter o orgulho de manter tudo quanto disse, com razão ou sem ela, mas com sinceridade, com lógica e sem a intenção criminosa que lhe atribui o ministério público.
> Portanto, nem ele nem o seu advogado apelarão para o coração dos juízes, porque ele nada tem que ver para ali"[27].

---

[24] Cf. O Distrito, Ponta Delgada, 1908, Maio, 21 e 1908, Junho, 4.

[25] Idem, Ponta Delgada, 1907, Maio, 9.

[26] "O famoso poder judicial, por que João Franco tanto esperava para limitar o arbítrio dos governos, começou logo a exercer essa função, mas contra o próprio Franco. Nos julgamentos por querelas de imprensa, eram raras as condenações. Os jornalistas podiam apelar ao regicídio, ao assalto às Necessidades, que os juízes, exibindo a mais despudorada benevolência, absolviam a torto e a direito". Rui Ramos, A Segunda Fundação (1890-1926), V vol. da HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 285. Em 20 de Junho, uma nova lei de imprensa "agravava o conteúdo da de 11 de Abril, proibindo os escritos, desenhos ou impressos 'atentatórios da ordem pública' e dando plenos poderes aos governadores civis dos distritos para suspenderem periódicos e decidirem sobre novas publicações, sem qualquer recurso para autoridades superiores". A. H. de Oliveira Marques (coord.), Portugal da Monarquia para a República, vol. XI da NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1991, p. 691.

[27] O Distrito, Ponta Delgada, 1907, Julho, 25.

Mas, além desta assunção, com orgulho, de tudo o que escrevera no referido artigo, esta longa intervenção de José Bruno Carreiro ia mais longe nas acusações a João Franco e na defesa dos ideais de liberdade.

> "Apertado, pois, no dilema da *estupidez córnea* e da *má fé cínica*, resolveu fazer apenas uma crítica humorística, de preferência a apresentar o chefe do governo como uma criatura que mente, esquecendo-se do respeito que deve a si próprio e ao lugar que ocupa e expedindo *oficialmente* telegramas que são um acervo de falsidades e mentiras. […]
> É mentira […] que tenha sido completo o êxito político dessa viagem, porque ela só serviu para rebaixar e desprestigiar o princípio da autoridade na pessoa do primeiro representante das instituições, depois do Rei!... […]
> Em nome do liberalismo e da liberdade se comete tudo na época em que vivemos – em nome da liberdade se prende, se acutila e se mata, se faz a lei da imprensa, se encerra o parlamento, se viola a Carta, se originam processos da natureza deste – e deve ser até em nome da liberdade que se redigem telegramas da espécie daquele que o sr. João Franco para aqui expediu – liberdade de mistificação! […]
> Não há palavra maior nem mais sagrada do que essa. Mas, precisamente por isso, ninguém tem o direito de a prostituir, porque nessa prostituição está mais do que o suficiente para erguer num grande gesto de desprezo e num grande brado de indignação todas as consciências verdadeiramente liberais"[28].

A sentença é realmente significativa da discordância de muitos juízes relativamente à lei da imprensa franquista. Num dos considerandos diz-se:

> "Considerando que o povo português – cuja maioria, infelizmente, vive em atraso lamentável de instrução, é de há muito responsável pela sua política, mas não pode compreender nitidamente a linguagem correcta das academias – e que, por este motivo, quem a ele se dirige e deseja, por interesse nacional, partidário e próprio ser compreendido, tem de empregar linguagem comum e acessível a todos"[29].

Assim e com outros considerandos do mesmo teor, o réu foi ilibado, recebendo as felicitações de uma multidão que assistira ao julgamento e o esperava à saída para o acompanhar, no meio de aplausos, até à redacção. A fachada do edifício sede do jornal foi iluminada a balões venezianos, mantendo-se a redacção aberta até tarde para que José Bruno pudesse receber as felicitações de "numerosos amigos e correligionários". Houve mesmo direito a banda de música.

[28] Idem.
[29] Idem.

Aquando do regicídio, José Bruno encontrava-se em viagem pelo estrangeiro. No seu regresso à direcção do jornal, em Abril de 1908, faria referência ao regicídio, de uma maneira, de algum modo, ambígua. Desde logo, o artigo não começa propriamente pela questão do regicídio, mas por atacar a política seguida por João Franco e pelo Partido Progressista de S. Miguel. Só depois afirma o seu dever de "dirigir duas palavras de merecida homenagem à memória do rei", que caíra "varado pelas balas no cumprimento que se lhe afigurava, por fatalidade e no mais terrível dos erros, o cumprimento de um dever cívico e patriótico"[30]. Mas, o que mais sobressai nesse seu artigo é o facto de homenagear, simultaneamente, o rei e os seus assassinos, considerando que estes "encarnaram a cólera popular, simbolizando a tempestade de indignação que em todo o país tenham determinado os decretos da ditadura", acrescentando:

> "Não podemos deixar de nos descobrir perante as suas memórias, porque são as memórias de homens que tiveram a sublime e sempre nobre coragem de morrer por uma Ideia e de sacrificar a vida por aquilo que, também eles, também por fatalidade e no mais terrível dos erros, se lhes afigurou o cumprimento de um dever cívico e patriótico"[31].

No entanto, deixava bem claro que a homenagem ao rei a fazia como homem e político monárquico; aos regicidas, somente como homem. Mesmo assim, era claro na reprovação da "extraordinária e inacreditável apoteose" feita aos seus cadáveres. No fundo, José Bruno interpretava o dramático acontecimento como resultado, não só da política de João franco, um "ditador cuja vaidade corria paredes meias com a mais palpável das mediocridades", mas também do apoio que o monarca lhe concedera para governar em ditadora[32].

A leitura do jornal *O Distrito* é bem elucidativa sobre o agitado clima político as profundas rivalidades partidárias que, de algum modo, preparavam já o caminho para a queda das instituições monárquicas e a instauração da República. No semanário, ao longo de cerca de dois anos e meio, José Bruno Carreiro foi, sem dúvida o jornalista empenhado num "jornal de combate", como ele próprio o designava, em defesa do seu Partido e no confronto acérrimo e, como vimos, violento com seus adversários, numa linha de conduta que, ao encerrar a publicação do jornal, o seu director afirma ter sido a de que "os actos públicos dos homens públicos são do domínio da imprensa"[33].

Um aspecto, nesta sua incursão pela imprensa político-partidária, julgamos ser de destacar: a coragem de enfrentar, de modo por vezes bastante mordaz, áspero mes-

---

[30] O Distrito, Ponta Delgada, 1908, Abril, 23.

[31] Ibidem.

[32] José Miguel Sardica destaca, a este propósito: "Para a opinião pública portuguesa, quer entre monárquicos quer entre republicanos, o regicídio foi interpretado como o corolário lógico das arbitrariedades e repressões da ditadura e, a um nível geral, de um sentimento crescentemente avolumado de ineficácia do regime". José Miguel Sardica, ob. cit., p. 67.

[33] O Distrito, Ponta Delgada, 1908, Dezembro, 31. O jornal iniciou uma segunda série a partir de 14 de Julho de 1914, mantendo-se "semanário regenerador", sob a direcção de Manuel da Câmara. O último número é datado de 6 de Outubro de 1910, mas só a capa.

mo, as principais autoridades distritais e concelhias e as lideranças políticas locais. É evidente que o estilo da imprensa "de combate" da época era pautado por essa virulência de discurso. Mas não é menos certo que José Bruno não se encontrava a fazer jornalismo numa grande urbe ou numa comunidade que lhe fosse alheia, mas numa pequena cidade onde familiar e socialmente se encontrava bem integrado e era restrito o círculo dos detentores do poder. Seria, pois, natural a animosidade com que era lido o seu jornal pelos opositores políticos, o que, aliás, se pode confirmar pelo facto de lhe terem sido levantados três processos por abuso de liberdade de imprensa e pelos protestos públicos de alguns dos mais altos responsáveis políticos de então[34]. Mas o certo também é que a imprensa "da situação" utilizava as mesmas armas, que arremessava com idêntico vigor.

Após concurso público, José Bruno Carreiro é investido, logo no mês a seguir à implantação da República, no cargo de secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada. Tratava-se de um cargo de extrema responsabilidade na administração pública distrital, ainda que não fosse de confiança política, mas da carreira do funcionalismo público. O certo, porém, é que nas circunstâncias em que o governador civil ou o seu substituto, por qualquer motivo, não estivessem em funções era o secretário-geral que, interinamente, desempenhava o mais alto cargo da administração distrital, o que se verificou inúmeras vezes, quer no período da I República, quer na Ditadura Militar e no Estado Novo.

Esta nomeação receberia apoio, por exemplo, dos jornais *Diário dos Açores*, e de *A Folha*, este dirigido por Alice Moderno, ambos já defensores do novo regime. Segundo o *Diário dos Açores*, a notícia fora "recebida com geral agrado, pelas numerosas simpatias" de que desfrutava o nomeado na sociedade micaelense, louvando o governo por, "com justiça e acerto", ter escolhido José Bruno, "um dos que mais cabalmente poderiam exercer aquele cargo"[35]. Entretanto, decorriam os preparativos para uma recepção condigna aquando do seu regresso a Ponta Delgada. Alice Moderno – que já dedicara trechos poéticos a Suas Majestades, aquando da "visita régia", e também à implantação da República[36] – escreveu a letra de um hino, composto pelo músico da banda regimental, Santos Coutinho. O jornal informava ainda que a banda "União Fraternal", de Ponta Delgada, se encontrava a ensaiar o hino para o interpretar no dia de regresso de José Bruno a S. Miguel, como "prova de simpatia e regozijo pela nomeação de secretário-geral do governo civil"[37].

Com efeito, a 24 de Novembro, a "União Fraternal", acompanhada de uma marcha *aux flambeaux*, dirigiu-se a casa do Dr. José Bruno Carreiro, saudando-o com o hino. Segundo o *Diário dos Açores*, uma parte da rua encontrava-se apinhada de gente (seriam mais de mil pessoas), enquanto subiam ao ar alguns foguetes e se lançavam

[34] Idem.

[35] Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 18.

[36] Como, aliás, o fazia notar, como exemplo de incoerência política, um jornal monárquico ribeiragrandense. A Semana, Ribeira Grande, 1910, Novembro, 5.

[37] Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 22.

diversos vivas, "a que s. exa. correspondeu, agradecendo e erguendo também vivas à república, ao sr. dr. Teófilo Braga e ao sr. governador civil"[38]. Mais tarde, acorreram também a saudar o novo secretário-geral, as bandas "Emulação Popular", da Lagoa, e a "Rival das Musas", de Ponta Delgada.

O jornal *A Folha* destacava também esta "calorosa manifestação" feita pela "classe popular", mas salientava o espírito liberal de José Bruno:

> "Além de homem de reconhecido talento, e por isso mesmo, o dr. José Bruno, como escritor, como jornalista, como tribuno, foi sempre rasgadamente liberal, terçando armas nunca embotadas contra a reacção, que durante tempos de ominosa memória, tudo parecia querer dominar e subverter"[39].

Segundo Joaquim Manso, os amigos lisboetas de José Bruno, ao tomarem conhecimento do "seu triunfo burocrático choraram o seu óbito. Era homem ao mar…", terão dito[40].

Esta nomeação não deixaria também de desencadear a forte crítica publicada num jornal de pendor monárquico, *A Semana*, da Ribeira Grande. No fundo, os monárquicos intransigentes acusavam-no de se ter tornado republicano para obter o lugar a que se candidataram vários concorrentes. Afirmava-se mesmo que o Governo tinha cometido uma ilegalidade, pois José Bruno não preencheria todas as condições exigidas, pelo Código Administrativo de 1878, para o desempenho do cargo, ao contrário do que acontecia com vários outros. Era, sem dúvida, uma maneira subtil de o acusar de adesivismo e de acusar o Governo de favoritismo numa nomeação que não devia ser considerada de confiança política[41].

O Dr. João Bernardo Rodrigues levantava a hipótese de a fácil nomeação de José Bruno pelo novo regime se ter ficado a dever, quer "pela popularidade que o seu nome gozava desde os tempos universitários e ainda pela simpatia que merecera ao Partido Republicano com a sua violenta campanha contra a ditadura de João Franco". É uma hipótese bem de acordo com a realidade. Já atrás se citou o jornal *A Folha*, em que era destacada a campanha de José Bruno contra o franquismo. Além disso, o próprio governador civil, Francisco Luís Tavares, tinha, de algum modo, uma dívida de gratidão para com José Bruno. De facto, quando, em Junho de 1907, um grupo de sete estudantes micaelenses da Universidade de Coimbra regressara à ilha, na sequência da greve académica e por não terem querido voltar às respectivas Faculdades enquanto não fossem reintegrados os alunos expulsos, o director do *Distrito* louvara-lhes a atitude,

[38] Idem, Ponta Delgada, Novembro, 25.

[39] A Folha, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 27.

[40] Carta citada.

[41] A Semana, Ribeira Grande, 1910, Dezembro, 10. A carta aberta de protesto foi, em primeiro lugar, entregue para ser publicada no jornal Correio Micaelense, que se mantinha hostil ao novo regime, que a recusou por se tratar de uma "questão de interesse pessoal do seu proprietário", o Dr. Humberto de Bettencourt de Medeiros e Câmara. Mesmo assim, o jornal não deixava de afirmar que se tratara de uma "flagrante injustiça perpetrada pelo ministro da república de nome António José de Almeida". Correio Micaelense, Ponta Delgada, 1910, Dezembro, 15.

"pela altivez e nobreza" de que se revestira, honrando a palavra sem olhar aos interesses materiais em jogo[42]. Francisco Luís Tavares não se teria esquecido deste apoio do político regenerador e daí, talvez, não ter tido dúvidas em aceitar a sua nomeação, que, além do mais, podia seria uma espécie de afirmação republicana de legalidade e tolerância.

Em 1918 o Dr. José Bruno Carreiro é nomeado chefe da Secção Civil do Gabinete do alto-comissário da República nos Açores, General Simas Machado. Com efeito, a entrada de Portugal na Grande Guerra e a instalação da Base Naval Americana nos Açores exigiriam uma "unidade de mando"que não se compadecia com a complexidade da organização administrativa dos Açores, divididos em três distritos, cada um com ligação directa ao governo central. É, também, o período sidonista das aspirações a uma "República Nova" que regenerasse a vida política nacional pelo império da ordem da lei contra a demagogia. Mas este cesarismo populista de Sidónio Pais cairia, logo em Dezembro de 1918, com o seu assassinato.

José Bruno Carreiro mantinha-se, entretanto, ocupado com o desempenho do seu cargo de confiança junto do alto-comissário. Não entrara na luta política aquando da constituição do Partido Regionalista entre 1917 e 1918. Seria isto impossível, dadas as responsabilidades que assumira no gabinete do alto-comissário. E, além disso, as feridas que provocara enquanto director do jornal *O Distrito*, não estariam ainda, certamente, sanadas e José Maria Raposo de Amaral era o chefe incontestado dos regionalistas…

No fim da Guerra, José Bruno viaja com o almirante Dunn pela Europa, certamente como reconhecimento público do seu prestígio e do trabalho que desempenhara. E, segundo defendia o cônsul americano em Ponta Delgada, José Bruno seria "um dos principais animadores dos movimentos autonomistas dos Açores, […] defendendo abertamente que se dev[ia] aproveitar o fim da Guerra para se conseguir uma maior autonomia", centrada no lema "os Açores para os Açorianos"[43].

José Bruno Carreiro intervinha, pois, ainda que não pudesse surgir a público. Mas o facto é que o Dr. João Bernardo Rodrigues levanta a hipótese de serem da sua autoria diversos artigos não assinados, publicados no *Diário dos Açores* em 1919, em que são dirigidas fortes críticas ao governo e reivindicado o alargamento da autonomia[44].

Com efeito, o final da Guerra e a consequente extinção do cargo de alto-comissário iria marcar o início de um novo e importante debate sobre a autonomia dos Açores. Num desses artigos do *Diário dos Açores*, salientava-se que a intervenção dos Estados Unidos na Guerra viera trazer uma nova concepção da paz: um mundo novo, assente em "bases profundas de direito e de justiça", assegurando aos povos o "direito de disporem de si próprios, de se governar, de se administrar, de se desenvolver livremente, de dar livre expansão aos seus recursos e energias, sem peias sufocantes e sem entraves

[42] O Distrito, Ponta Delgada, 1907, Junho, 27.
[43] António José Telo, Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948), Porto, Edições ASA, 1993, p. 155
[44] João Bernardo de Oliveira Rodrigues, ob. cit., p.

ao exercício das suas actividades"[45]. Neste sentido, integrando Portugal a Liga das Nações, logo, concordando com os princípios propostos pelo Presidente Wilson, seria justo que atendesse às aspirações de autonomia, numa perspectiva patriótica, acompanhando, aliás, o que se passava por toda a parte: o reconhecimento dos governos a um "mais largo exercício de direitos" dos povos sob sua jurisdição.

Fundamentada a autonomia nos princípios democráticos da participação das populações na condução dos seus próprios destinos e na descentralização como factor de reforço da coesão nacional, havia que investigar se os Açores apresentavam condições que justificassem a aplicação de um sistema administrativo autónomo. Um sistema verdadeiramente autónomo, e não a "burla" do decreto de 2 de Março de 1895, que se cifrara pela dependência constante das vicissitudes inerentes ao rotativismo monárquico. Neste sentido, a reclamada autonomia assentava em *factos concretos* – as "condições especiais de vida", a "especial situação geográfica", o "próprio modo de ser" dos açorianos, que não se conformavam com o regime uniforme e centralizador do Estado português[46]. Assistência, saúde e higiene pública[47], administração da justiça[48], instrução pública[49] foram alguns dos temas focados nesse conjunto de artigos, certamente da pena de José Bruno, em que eram dirigidas fortes críticas à actuação do Estado relativamente aos interesses açorianos. A situação negativa que caracterizava os Açores era justificada, quer pela insuficiência dos investimentos públicos, quer pela ineficácia resultante das peias burocráticas que a centralização, que caracterizava a estruturação dos órgãos do Estado, impunha.

Em termos gerais, pretendia-se um sistema administrativo que permitisse a aplicação das receitas públicas geradas nos Açores em benefício das próprias ilhas, o aligeiramento dos entraves burocráticos, a diferenciação das leis a serem aplicadas nos Açores, o alargamento das competências (e consequentes responsabilidades) dos órgãos da administração açoriana.

A autonomia inseria-se, por outro lado, num esquema doutrinário que apelava à unidade e solidariedade açorianas e ao apartidarismo. Afirmava-se que a questão não era política, mas *nacional*, ou seja, referia-se ao conjunto de interesses e aspirações das nove ilhas:

> "A questão não é política. Para nós todos, açorianos, a questão é pura e simplesmente *nacional*, deixem-nos empregar esta expressão, tomando-a no sentido de com ela resumir o conjunto dos interesses e das aspirações das nove ilhas dos Açores. Ao entrar nela todas as bandeiras partidárias devem ser abatidas, todas as divergências políticas devem ser tidas como não existentes. Nela não há, não pode nem deve haver distinção entre republicanos, monárquicos, socialistas"[50].

[45] Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1919, Abril, 11.
[46] Cf. Diário doa Açores, Ponta Delgada, 1919, Abril, 25.
[47] Idem, Maio, 1.
[48] Idem, Maio, 2.
[49] Idem, Maio, 6.
[50] Idem, Abril, 24.

A luta pela autonomia exigia, pois, que, como na campanha de finais do século anterior, se abatessem as bandeiras partidárias e se suspendessem as divergências políticas, nomeadamente quanto à questão do regime.

O discurso da unidade e da exaltação do serviço à causa superior do Arquipélago assumia evidentes intuitos mobilizadores da opinião pública açoriana, como o tinha também o recurso à propagação de uma imagem profundamente negativa do funcionamento dos serviços públicos nas ilhas. Assim, só após a conquista do sistema autonómico seria admissível, ainda que não desejável, o regresso às convicções políticas e à militância partidária. Até lá, a "unidade de pensamento e de acção" em torno do ideal autonomista seria incompatível com o desenvolvimento e afirmação de "personalismos" políticos, verdadeiro cancro que corroía a sociedade portuguesa[51].

Estes artigos recuperam, sem dúvida, argumentos tradicionais do discurso descentralizador mas, por outro lado, o articulista adapta-os às novas realidades da política internacional. De facto, as constantes referências à projectada fundação da Sociedade das Nações e, fundamentalmente, à doutrina de Woodrow Wilson a propósito do direito à autodeterminação dos povos constituem elementos de destaque na fundamentação do direito dos açorianos a usufruírem de um sistema político-administrativo autónomo. Os exemplos citados das conversações entre os governos centrais e as regiões que reclamavam a concretização das suas aspirações, a expressão *nacional* (ainda que em itálico) com referência ao tipo de mobilização que os açorianos teriam de encetar tendo em vista a concretização das suas aspirações inserem-se num tipo de discurso que alguns sectores de opinião consideravam transportar uma certa ambiguidade. Assim, havia que recorrer constantemente à afirmação do acendrado patriotismo dos açorianos e do seu respeito pelas instituições do País[52]. Além disso, criticava-se fortemente os que viam no movimento intuitos separatistas:

> "Não percamos tempo a falar na independência dos Açores e deixemos isso aos que, por motivos inconfessáveis, querem, na sombra e a ocultas, para hostilizar o movimento legal da autonomia, mostrá-lo como um movimento de ataque à integridade do Estado português. Os que assim procedem, ou o fazem por má-fé ou por uma deficiência intelectual que lhes não permite distinguir entre os objectivos e as finalidades de dois movimentos"[53].

Estava, pois, traçado um novo capítulo na luta pela autonomia, agora procurando-se legitimá-la a partir das novas realidades, quer na política internacional, quer nas políticas internas dos Estados. Já então nos surgem os conceitos de "açorianismo", "consciência açoriana" e de "espírito açoriano" que, mais tarde, o *Correio dos Açores* iria aprofundar.

---

[51] Ibidem.
[52] Cf., por exemplo, Ibidem,
[53] Ibidem.

Esta nova campanha autonomista integraria, numa prática que, aliás, não era nova nos Açores[54], excursões de dezenas de terceirenses a S. Miguel e de micaelenses à Terceira. O jornal *Os Açores*, de Angra do Heroísmo, apontava a importância destas "visitas:

> "Não resta dúvida nenhuma que estas visitas entre povos irmãos são como que enormes correntes eléctricas a estabelecer no espírito de todos nós uma precisa comunhão de ideias, uma forte unidade de pensamento, uma e outra muito úteis e indispensáveis sobretudo à nossa sagrada causa que defendemos com todo o ardor do nosso coração: – 'a Autonomia dos Açores […].
> Basta dizer-se que a autonomia acabará por completo com os velhos processos de fazer política, 'cortará cerce o nó górdio' das dissenções que tanto prejudicam a comunidade"[55].

José Bruno Carreiro acompanhou também esta excursão, cabendo-lhe mesmo dirigir palavras de agradecimento ao empresário Alfredo de Mendonça, que proporcionara aos micaelenses uma visita à sua fábrica de lacticínios[56].

Evidentemente que esta campanha também tinha os seus detractores. A imprensa da Horta[57], por exemplo, mostrava-se profundamente contra a ideia e procurava sempre ligá-la à de independência e de separatismo, o que era, sem dúvida, agravado pelo facto de alguns jornais da comunidade açoriana nos Estados Unidos defenderem vigorosamente a independência dos Açores[58]. Tudo isto era repetidamente refutado pelos defensores deste novo movimento autonomista, que, aliás, integrava credenciados republicanos como, por exemplo, Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia e o próprio Dr. Francisco Luís Tavares. Só assim, aliás, é que se compreenderá a sua adesão ao projecto do *Correio dos Açores*.

A 1 de Maio de 1920 sairia a público o primeiro número do *Correio dos Açores*, dirigido por José Bruno Carreiro e, durante curto espaço de tempo, Francisco Luís Tava-

---

[54] V., a este propósito, Carlos Cordeiro, Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República, Lisboa, Salamandra, 1999, pp. 270-277.

[55] Transc. no Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1919, Julho, 3.

[56] Cf. Ibidem.

[57] Os jornais faialenses O Telégrafo e A Democracia enviam um telegrama às redacções dos jornais angrenses A Pátria, A União e O Democrata, nos seguintes termos: "Agradecemos saudação e olhos sempre fitos na Pátria portuguesa continuamos batalhando contra a autonomia dos Açores por grandemente prejudicial a todos os distritos, e ser sobretudo suspeitosa no actual momento". A Democracia, Horta, 1919, Julho, 25. Num outro artigo, A Democracia rejeita novamente a possibilidade de uma autonomia para os Açores, aceitando somente a possibilidade de uma autonomia para o distrito, "feita em moldes muito nossos – dizia o articulista – e com uma orientação inteiramente diversa da que acarretou os graves desastres financeiros de Ponta Delgada e Angra". Mas, mesmo assim, considerava que havia que esperar pela melhoria do ambiente político, quando se esquecesse a campanha separatista de jornais portugueses dos Estados Unidos. Este artigo surgiu na sequência de uma projectada deslocação à Horta de uma comissão autonomista de Angra do Heroísmo, a fim de servir de mediadora na questão entre as elites políticas faialenses e as micaelenses. A Democracia, Horta, 1919, Julho, 9. Num outro número do jornal afirmava-se: "não existe entre os Açores e a Metrópole nenhuma questão diferente que justifique o movimento autonómico em projecto". A Democracia, Horta, 1919, Julho, 3.

[58] Um artigo do jornal O Popular, de New Bedford teve grande repercussão, precisamente por defender a autonomia dos Açores, tendo sido transcrito em diversos jornais dos Açores e de Lisboa. Cf., Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1919, Setembro, 17.

res. Surgia numa conjuntura de crise económica e social, que caracterizou o imediato pós-I Guerra Mundial, no contexto de confronto ideológico e político que marcou a I República e numa conjuntura de forte debate autonomista. O editorial de apresentação destacava essa espécie de angústia que "as incertezas e dúvidas" do pós-guerra motivaram:

> "É uma luz que está em marcha? Ou está-se a preparar inconscientemente o colapso geral da civilização com o regresso a um estado semi-bárbaro […]? Caminha-se para um mundo melhor – ou está-se a cavar a ruína completa e a abrir a sepultura eterna de uma organização social que, se não era perfeita, dava ao menos aos homens uma ilusão de felicidade e, por vezes, uma ilusão de ideal realizado?[59]"

Ora, estas preocupantes questões que a direcção deixava expressas exigiriam o aprofundamento do debate e da reflexão sobre as novas realidades políticas, económicas e sociais que atravessavam todo o mundo, mas com uma atenção muito especial, como dizia ainda o editorial, ao "momento de crise" por que passava a vida açoriana. Havia, pois, estudar as questões de natureza económica, agrícola, industrial e comercial que pudessem interessar aos Açores.

Nos anos '20, o *Correio dos Açores*, sob a direcção de José Bruno Carreiro, seria essencial para conferir uma nova dinâmica, um novo percurso e, sobretudo, nova perspectiva de enfoque da questão autonomista. Um debate amplo e, digamos, pluridisciplinar, que concitou à sua volta intelectuais, políticos, empresários, jornalistas, profissionais liberais, com visões diferentes, é certo, sobre a problemática autonómica, mas tentando contribuir para justificar e legitimar o estatuto de "maioridade do povo açoriano" e a sua capacidade de auto-administração.

Para começar, uma espécie de "inquérito" à situação dos Açores – o "problema açoriano". Procurava mobilizar-se a sociedade para uma reflexão sobre a realidade açoriana, as suas potencialidades e os seus constrangimentos, numa época de profunda crise que os efeitos da guerra agravaram. Não se tratava de visar exclusivamente a problemática administrativa, mas de alargar os horizontes da discussão à economia, às finanças, à cultura e à identidade. Pode, talvez, dizer-se que o período de 1919-20 a 1926 é o que revela o discurso autonomista mais profundo e abrangente, e em que o jornal *Correio dos Açores* desempenhou papel de liderança.

Com efeito, e pela mão de José Bruno Carreiro, de quem era amigo, o terceirense Luís da Silva Ribeiro, republicano e democrata, teria um papel de destaque na defesa da cultura açoriana e da necessidade de preservação dos traços culturais da vivência insular. No fundo, com o contributo dele e de diversos outros colaboradores, procurava chamar-se a atenção para a identidade açoriana, ainda que inserida num contexto mais

[59] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1920, Maio, 1

vasto da "raça". O povo açoriano seria lídimo representante da raça, até por preservar muitas das características do povo português dos tempos áureos dos Descobrimentos que se haviam perdido no continente. A história e a geografia teriam feito o resto. Não se tratava, acentuava-se, de uma cultura uniforme em todas as ilhas, mas com traços comuns que havia que divulgar para que os açorianos se convencessem de que pertenciam a uma realidade que ultrapassava a da sua ilha[60].

Um outro aspecto em que José Bruno e os colaboradores do *Correio dos Açores* apostaram firmemente foi no da necessidade de "construção" da unidade açoriana. Seria uma preocupação constante, que perpassa inúmeras páginas do jornal. Para tanto era necessário que os açorianos se conhecessem mutuamente, para o que contribuiriam eficazmente as viagens de confraternização inter-ilhas, o intercâmbio cultural, os torneios desportivos, etc. Através do convívio e do conhecimento mútuo seria possível alcançar-se a confraternidade açoriana que se almejava. Luís Ribeiro, por exemplo, acreditava que a questão administrativa devia ser o corolário da conjugação de interesses económicos entre as diversas ilhas e de uma "consciente solidariedade moral", ou seja, do espírito açoriano, em contraponto aos egoísmos e mesmo aos ódios insulares. No fundo, à identificação com a ilha procurava substituir-se a identificação com o arquipélago, fundamentada na "comunhão de interesses", na "semelhança de temperamentos", na "unidade física", de modo a surgir uma verdadeira *consciência açoriana*[61]. *Espírito açoriano*, *sentimento açoriano*, *açorianismo*, *consciência açoriana* integrariam, pois, a nova perspectiva com que a problemática autonomista passaria a ser tratada.

É neste contexto que o jornal irá, igualmente, abrir as suas colunas à discussão sobre a necessidade de reunião de um Congresso Açoriano. Propunha-se, no fundo, encetar uma necessária "introspecção" como método salutar para o arranque de uma "revolução", quer na compreensão da sociedade açoriana, quer na preparação de um futuro de unidade e solidariedade, em substituição do tradicional divisionismo. Havia, pois, que estudar o *problema açoriano*, definido pela desadequação do sistema político-administrativo relativamente às condições específicas da realidade insular, mas integrando, igualmente, outras componentes como a dificuldade de relacionamento inter-insular para a construção dos Açores como realidade política, económica e cultural, e não como um conjunto de ilhas rivais entre si; a apatia, o comodismo e a desconfiança que grassavam na sociedade açoriana. Ao longo de inúmeras páginas do *Correio dos Açores* as intervenções sobre a necessidade de reunião do congresso açoriano abrangeram os diversos aspectos da vida insular. Contrariamente ao que acontecera em finais do século XIX, em que a problemática administrativa assumira prioridade incontestável na discussão regionalista, assistia-se agora a um debate mais abrangente que questiona mesmo a hierarquização temática e o escalonamento das prioridades que deviam enformar a evolução do movimento autonomista. No debate colaboram ainda velhos

[60] Cf. Carlos Cordeiro, ob. cit., capítulo III.
[61] Cf. Ibidem.

autonomistas, como Aristides Moreira da Mota e Gil Mont'Alverne de Sequeira, intelectuais, empresários, jornalistas, quer de S. Miguel, quer de outras ilhas dos Açores, ou mesmo residentes no Continente.

Em 1921, o *Correio dos Açores*, esteve na linha da frente de apoio às candidaturas regionalistas para as eleições legislativas desse ano. No editorial intitulado "Nós, os açorianos", certamente da autoria de José Bruno, destacava-se precisamente a necessidade de, acima dos interesses político-partidários, se praticar a "política de interesses açorianos", já que os açorianos viviam longe das lutas e paixões que caracterizavam a vida política nacional: "Lisboa dá o *mot d'ordre* e toda a carneirada da província obedece servilmente". Assim, havia que ter o maior cuidado na escolha dos candidatos de modo ficarem bem colocados junto do poder. A "questão exclusivamente política" (entenda-se, a questão do regime) devia ser afastada da campanha e daí a crítica ao facto de ter sido escolhido como candidato a deputado o monárquico assumido, que participara na revolta de Monsanto ao lado dos monárquicos, António Hintze Ribeiro[62]. O que é certo é que os regionalistas ganharam as minorias e os liberais as maiorias[63].

Estes resultados positivos dos regionalistas e a campanha que o *Correio dos Açores* vinha liderando na imprensa regional na divulgação dos ideais autonomistas e na afirmação da identidade açoriana desencadearam uma campanha violentíssima contra José Bruno Carreiro, vinda especialmente da parte de jornais do Continente conotados com os sectores mais radicais do PRP. Além das recorrentes acusações de "monarquismo", mais graves eram as expressas imputações de separatismo aos desígnios do movimento autonomista. O jornal *A Imprensa da Noite* seria o principal porta-voz desse tipo de ataques, levantando inclusivamente suspeitas sobre o papel de José Bruno em imaginadas conversações para a passagem dos Açores para a soberania dos Estados Unidos da América, ligando-as à viagem que fizera acompanhando o Almirante Dunn e a documentação existente no Ministério dos Negócios Estrangeiros[64].

Na sessão do Senado, de 5 de Agosto, o senador pelo círculo de Ponta Delgada, António Alves de Oliveira Júnior, faz uma intervenção para rebater ponto por ponto as afirmações "torpes" de certa imprensa lisboeta a respeito do movimento autonomista açoriano e, sobretudo, sobre as intenções de José Bruno Carreiro, que afirmava ser um "espírito lucidíssimo, avançado", com "altas qualidades de inteligência e cultura", que prestara "grandes serviços" ao regime. E sobre as movimentações autonomistas afirmava:

> "Todos sabem que da união de todos os açorianos mais força lhes pode advir e desta maneira tem-se procurado estabelecer entendimentos entre os dois distritos açorianos que já hoje pela legislação do nosso País Têm uma certa descentraliza-

[62] Cf. Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1921, Junho, 18.

[63] Cf. Idem, Ponta Delgada, 1921, Julho, 12.

[64] Infelizmente, não pudemos consultar directamente os artigos do jornal, mas as intervenções no Senado em defesa de José Bruno apontam precisamente nesse sentido.

> ção administrativa que lhes foi conferida em 1895 e que de então para cá, triste é dizê-lo, só tem sido cerceada.
> O que é legítimo, pois, é que essa descentralização seja alargada.
> Não há portanto no pensamento ou sentimento de qualquer açoriano a ideia de se separar dos destinos da sua Pátria"[65].

Simas Machado, que fora, como se referiu, Alto-comissário da República nos Açores, verberando também as interpretações da existência de um movimento separatista nos Açores, afirmava, sobre a personalidade de José Bruno Carreiro:

> "Esse cavalheiro comportou-se para comigo com a maior lealdade, como homem de muita inteligência e vasta ilustração, nunca me dando a menor manifestação de ideias separatistas, pelo contrário, advogando sempre uma ampla autonomia em favor do arquipélago"[66].

A posição de José Bruno Carreiro foi a de não conferir qualquer relevo público às acusações. Conforme revela numa carta de agradecimento enviada a Simas Machado, nem o seu jornal[67] nem qualquer dos Açores fizeram transcrições de tão graves suspeitas lançadas sobre si e, em termos gerais, sobre o movimento autonomista. Nessa carta[68], José Bruno agradece o apoio que Simas Machado lhe manifestara no Senado e apodava o autor dos artigos de "garotóide e escroque" que pretendia da chantagem fazer modo de vida[69].

Esta caminhada para a tentativa de alargamento das prerrogativas autonomistas integraria um novo episódio, sem dúvida, concebido por José Bruno Carreiro: o famoso editorial de Agosto de 1922 – *se a Madeira quisesse* – que, no fundo, procurava conciliar esforços dos distritos autónomos para a luta comum em torno do ideal emancipador, uma vez que jornais da Madeira já pugnavam pela "completa e absoluta autonomia", "devendo a bandeira ser a única ligação com a mãe-pátria"[70]. O tipo de discurso autonomista de José Bruno parece tornar-se mais radical: os Açores e a Madeira viviam no mesmo

---

[65] Cf. Diário do Senado, sessão n.º 4, de 5 de Agosto de 1921, p. 14.

[66] Ibidem, p. 16.

[67] "Nem sequer me refiro aos artigos (?) da Imprensa da Manhã. Qualquer referência poderia levar-me longe, com o inconveniente de poder dar a entender que sinto necessidade de me defender". "Carta de José Bruno Carreiro a Simas Machado", Ponta Delgada, 1921, Agosto, 28. Arquivo Simas Machado, pertença da Drª Eugénia Paím Xavier (bisneta do General Simas Machado).

[68] Uma palavra de profundo reconhecimento dirijo ao Senhor Eng.º Luís Bonifácio, responsável pelo blogue "Cartas Portuguesas", que me cedeu três cartas dirigidas por José Bruno Carreiro a Simas Machado. Ao consultar o blogue, verifiquei que lá estavam publicadas cartas dirigidas a Simas Machado. Ainda que não tivesse qualquer esperança de ser atendido, dirigi um e-mail ao endereço que lá vinha indicado, perguntando se havia correspondência dirigida por José Bruno a Simas Machado. Rapidamente recebi resposta afirmativa, com o resumo das cartas existentes e a abertura à possibilidade de digitalização das que eu considerasse mais importantes. Foi precisamente isto que veio a acontecer. A presteza e simpatia do Senhor Eng.º Luís Bonifácio merecem, pois, o meu agradecimento.

[69] "Carta…" citada.

[70] Cf. Nelson Veríssimo, O Alargamento da Autonomia dos Distritos Insulares. O Debate na Madeira (1922-1923), sep. das "Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira", Funchal, Região Autónoma da Madeira/Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Educação/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989, pp-493-494.

regime "de espoliação, em benefício dos interesses das clientelas" com sede em Lisboa, que só pensavam nas ilhas para as "ordenhar, como a bujodíssimas tetas de rebanhos dóceis à voz e à vara do pastor"[71]. Além disso, também aos dois arquipélagos aplicava o tradicional argumento de as populações respectivas não terem sido responsáveis pela situação política, económica, financeira e social que se traduzia por uma profunda decadência e uma aproximação progressiva e inexorável do precipício. Antes, as populações dos Açores e da Madeira seriam modelos de ordem e de trabalho:

> "Como nos Açores, sente-se na Madeira que – escravizados a interesses que não são os nossos, vítimas de erros que não cometemos, de desvarios em que não fomos cúmplices, de bambochatas de toda a espécie de que não comparticipámos, de administrações ruinosas em que não colaborámos, de bodos em que nenhuma migalha nos coube e de festins a cuja mesa lauta e ruidosa nos não sentámos – os distritos insulanos só podem encontrar o caminho do seu progresso e do seu aperfeiçoamento material e social na reivindicação do direito de administrar o que lhes pertence e de usufruir o que representa a sua riqueza e o seu produto da sua iniciativa, do seu trabalho e do seu esforço[72]".

Assim, com fundamentação idêntica e os mesmos motivos de queixa, nada obstava à definição de uma estratégia comum reivindicativa, tendo em vista a conquista das faculdades de uma "autêntica" e "verdadeira" administração autónoma que permitisse aos distritos insulanos alcançarem a realização das suas aspirações. Com a união de açorianos e madeirenses, mais viável seria a compreensão e atendimento das reclamações dos dois arquipélagos que apelavam por justiça, por considerarem que o produto do seu trabalho revertia frequentemente para obras de que não recebiam qualquer benefício, uma vez que estavam implantadas no continente:

> "Tudo isso pagámos, estamos pagando e continuaremos a pagar, englobados, como carneiros, nas sangrias do fisco, com a riqueza das nossas exportações sujeita a quantas sobretaxas se lembrem de lhes impor, continuando privados de tudo aquilo de que mais precisamos, reduzidos à miséria vergonhosa de ter de pedir, como se pede uma esmola, essa coisa na verdade formidável – um subsídio para um hospital".
> […] Bem mais conhecida do que os Açores […] é a Madeira que simboliza as ilhas – 'a ilha', expressão com que geralmente o continental, na sua ciência e na sua ternura, resume tudo o que fica para cá do Cabo da Roca – as adjacências insulanas onde pastam as vacas de tetas bojudas, pobres vacas cada vez menos anafadas, a caminho da tuberculose económica em que definham sob dedos ferozes do pastor que as ordenha incansavelmente"[73].

[71] "Se a Madeira Quisesse…", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1922, Agosto, 15.
[72] Ibidem.
[73] Ibidem.

Encontramo-nos, pois, perante um discurso de tipo catastrofista que, não apelando à revolta das populações, procurava, todavia, nelas incutir o sentimento da justiça dos protestos insulanos contra o abandono a que as ilhas eram votadas pelo governo central. Simultaneamente, procurava firmar-se a base social de apoio à estratégia de aliança com a Madeira no processo reivindicativo autonomista. Com efeito, a conquista do regime descentralizador só seria possível alcançar pela via institucional – pelo trabalho empenhado dos deputados e senadores –, mas isto exigia largo apoio da população, que era preciso, portanto, mobilizar para a causa.

Este importante editorial de José Bruno Carreiro, pelas repercussões que gerou e pela adesão da imprensa madeirense ao projecto, desencadearia uma transformação essencial no debate autonomista: de jornalística, a questão passaria a institucional, com a intervenção da Junta Geral do Distrito do Funchal a propor a conjugação de iniciativas dos três distritos autónomos – Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal em prol da autonomia, apelando-se à união de açorianos e madeirenses, no sentido de, no parlamento, se verificar a cooperação dos representantes das ilhas na defesa do ideal comum[74]. Também a Junta Geral de Ponta Delgada decidiu dar o seu apoio ao projecto de união entre a Madeira e os Açores, tendo convocado uma assembleia com representação de todas as classes e opiniões do distrito, a fim de se decidir sobre o melhor modo de apoiar a iniciativa da Junta Geral do Funchal que fora, provavelmente, despoletada pelo editorial de José Bruno[75]. Nos finais de 1922 e inícios de 1923 deslocam-se à Madeira José Bruno Carreiro, Luís de Bettencourt e, como representante do distrito de Angra do Heroísmo, Luís da Silva Ribeiro[76]. No regresso à ilha, os dois representantes de S. Miguel foram recebidos em apoteose e em comício muito participado, apresentaram à população os resultados dos seus contactos na Madeira. Pretendia-se, no fundo, manter viva a campanha autonomista e conquistar para a causa o maior número possível de cidadãos, de modo a conferir-lhe uma firme base social de apoio[77].

Não teve sequência esta aproximação dos distritos autónomos insulares. A pretensão de alargamento da autonomia, que mobilizava vontades nos dois arquipélagos, não significava identidade de pontos de vista quanto aos projectos concretos a apresentar. As realidades de cada um dos distritos eram diferentes e a tradição do empenhamento em defesa da descentralização, também. Não seria curial impor uniformidade estatutária aos três distritos, quando se reclamava a autonomia precisamente a partir do pressuposto de que realidades diferentes exigiam leis diferentes.

Nesta conjuntura de efervescência autonomista, em que se destacavam, incontestavelmente, o *Correio dos Açores* e o seu director José Bruno, e que congregara em seu torno boa parte das elites açorianas, há também a destacar a "visita dos intelectuais", em 1924.

---

[74] Cf., Nelson Veríssimo, ob. cit., p. 497.
[75] Cf. A Actualidade, Ponta Delgada, 1923, Janeiro, 6.
[76] Cf. Nelson Veríssimo, ob. cit., p. 502.
[77] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1923, Janeiro, 23.

Com efeito, um dos aspectos fundamentais com que se tinham de debater os regionalistas e autonomistas açorianos relacionava-se com a imagem que as reivindicações descentralizadoras colhiam nos círculos políticos e jornalísticos continentais. As posições em prol da descentralização açoriana eram, amiúde, confrontadas com críticas acesas e com desconfianças sobre os verdadeiros intuitos políticos dos respectivos defensores. José Bruno Carreiro verificara, pois, a necessidade de associar à *introspecção*, que o projectado, mas só concretizado em 1938, congresso açoriano seria vertente fundamental, a *projecção* para o exterior da realidade açoriana, nas suas múltiplas facetas – e não só na político-administrativa. Seria, pois, essencial que os protestos e as propostas açorianas encontrassem no continente, se não apoio, ao menos um ambiente não hostil. José Bruno Carreiro considerava, pois, que a "propaganda dos Açores" no continente constituía um aspecto fundamental da campanha regionalista. A actividade dos açorianos residentes em Lisboa seria, na sua perspectiva, insuficiente para que a campanha atingisse os fins almejados. A solução teria de ser a inversa: conseguir que fossem os próprios continentais a falar das ilhas. Havia que trazer aos Açores continentais que, "pela sua cultura, pela sua ilustração, pela sua posição nos meios intelectuais e no meio social português", assumissem, no seu regresso ao continente, o papel de uma espécie de embaixadores dos Açores junto da opinião pública nacional. José Bruno salientava bem este objectivo:

> "Tão esquecidos, tão ignorados temos sido sempre!... Citados entre as Ilhas Adjacentes, englobados a cada passo (até em diplomas dos Poderes do Estado!) na expressão 'a ilha', com que frequentemente são designadas no Continente as terras vagas que jazem para aquém do Cabo da Roca, os Açores teriam um grande interesse em serem observados de perto por um grupo de continentais ilustres, que viessem vê-los nas manifestações da sua riqueza, das suas belezas e do seu trabalho.
> Regressando ao Continente, aos grandes meios onde marcam pelos talentos, pelo seu prestígio e pela sua situação, esses homens seriam preciosos agentes de propaganda das nossas Ilhas e na sua palavra ou na sua pena os Açores passariam a ter valiosos elementos de defesa, em tantas circunstâncias em que os seus interesses são postergados, as suas reclamações desprezadas e os seus objectivos desnaturados, pelo completo desconhecimento que deles há geralmente nos meios continentais[78].

A visita seria suportada financeiramente pelo contributo de diversas firmas locais e pela colaboração de particulares. A "missão intelectual" incluía Antero de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, Teixeira Lopes, Luís de Magalhães, Henrique Trindade Coelho, Joaquim Manso, Armindo Monteiro, D. Luís de Castro e D. Manuel Ribeiro de Bragança. Acompanhavam a Missão os jornalistas Armando Boaventura, Oldemiro

[78] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1924, Março, 23.

César e Raposo de Oliveira. A recepção por parte dos convidados foi, em alguns casos, entusiástica[79].

Nas suas intervenções públicas, José Bruno Carreiro não procurava iludir os objectivos autonomistas que haviam presidido à concretização da "missão intelectual". O contraste, sempre acentuado, entre um povo trabalhador e sério e o abandono a que era votado pelos poderes centrais justificaria o aprofundamento das prerrogativas descentralizadoras conferidas pelo decreto de 2 de Março de 1895. Os açorianos pretenderiam somente usufruir da liberdade para trabalhar, progredir, "usufruir o que representa[va] o sacrifício do seu trabalho", ter "voz no governo da sua casa", na convicção de que, pelo conhecimento directo da realidade e pela capacidade e competência demonstradas, ninguém melhor do que os insulares poderiam administrar os seus próprios interesses. Era, portanto, esta "mensagem" que o director do *Correio dos Açores* pretendia que os visitantes fizessem passar para a opinião pública nacional:

> "Eu mentiria a Vossas Excelências se lhes não dissesse aqui que foi em grande parte o pensamento egoísta de conquistarmos novos e poderosos advogados para as nossas reivindicações que inspirou a viagem que trouxe Vossas Excelências aos Açores […]. Agora que tudo lhes mostrámos e tudo lhes dissemos, só nos resta pedir-lhes que, ao fim de tantas canseiras e fadigas que lhes inpusemos, de tanto abuso da sua paciência e amabilidade, nos manifestem, nos grandes meios a que em breve regressarão, um pouco da sua solidariedade, que será para os açorianos um alto e poderoso conforto moral, na amarga desolação do abandono a que tantas vezes nos sentimos votados"[80].

Além de dois livros publicados, na sequência da viagem, por dois dos visitantes, a "Missão Intelectual" contribuiu, sem dúvida, para a divulgação, na imprensa continental, de uma imagem positiva dos Açores e do seu povo e também para a propagação, a nível nacional, das teses autonomistas açorianas. Internamente, a jornada serviu como elemento mobilizador em torno da autonomia e de acentuação do prestígio do "grupo do *Correio dos Açores*" e do seu líder, José Bruno Carreiro.

As movimentações em torno da visita levariam o governador civil de Ponta Delgada a produzir um relatório, criticando acerbamente o comportamento de diversos funcionários públicos, acusando-os de manifestações monárquicas. Como resultado, houve a transferência de dois funcionários para o continente e a suspensão de Aristides Moreira da Mota do seu lugar de professor do Liceu de Ponta Delgada. O assunto foi debatido em ambas as câmaras do parlamento, na imprensa de Lisboa e na dos Açores. Fora, no fundo, uma grande vitória para a causa autonomista, pela onda de solidarie-

[79] V., por exemplo, as cartas de Luís de Magalhães e de José Leite de Vasconcelos. SDUA, Fundo Carreiro da Costa.
[80] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1924, Junho, 14.

dade que estas medidas punitivas governamentais geraram em torno dos visados e, especialmente, de Aristides da Mota[81].

Na sessão de 15 de Julho de 1924, da Câmara dos Deputados, o deputado pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, Hermano de Medeiros, interpela o ministro da Agricultura sobre a transferência de dois funcionários de Ponta Delgada para o Continente, acusados de "exteriorizações monárquicas", sem que tal medida disciplinar tivesse resultado da instauração de qualquer inquérito. O protesto teria ainda mais razão de ser, segundo o deputado, visto que os dois funcionários eram militantes ou simpatizantes de partidos republicanos. Outro dos deputados pelo mesmo círculo, Jaime de Sousa, procura ilibar o governador civil substituto, centrando as culpas do sucedido no governo anterior, na medida em que não aguardara o resultado do inquérito para então decidir. O caso de Aristides da Mota não foi abordado, precisamente porque corria o inquérito[82].

No Senado, a acentuação foi precisamente no caso Aristides da Mota, tendo a questão sido levantada pelo senador monárquico Querubim de Guimarães, protestando contra a suspensão de funções daquele "professor distinto e homem de gabinete, […] vítima de um atentado absolutamente brutal" por parte de um indivíduo que por prestígio só tinha o que lhe advinha do desempenho do cargo de governador civil substituto. Um outro deputado também monárquico protestaria também pelo facto o sucedido ser demonstrativo da intolerância política e republicana e das limitações à liberdade de expressão. O deputado Medeiros Franco, pelo círculo de Ponta Delgada interviria em defesa do governador civil substituto, reconhecendo, porém, que Aristides da Mota teria, numa das suas intervenções, proferira certas frases que "não podiam deixar de merecer certos reparos por parte de quem tem por obrigação defender, no exercício do seu cargo, a integridade moral da República"[83]. Dias depois, o assunto seria novamente levado à sessão, desta vez pelo senador, também monárquico, Oriol Pena[84].

No fundo, o relatório do governador civil substituto, Jaime Hintze – que fora militante monárquico e que era acusado, por isso mesmo, de pretender afirmar créditos de "bom republicano" – e as precipitadas decisões disciplinares dos ministros da Agricultura e da Educação serviram, fundamentalmente, os interesses dos regionalistas micaelenses. Com efeito, a fortíssima campanha que o *Correio dos Açores* lidera na condenação das medidas governamentais relativamente àqueles funcionários públicos, e os apoios que o jornal foi recebendo de personalidades de diversos quadrantes políticos, quer dos Açores quer do Continente, contribuiriam para reforçar as críticas ao poder central e apelar ao reforço da unidade em torno dos ideais autonomistas. Por outro lado, os parlamentares monárquicos souberam bem aproveitar-se da situação

[81] O republicano "histórico", dr. Henrique Brás dava bem conta disso mesmo, numa carta dirigida a José Bruno: "Felicito vivamente o meu excelente Amigo pelo êxito, superior a toda a expectativa, da visita dos intelectuais, êxito que a perseguição idiota ao dr. Aristides Moreira da Motta veio tornar ainda mais retumbante". Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1924, Julho, 13.

[82] Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 123, de 15 de Julho de 1924, pp. 22-24.

[83] Diário do Senado, sessão n.º 83, de 16 de Julho de 1924, pp. 8-15.

[84] Diário do Senado, sessão n.º 86, de 23 de Julho de 1924, p. 4.

para, em ambas as câmaras, dirigirem fortes ataques à situação política vigente, acusando os republicanos de intolerância política e de perseguições sistemáticas aos seus opositores políticos. O jornal católico *A Actualidade* chegava mesmo a reconhecer que as medidas punitivas do governo ter-se-iam revelado como "uma das muito poucas obras boas que fez o governo do sr. Álvaro de Castro", na medida em que cobriam de ridículo o Governo e seus informantes e prestigiavam Aristides da Mota[85].

No rescaldo dos acontecimentos, em carta ao General Simas Machado, José Bruno Carreiro é extremamente crítico quanto ao comportamento de alguns políticos do partido democrático:

> "Publiquei há pouco no *Correio* a sua bela carta ao dr. Aristides, protestando contra o vexame e a violência de que foi vítima por parte destes ascorosos políticos, em que se não sabe o que mais admirar: se a imbecilidade, se a maldade, se a desfaçatez, se o cinismo. […] O que 3 ou 4 (não mais) democráticos urdiram e conchavaram em volta da visita da missão de continentais, com uma teia de mentiras e calúnias, é simplesmente fantástico. […]O que é assombroso é que, apesar de o resto do partido, com os principais magnatas à frente, tomar posição, publicamente, contra o que fez o governador civil substituto […], houve ministros que lhe deram ouvidos, praticando e fazendo a sementeira de ódios e dissenções que para aí foi lançada. Que miséria!"[86].

Em 1925, já com sinais bem significativos do fim da I República, o *Correio dos Açores*, empenhava-se novamente na luta política: havia que encontrar consensos em torno da ideia descentralizadora e da possibilidade de os parlamentares dos quatro distritos insulares (Madeira e Açores) definirem uma plataforma comum de actuação nas respectivas câmaras.

A análise "dramática" da situação política nacional, baseada num "modelo" definido pela oposição entre as qualidades do povo e a corrupção dos políticos, os altos interesses nacionais e a defesa egoísta dos interesses individuais ou de facção, as virtudes da unidade face à decadência provocada pela "pulverização" partidária, iria desencadear, no distrito de Ponta Delgada, um movimento tendente à constituição da "unidade conservadora". A unidade de acção conservadora encontrara em Filomeno da Câmara o verdadeiro símbolo do combate patriótico contra os "desmandos" da vida política portuguesa. Solicitava-se, pois, a aceitação da sua candidatura a deputado regionalista, pelo círculo de Ponta Delgada, juntamente com a de Herculano Amorim Ferreira, engenheiro militar, também natural da Ilha de S. Miguel[87]. O lema da campanha, lançado por Filomeno da Câmara, seria "a revolta dos escravos". José Bruno Carreiro,

[85] A Actualidade, Ponta Delgada, 1924, Julho, 12.

[86] "Carta de José Bruno Carreiro a Simas Machado", Ponta Delgada, 1924, Agosto, 24. Arquivo Simas Machado, pertença da Dr.ª Eugénia Paím Xavier.

[87] Cf. Luís Menezes, As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores, s/l [Angra do Heroísmo], SREC/DRAC, s/d [1992], pp. 158-159.

ainda que tenha recusado imediatamente o convite para se candidatar a deputado[88], envolveu-se directamente na campanha eleitoral[89]. Os resultados foram óptimos para os regionalistas: venceram as eleições, elegendo Filomeno da Câmara e Herculano Amorim Ferreira como deputados. Em 1927, José Bruno Carreiro diria mesmo que esta vitória regionalista podia ser designada como o "28 de Maio dos micaelenses".

De facto, como aconteceria com a maioria da população portuguesa, o "28 de Maio" foi recebido, nos Açores, com uma atitude de expectativa benevolente. Pelo Decreto 14 402, de 7 de Outubro de 1927, seria criado o cargo de Delegado especial do Governo da República nos Açores, com funções de superintendência nos serviços da administração pública e com competências de nomeação e demissão de autoridades administrativas e militares. Além do mais, teria especiais responsabilidades no controle dos deportados políticos que se encontravam dispersos por diversas ilhas dos Açores, mas, sobretudo, na Terceira. José Bruno Carreiro foi logo nomeado chefe de gabinete da secção civil, colaborando, assim, directamente com o detentor do cargo, coronel Silva Leal, enquanto ele mantivesse a sede em Ponta Delgada.

Após a instauração da Ditadura Militar, José Bruno esperava, numa atitude por ele mesmo caracterizada de "reservada", a reforma administrativa, pois as circunstâncias políticas aconselhavam o "abandono dos programas de vastas reivindicações" apresentados em diversas conjunturas, ainda que explicitadas nesses projectos mantivessem plena actualidade e não devessem ser abandonadas[90]. A justificação para esta tomada de posição sobre a autonomia seria aprofundada numa conferência realizada no Grémio dos Açores, em Lisboa. A questão essencial que o teria levado a aconselhar o abandono de "programas de vastas reivindicações" ligava-se a uma reflexão cuidada sobre a realidade social açoriana e a uma consequente reconsideração das características tradicionalmente atribuídas ao povo açoriano. De uma visão optimista sobre a capacidade dos açorianos para gerirem, competente e honestamente, os seus próprios recursos, passara a uma perspectivação céptica sobre as relações sociais e os interesses económicos e políticos que, sobretudo após a Guerra, haviam abalado os "fundamentos das velhas sociedades" e a que a população açoriana não teria ficado imune. As fissuras, na sua opinião, eram já notórias na "estrutura do velho templo" da sociedade açoriana; por toda a parte surgia uma verdadeira "onda de apetites" e nos distritos açorianos e mesmo no distrito de Ponta Delgada verificavam-se já défices nas contas públicas.

José Bruno Carreiro não tem dúvidas: perante a situação dos distritos e o contexto político nacional, havia que enveredar pelo pragmatismo. Abandonava-se a discussão sobre a divisão administrativa dos Açores, geradora sempre de grandes polémicas; não se debatiam as questões ligadas ao modelo de representação política nas instituições autonómicas; abandonava-se a defesa do alargamento das competências das juntas

[88] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1925, Setembro, 18.
[89] Idem, Ponta Delgada, 1925, Outubro, 18.
[90] Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1927, Junho, 2

gerais. Preconizava-se, somente, a manter a configuração administrativa descentralizadora de 1895 e o alargamento dos recursos financeiros das juntas gerais:

> "Por toda a parte se ergueu a onda dos apetites e já se tem podido observar que o alargamento da autonomia administrativa, que deveria ser para todos os açorianos uma coisa – deixem-me dizer – sagrada, o campo onde afirmassem com a mais alta nobreza e a mais pura isenção as virtudes de cidadãos e a têmpera do seu carácter, para não poucos já surge agora como uma lauta mesa a pôr em restaurante público"[91].

Esta inflexão do discurso contribuía para a "deslegitimação" de propostas autonomistas de cariz político-administrativo, ao retirar consistência a um dos principais suportes argumentativos da causa: a capacidade de autogoverno dos açorianos. Além disso, a assunção da realidade financeira dos distritos açorianos, que passara a deficitária (ainda que, no caso do de Ponta Delgada, minimizada pelo facto de a percentagem do défice em relação às receitas públicas ser inferior à que se verificava a nível nacional), iria também determinar uma alteração do modelo da autonomia, que passaria então a acentuar a questão financeira em detrimento de objectivos de natureza política ou administrativa. Abandonava-se a discussão sobre a divisão administrativa dos Açores, geradora sempre de grandes polémicas; não se debatiam as questões ligadas ao modelo de representação política nas instituições autonómicas; não se defendia o alargamento das competências das juntas gerais. Preconizava-se, somente, a manutenção da configuração administrativa descentralizada constante do decreto de 2 de Março de 1895 e o alargamento da autonomia financeira distrital. Seria esse o fio condutor que iria imperar durante os dois primeiros anos da vigência da Ditadura Militar, o que não deixaria de desencadear uma série de críticas à "incoerência" de José Bruno e seus companheiros do *Correio dos Açores*.

Com efeito, este recuo autonomista ao nível do discurso encerrava fragilidades argumentativas que suscitavam suspeitas sobre a coerência e verdadeiras intenções políticas do jornalista e político micaelense. Ele próprio o reconheceria mais tarde, ao afirmar:

> "Não pouca coragem moral foi necessária para operar um recuo nas reivindicações autonomistas, mas fazê-lo era um dever cívico para quem por elas combatera norteado apenas pelo objectivo de assegurar aos interesses públicos a sua melhor defesa"[92].

O autonomista e presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada, Luís Bettencourt, viria em defesa do director do *Correio dos Aço-*

[91] Idem.
[92] José Bruno, "Sursum Corda", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Agosto, 3.

res, salientando que José Bruno adoptara, como o haviam feito outros autonomistas micaelenses e terceirenses, a estratégia *gradualista* no concernente à conquista das prerrogativas autonomistas. Tratara-se, pois, de uma visão da autonomia, não como organização política e administrativa estática, mas *progressiva*, alcançada por etapas, por pequenas conquistas que se tornariam irreversíveis – uma solução "por fases", de "ampliação lenta, mas segura", de modo a alterar a visão negativa que os continentais tinham relativamente às reivindicações açorianas[93].

E é este tipo de intervenção mais pragmática e, digamos, economicista que iria ter sucesso, pois alcançara também o apoio do delegado especial do governo da República nos Açores, coronel Silva Leal. De facto, José Bruno Carreiro, acompanhando o coronel Silva Leal, delegado especial do Governo da República nos Açores, deslocou-se a Lisboa, no início de 1928, ali permanecendo mais de um mês. Silva Leal fora tratar de assuntos relativos aos Açores e, principalmente, da reorganização das juntas gerais autónomas de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. Pretendia-se, essencialmente, o aumento das receitas, a diminuição dos encargos, a definição das atribuições e a alteração da composição das juntas gerais. As propostas colheram valimento através do decreto n.º 15035, de 16 de Fevereiro de 1926 que, em termos gerais, definia a passagem de receitas de diversos impostos para as juntas gerais e de algumas despesas para o governo. Ou seja, garantia-se um maior desafogo financeiro às administrações distritais, que era, no fundo, o que se pretendia. Houve, naturalmente, grandes manifestações populares em torno de José Bruno e do Coronel Silva Leal. É neste contexto que surgem o Largo 16 de Fevereiro de 1928 e a Rua Coronel Silva Leal.

José Bruno Carreiro exaltava, então, as virtudes do governo da Ditadura Militar. Em entrevista ao jornal lisboeta *A Voz*, afirmava:

> "A descentralização, num país em que todos mandam ou querem mandar, tem perigos tremendos. Mas com um governo forte, um governo que representa a nação e que, portanto, pode sofrear as desmedidas aspirações de tantos, ela deixa de ser perigosa para se tornar magnífica […]. A ditadura concedeu aos Açores tudo o que neste momento lhe era lícito conceder"[94] .

A actuação de Salazar, enquanto ministro das Finanças, iria abalar esta perspectiva positiva em torno do trabalho da Ditadura Militar, pois o controlo financeiro que impôs, visando o equilíbrio do orçamento de Estado, iria ter reflexos importantes no funcionamento das juntas gerais autónomas.

Por decreto de 31 de Julho de 1928, o de 16 de Fevereiro do mesmo ano, que tanto apoio tinha recebido em S. Miguel, alegando o reconhecimento da capacidade dos distritos autónomos se administrarem com eficácia, e, portanto, com mais autonomia, Salazar sufocaria financeiramente as juntas gerais, retirando-lhes receitas e acrescen-

[93] Luís Bettencourt, "Juntas Gerais Insulanas e a sua Autonomia", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Fevereiro, 8.
[94] Transc. no Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Março, 13.

do-lhes os encargos. Nessa conjuntura, José Bruno Carreiro não deixou de protestar, a despeito das críticas que lhe eram dirigidas pelos indefectíveis da Ditadura Militar. De facto, apostando na oposição prática/teoria, José Bruno apreciava os dois decretos – o de 16 de Fevereiro e o de 31 de Julho de 1928) à luz das realidades, afirmando que alargamentos teóricos da autonomia não resolviam os problemas concretos das populações. Fora isto precisamente o que acontecera com o decreto de Salazar: a autonomia administrativa – melhor, a desconcentração administrativa[95] – que se afirmava ampliar-se, poderia conduzir as juntas gerais à "função mecânica de cobrar receitas e pagar quadros de pessoal, pondo de parte todas as obras e iniciativas do interesse público e falseando assim absolutamente a sua missão"[96]. Num importante editorial do *Correio dos Açores*, em que é fortemente criticada a política de "facto consumado", como tinha sido a publicação do decreto de Salazar, o seu director afirma:

> "Por um critério que talvez possa ser arguido de excessivamente materialista, avaliamos um regímen de administração pública pela forma como serve os interesses dessa administração e não pelas palavras em que é formulado. Não é por *sport* que se têm travado as várias campanhas autonomistas. Ninguém as travou para experimentar nos Açores teorias de descentralização administrativa. Foram travadas com uma visão objectiva de realidades e interesses"[97].

Mesmo assim, havia que "encarar de frente a situação criada ao distrito", resultante da "inflexibilidade do programa governamental e do interesse superior da nação", a que todos teriam de se submeter[98].

A finalizar, recuperemos a sua importante conferência *Autonomia Administrativa dos distritos das ilhas adjacentes*[99], publicada pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada e recentemente reeditada. Trata-se de um texto fundamental e de leitura, digamos, obrigatória para quem se interessa pelas questões autonomistas, e não só os historiadores ou homens de cultura.

Desde logo, uma perspectiva da autonomia, não como resultante de conjunturas económicas, sociais ou políticas específicas, mas de um longo processo histórico marcado pela insularidade, que criara um modo de ser específico do povo dos Açores, uma "personalidade diferenciada da população continental". Fora esta personalidade, ou

---

[95] "Não há, de facto, um novo alargamento da autonomia administrativa, porque nenhuma modificação sofreram as atribuições das Juntas. Se tanto se fala em 'alargamento da autonomia' é porque essa é a expressão correntemente empregada neste assunto. O que se opera é uma desconcentração de funções e serviços, o que não é precisamente o mesmo que descentralização". "Sursum Corda", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Agosto, 3.

[96] "Na ordem do dia. O novo regime das Juntas Gerais", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Julho, 17. Note-se que o artigo é anterior à promulgação do diploma, que só foi publicado em Diário do Governo em 31 de Julho. A análise baseara-se no projecto de decreto que, aliás, poucas alterações sofreu.

[97] "Sursum Corda!", in Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1928, Agosto, 3.

[98] Ibidem.

[99] José Bruno Carreiro, A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes, separata dos n.ºs 1 e 2 do vol. VIII da Revista "Insulana", órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1952. Citaremos a segunda edição – Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1994.

identidade, marcada pela história e pela geografia, a insularidade, que justificara, por exemplo, o movimento autonomista de 1895[100].

> "Não é uma fantasia a opinião de que também se deve ver a personalidade especial do Açoriano no movimento que há cerca de sessenta anos o pôs em pé de batalha a reclamar para as suas ilhas um regime de autonomia administrativa. O sentimento muito vivo de liberdade, o patriotismo local, atitudes de independência, pendores de rebeldia – tudo isso que fulge nos cinco séculos da história dos Açores, tudo de certo modo explica, tudo deve estar também no fundo daquele movimento, imponderáveis a latejar no espírito dos homens que o criaram e dirigiram"[101].

José Bruno justifica o facto de ter aludido a aspectos da "personalidade açoriana", criada pela insularidade, a factor históricos em que os Açores desempenharam papel relevante, quer a nível nacional, quer internacional, e à importância geoestratégica dos Açores, porque tais factos e acontecimentos haviam criado no espírito dos açorianos "uma consciência de que a sua posição lhes assegurava direitos especiais derivados do seu isolamento, do seu modo de ser e dos seus recursos". Teriam sido as origens remotas das reivindicações autonomistas da última década do século XIX[102].

A partir daí, o autor apresenta cruamente a situação de crise económica e social que grassava no distrito de Ponta Delgada, sem que a Junta Geral tivesse qualquer capacidade para lhe ocorrer, pela escassez de recursos financeiros. Críticas fortes, sem dúvida, mas dirigidas em tom cordato.

Mas, mesmo com estas críticas ao funcionamento das juntas gerais autónomas, por falta de verbas para investimento, José Bruno mantém-se firme na defesa da autonomia, contrariamente a algumas vozes que, havia mais de uma década se manifestavam no sentido de não se justificar a autonomia, pois o governo do Estado Novo tudo resolveria a bem dos açorianos. Acreditava, pelo contrário, nas capacidades das corporações locais para decidirem o melhor para o desenvolvimento do distrito, sem as peias do Terreiro do Paço e os constantes beija-mãos a funcionários das repartições centrais. O problema não era, pois, o do alargamento da autonomia administrativa, mas sim da capacidade financeira das juntas gerais[103].

José Bruno Carreiro manteve-se, pois, fiel ao ideal da livre administração dos Açores pelos açorianos. Por ele se bateu em diversas frentes e sob várias perspectivas. Foi, muitas vezes, incompreendido e não menos infamado. Teve, em circunstâncias específicas, que recuar no "programa de vastas reivindicações", para se situar no pragmatismo que os anseios de desenvolvimento das ilhas exigiam. Clamou pela unidade

[100] Pp. 27-28.
[101] P. 29.
[102] P. 41.
[103] P.

e solidariedade açorianas, conhecendo bem que tal objectivo era difícil de alcançar. No *Correio dos Açores* deu voz e incentivou o debate sobre as questões culturais e os grandes desafios do desenvolvimento. Acreditava, pois, como é fácil de se comprovar pelo trabalho desenvolvido pelo *Correio dos Açores* numa autonomia fundamentada na identidade do povo açoriano e legitimada pelo seu sentido nacional e patriótico.

O CASO DREYFUS ANALISADO POR AUTORES AÇORIANOS: JOSÉ BRUNO CARREIRO E JAIME BRASIL

Mário Mesquita*

O caso Dreyfus corresponde a uma sequência de ocorrências e acontecimentos que se prolonga por doze anos entre 1894 e 1906, se tomarmos como referência a detenção de Alfred Dreyfus e a respectiva absolvição pela "Cour d'Assises" (Supremo Tribunal).

A sua relevância histórica, comprovada pela enorme bibliografia surgida por ocasião das comemorações do centenário, não se limita à história de França, antes se inscreve na história da Europa e do mundo.

O "affaire Dreyfus" ilustra uma situação paradigmática de *erro judiciário* em que os tribunais militares, em nome de supostos interesses de Estado, do patriotismo e da imagem das Forças Armadas, desrespeitam a legislação que deveriam aplicar. Alguém ousou ir mais longe, escrevendo que mais do que um *erro judiciário* o julgamento de Alfred Dreyfus foi um *crime judiciário*.

Mostra de que forma o preconceito étnico e racial – mais precisamente, o *anti-semitismo* – pode sobrepor-se aos direitos humanos.

Revela que, num preciso momento histórico, o *nacionalismo* estreito pode conduzir a atentados ao Estado de direito, invocando o nacionalismo do "certo ou errado, estou com o meu País".

Evidencia que nem sempre é fácil defender os direitos individuais contra a solidariedade corporativa dos grandes corpos de Estado.

Denota como era frágil, na França da última década do século XIX, a separação entre os poderes, teorizada por Montesquieu.

Mostra como a opinião pública, influenciada pelos porta-vozes institucionais e pela quase a unanimidade da imprensa, se consegue transformar em forma de controlo e de opressão, reduzindo ao silêncio as minorias dissidentes.

* Jornalista. Licenciado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Lovaina. Professor na Escola Superior de Comunicação Social em Lisboa.

Exemplifica o modo como é possível romper o consenso dominante, com a actuação conjugada das vozes minoritárias na política e na administração pública, articuladas com a intervenção da imprensa.

Traduz o combate entre uma velha França, herdeira do antigo regime, que ainda não se conformou com a Revolução Francesa e as transformações políticas e sociais a ela ligadas.

Assinala o surgimento, pela primeira vez na vida pública francesa, da palavra "intelectual", entendendo-se por tal a personalidade que, legitimada pelo seu prestígio como escritor, universitário, cientista ou artista, intervém na esfera pública em matérias em que não é especializada.

Dreyfusards e anti-dreyfusards

A esfera pública francesa dividiu-se em *dreyfusards* e *anti-dreyfusards*, embora as fronteiras do território ocupado por cada um dos campos se tenham alterado ao longo dos doze anos que medeiam entre 1894 e 2006. As figuras mais relevantes da política, da literatura e do jornalismo participaram na polémica sobre Dreyfus, com destaque para Zola, Clémanceau, Jaurés, do lado *dreyfusard*, e Maurice Barrés, Charles Maurras e Ferdinand Brunetière entre os *anti-dreyfusard*.

Na generalidade, o campo *dreyfusard* estruturava-se, em termos políticos, à volta da esquerda, liberal, republicana ou socialista, e na área *anti-dreyfusard* predominava a direita, nacionalista, monárquica, católica ou não, mas também republicana, moderada ou extremista (com destaque para a *Action Française*). Mas a contraposição *dreyfusard versus anti-dreyfusard* não se reduzia à dicotomia *esquerda versus direita* ou *católicos versus laicos*. É conveniente lembrar que a lei da separação da Igreja do Estado foi aprovada um ano antes da reabilitação de Dreyfus, ou seja, em 1905, pouco depois da dissolução das ordens religiosas (1903).

Além disso, muitas pessoas ou personalidades políticas, à medida que foram sendo difundidas mais informações, mudaram de atitude, entre elas, o líder socialista Jean Jaurés, que, de início, não colocava sequer a hipótese da inocência de Dreyfus, para, anos depois, se transformar num dos seus mais acalorados defensores.

As personagens complexas de Proust, em diversos romances de *À La Recherche du Temps Perdu*, indicam que o alinhamento anti-dreyfusard possibilitou a ascensão social, através da entrada nos "salões" mundanos e culturais da aristocracia e da alta burguesia de pessoas com origens sociais mais modestas, mas revelam também que a partir do momento em que a inocência de Dreyfus se impôs quase como evidência à maior parte da opinião pública surgiram dissidentes na área da própria aristocracia conservadora.

A literatura francesa regista obras de ficção inspiradas na reconstituição do "affaire Dreyfus" da autoria do próprio Émile Zola, de Anatole France e de Roger Martin du

Guard . De entre todos os ficcionistas que procuraram inspiração no "Affaire", destaca-se Marcel Proust, no romance inacabado Jean Santeuil (centrado exclusivamente no caso Dreyfus) e, sobretudo, em múltiplas referências ao longo de *À La Recherche du Temps Perdu*.

A intriga do "Affaire"

Quem o afirma é Jaime Brasil: "O caso que deu origem a esse julgamento foi tão monstruoso, algumas das figuras que nele intervieram tão sinistras, as paixões que suscitou tão avassaladoras, que a sua efabulação excede quanto a mais ousada fantasia dos fabricantes de romances policiais, de espionagem e de aventuras, poderia conceber"[1].

Se for reduzido ao enredo, o caso Dreyfus é uma complexa trama em que se multiplicam acontecimentos e personagens ao longo de uma intriga de desfecho imprevisível. José Bruno, por seu lado, refere-se "ao mais emaranhado e confuso imbróglio que regista a História"[2]

Se os franceses o aprendem enquanto capítulo da história pátria, os portugueses do início do século XXI, na sua maioria, apesar dos romances, filmes, séries televisivas e das recentes comemorações do centenário, que se prolongaram de 1994 a 2006, desconhecem, ou esqueceram, a sequência cronológica do caso[3].

José Bruno *versus* Jaime Brasil

A recepção do "affaire Dreyfus" em Portugal, que foi muito vasta, já se encontra estudada por historiadores, com destaque para João Medina[4], desde a época em que se desenrolaram os acontecimentos em França até à actualidade.

Nos anos 30 e 50, dois autores açorianos – Jaime Brasil, nascido na ilha Terceira, mas residente em Lisboa e, ocasionalmente, exilado em Paris - e José Bruno Carreiro, açoriano por opção, cidadão de Ponta Delgada, desde que concluiu a sua licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra.

São contributos de natureza diferente. Jaime Brasil promoveu a edição portuguesa do panfleto *J'Accuse*, de Zola, acompanhada de um estudo de contextualização histórica e política. Mais tarde, abordou o "Affaire" no âmbito da biografia de Émile Zola (*Vida e Obras de Zola*), inicialmente publicada sob o pseudónimo de A. Luquet (Livraria Latina Editora, 1943), reeditada, na década de 60, pela Portugália, em livro de bolso, na colecção A Obra e o Homem.

---

[1] Jaime Brasil, *Zola, o escritor e a sua época*, Lisboa, Portugália, 1966, p.198.

[2] José Bruno Carreiro, *O Drama do capitão Dreyfus*, Porto, Educação Nacional, 1950, p. VII.

[3] Esta exposição foi acompanhada pela exibição de uma cronologia do caso Dreyfus, que anexamos no final do artigo.

[4] João Medina, "O Caso Dreyfus em Portugal", Revista da Faculdade de Letras, nº 16/17 – 5ª Série, 1994, pp. 115-231

Convém reter, em primeiro lugar, que *O Drama do Capitão Dreyfus*, editado em 1951, resulta da compilação do folhetim publicado no "Correio dos Açores", de Ponta Delgada, de 29 de Julho de 1939 a 18 de Abril de 1940.

Tal como sucedeu com a reconhecida e indispensável biografia de Antero da autoria de José Bruno, o texto jornalístico – fragmentado em episódios, à maneira dos folhetins do séc. XIX – precedeu a apresentação em livro, visando outro tipo de leitores situados fora do âmbito de circulação do "Correio".

Que motivações explicam o interesse de um intelectual açoriano, jurista de formação, pelo "Affaire Dreyfus" a ponto de lhe dedicar um cartapácio – a palavra é do próprio José Bruno – de 544 páginas? Em carta a João de Barros, datada de 10 de Fevereiro de 1951, o autor anuncia ao amigo que vai publicar em breve "O Drama do Capitão Dreyfus": "É uma história do famoso Affaire que tanto apaixonou a nossa geração, no fim do século passado"[5]. A 8 do Julho do mesmo ano, José Bruno escreve ao mesmo interlocutor: "Sem dúvida não terás esquecido o vulcão da "Affaire", mas não sei se por ela te apaixonaste. Eu muito me apaixonei, aqui e em Coimbra. Bem me lembro de uma noite, num café da Baixa, em Outubro de 99, nas vésperas de reabertura das aulas. Dreyfus acabava de ser condenado pela segunda vez, a indignação era bravíssima e resolveu-se alugar um comboio nas férias do Natal para a Academia ir a Paris aclamar Dreyfus e vaiar o Estado-Maior! Santos tempos! Que saudades!"[6].

A que género pertence *O Drama do Capitão Dreyfus*? José Bruno Carreiro não reivindica para o seu texto a categoria de investigação histórica, provavelmente porque não teve acesso directo aos arquivos europeus – franceses e alemães, antes de mais – que permitiriam efectuar um trabalho de historiador na acepção canónica da palavra, mas revela que a publicação na Alemanha das memórias do adido militar da Embaixada de Paris, Schwatzkopen e de outros documentos essenciais para elucidação do caso foi uma das motivações que o decidiram a retomar o intrincado processo judicial que forçou a três julgamentos sucessivos, em tribunais militares e civis.

No prefácio, José Bruno escreve que o seu livro poderia ter como subtítulo "peça extraída das Histórias da Questão Dreyfus", o que coincide com a forma como o apresenta a João de Barros: "uma espécie de peça"[7] ou, ainda no prefácio, "reconstituição do drama dreyfusiano"[8].

Aliás, os capítulos são designados por actos, como se estivesse em causa uma peça teatral. "Pouco mais fizemos do que traduzir os documentos e os depoimentos em que as suas cenas se desenrolaram e, das melhores histórias da *Affaire*, os pormenores necessários para a ligação dessas cenas, a descrição dos ambientes em que se sucederam e algumas vezes resumos, comentários e observações do maior interesse."[9]. Drama,

---

[5] Ana Maria Almeida Martins (org.), *Antero Quental. A construção de uma biografia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2006, p. 380.
[6] Ana Maria Almeida Martins, op. cit., p. 383.
[7] Ibidem.
[8] José Bruno Carreiro, *O Drama do capitão Dreyfus*, p.IX.
[9] José Bruno Carreiro, *op. cit*., p. VIII.

peça, acto, cena – a adopção do vocabulário teatral, associada ao recurso frequente aos diálogos, estabelece, por opção do autor, uma proximidade com teatro que não parece de estranhar no dramaturgo que procedeu à adaptação teatral de *Os Maias* que veio a ser posta em cena pela companhia Rey Colaço-Robles Monteiro.

Se quisermos comparar a abordagem de José Bruno com a de Jaime Brasil, o primeiro aspecto a sublinhar é que o biógrafo de Antero de Quental encara o caso Dreyfus numa perspectiva autónoma, enquanto em Jaime Brasil ele nos surge integrado em estudos dedicados a Émile Zola, num caso na perspectiva biográfica, no outro a propósito do manifesto *J'Accuse*. Em Bruno Carreiro, é o próprio "affaire" que constitui o cerne da obra produzida. A ambição das obras é naturalmente diferente. Em Jaime Brasil, a narrativa do caso Dreyfus inscreve-se na perspectiva do biógrafo de Zola, que dedica dez capítulos ao "Affaire", ou do tradutor e anotador de "J'Accuse" que contextualiza a célebre polémica.

Nos textos de Brasil, escritor de tendência democrática e libertária, o "herói" celebrado não é Dreyfus, mas antes Zola, o romancista e intelectual intervencionista. O exemplo não reside na figura do oficial disciplinado, do alsaciano que prefere a França à Alemanha, do judeu assimilado pela adesão à nacionalidade francesa. Na narrativa de Jaime Brasil, Zola é o herói, Dreyfus a vítima que é salva pela abnegada intervenção do escritor que coloca o seu prestígio ao serviço da justiça.

"De então para cá – sustenta Jaime Brasil[10] – milhares de homens têm sido condenados por ódio religioso, por ódio de casta, por medo político, tão inocentes como Dreyfus (…). Talvez alguns fossem mais merecedores do que ele – simples e apagado militar – da dedicação dos intelectuais e homens livres por serem pensadores a padecer por defenderem a dignidade da inteligência ou idealistas a sofrer por amor da liberdade. No entanto, nunca mais apareceu um Zola para os cobrir com o heroísmo com que foi coberto Dreyfus".

Ao contrário de Jaime Brasil, José Bruno Carreiro coloca Alfred Dreyfus no centro do seu relato. O principal protagonista do Drama é o próprio Dreyfus, ao contrário da perspectiva de Brasil, aliás idêntica à de muitos dos seus próprios defensores que viam no capitão alsaciano uma espécie de herói menor, contrafeito, que não estaria à altura do papel que a história, por acaso, lhe havia reservado.

José Bruno equipara Dreyfus às personagens de tragédia grega. Prefere colocar o leitor – como ele próprio diz – "dentro do Drama" do que "em face do Enigma"[11]. Não é a questão ideológica que suscita o seu interesse: "Entre os clamores da direita: – "não importa saber se Dreyfus está inocente ou é culpado: só importa salvar a honra do Exército e saber quem manda em França". – e os de alguns grupos da Esquerda: – "nada importa o erro judiciário: Dreyfus só interessa na medida em que sirva de arma de ataque à ordem política e social vigente", – entre os dois clamores o drama dreyfusiano por vezes quase desapareceu em França, relegado para segundo

[10] Jaime Brasil, op. cit., p.238-39.
[11] José Bruno Carreiro, op. cit., p. IX.

plano (...)". Em suma, para José Bruno, é o cerco do indivíduo Dreyfus que merece surgir em primeiro plano.

O narrador Jaime Brasil afirma claramente o lugar de onde escreve, declara o seu alinhamento com os *dreyfusistas*, assume as críticas aos conservadores, à direita e à Igreja, cuja imprensa oficial, designadamento o *La Croix*, não esconde o seu alinhamento *anti-dreyfusard*. José Bruno Carreiro, por seu lado, toma as suas distâncias, desvaloriza os aspectos ideológicos do confronto para centrá-lo em questões mais vastas, quase se diria universais. Abonando-se em Bruno Weil, situa o drama na "disputa sempre renovada entre o Poder e o Direito, a luta entre a razão de Estado e o sentimento humano, o problema: – onde cessam os direitos do indivíduo, onde começam os da comunidade". Admite que existia boa-fé de alguns lutadores de primeira linha nos dois campos", embora não manifeste qualquer dúvida acerca da inocência de Dreyfus.

Procurando, acima de tudo, comover o leitor pela narrativa dramática, José Bruno relata as cenas de tribunal em diálogos vivos. Sem descurar a exactidão do relato, preocupa-se sobretudo com a construção retórica do clima emocional. Ao remeter para os apêndices finais da obra, as questões relativas às teses e às correntes de opinião no "affaire Dreyfus", José Bruno Carreiro prefere aproximar-se do *pathos* dos seus leitores reais ou virtuais do que embrenhar-se numa discussão académica de historiador ou jurista.

Nenhum dos autores reivindica o estatuto de historiador, ou sustenta o postulado positivista que situa o narrador da história fora do seu tempo e do seu lugar. Apenas duas divergências em matéria de facto separam os dois relevos. O oficial do Exército francês Esterhazy, geralmente considerado espião alemão, é classificado por Jaime Brasil como agente duplo. Na segunda edição da biografia, a morte de Zola, por via de regra tida por acidental (asfixia provocada por entupimento da chaminé da lareira), é interpretada como assassínio provocado por adeptos do *anti-dreyfusismo*.

Estas questões de facto não constituem as divergências maiores entre as abordagens de Bruno Carreiro e Brasil. Parafraseando um filósofo da história do nosso tempo, se o nosso herói é Dreyfus, o ingénuo oficial do Exército apanhado numa trama conspirativa a que é alheio, a história é contada de uma forma. Se a personagem central for Zola e Dreyfus uma figura banal e indigna do guião heróico do Affaire, a narrativa será outra. Serão ambas defensáveis? Serão legítimas? Talvez estas questões transportem consigo um excessivo relativismo. Mas por mais que os acontecimentos sejam triturados por jornalistas, historiadores ou juristas nem sempre é fácil apurar a tão invocada "verdade dos factos". Apesar disso, quase ninguém – desde Jaime Brasil e José Bruno aos numerosos historiadores do centenário – duvida da inocência de Dreyfus e do *complot* urdido em nome da Pátria e das Forças Armadas contra um homem de boa-fé.

CRONOLOGIA DO "AFFAIRE DREYFUS"

1894

20-25 de Setembro
O Serviço de Informações das Forças Armadas francesas descobre uma carta manuscrita e não assinada – o "bordereau" – dirigida a Maximilian von Schwartzkoppen, adido militar da Embaixada da Alemanha em Paris. O "bordereau" continha uma lista de documentos secretos (enviados em anexo), tendo sido encontrado na Embaixada alemã por uma informadora do Serviço de Informações francês. O Estado-Maior instaura um inquérito, com vista a descobrir o "traidor" infiltrado.

09 de Outubro
O "bordereau" é submetido à análise do perito em caligrafia Gobert.

13 de Outubro
Gobert envia um relatório dubitativo. É solicitada nova peritagem a Bertillon. Após um primeiro exame do documento, o segundo perito consultado conclui pela culpabilidade de Dreyfus.

15 de Outubro
O capitão Alfred Dreyfus, cidadão francês, judeu, natural da Alsácia, é preso e acusado de espionagem, por decisão do ministro da Guerra, general Mercier.

29 de Outubro
Os peritos Charavay e Teysonnières confirmam a análise de Bertillon.

01 de Novembro
O jornal *La Libre Parole* (direita nacionalista e anti-semita) refere, pela primeira vez, o nome do capitão Dreyfus.

19 de Dezembro
Início do julgamento de Dreyfus em tribunal militar. As audiências decorrem à porta fechada. Um *dossiê secreto* foi comunicado, a título confidencial, aos juízes militares, sem que a defesa dele tivesse conhecimento.

22 de Dezembro
Dreyfus é condenado, por unanimidade, à deportação vitalícia e à exautoração militar.

1896

Março
O tenente-coronel Picquart, recém-nomeado chefe do serviço de informações militares, identifica um espião ao serviço da Alemanha – o comandante Esterhazy – ao mesmo tempo que se convence da inocência de Dreyfus.

27 de Outubro
A hierarquia militar, que se recusava a admitir a possibilidade de reabrir o processo de Dreyfus, afasta Picquart do serviço de informações, a pretexto do desempenho de missões no Norte de África. A convicção da culpabilidade de Dreyfus é quase generalizada em termos de opinião pública.

1897

15 de Novembro
O primeiro sinal de mudança: a publicação do livro de Bernard Lazare, *Une Erreur Judiciaire*, ponto de partida para a reabilitação de Dreyfus. Mathieu Dreyfus, irmão de Alfred, denuncia o comandante Esterhazy como autor do "bordereau".

1898

11 de Janeiro
Esterhazy absolvido em Conselho de Guerra.

13 de Janeiro
Émile Zola publica no diário *L'Aurore*, a carta ao Presidente da República, intitulada *J'accuse*.

07-13 de Fevereiro

Julgamento de Zola. O escritor é condenado a um ano de prisão.

20 de Fevereiro
Fundação da Liga dos Direitos do Homem e do Cidadão.

30 de Agosto
O coronel Henry, sucessor de Picquart na chefia do serviço de informações, reconhece que falsificou uma peça destinada a comprometer Dreyfus. Henry é detido após a confissão.

30 de Agosto
Suicídio de Henry no presídio do Mont-Valérien.

26 de Setembro
O Governo solicita a revisão do processo Dreyfus. A secção criminal do Supremo Tribunal anula o julgamento de 1894 (seis votos contra quatro).

10 de Outubro
Zola exila-se em Londres.

07 de Novembro
Em artigo do jornal *Le Siècle* (da autoria de Reinach), Henry é acusado (post-mortem) de cumplicidade com Esterhazy.

14 de Dezembro
Abertura de uma subscrição pública com o objectivo de ajudar a viúva do coronel Henry a processar o acusador do seu marido.

1899

16 de Fevereiro
Morte do Presidente Félix Faure, adversário determinado da revisão do processo de Dreyfus.

18 de Fevereiro
Eleição do novo Presidente, Emile Loubet.

24 de Abril
Início das sessões do Supremo Tribunal, com vista à revisão do processo de Dreyfus.

03 de Junho
O Supremo Tribunal anula o julgamento de 1894. Dreyfus será novamente julgado em Conselho de Guerra.

12 de Junho
Queda do Governo de Dupuy.

22 de Junho
Primeiro sinal de vitória "dreyfusista", formação do Governo de Waldeck-Rousseau, abertamente favorável à revisão do processo.

01 de Julho
Dreyfus regressa a França, sendo internado na prisão militar de Rennes.

18 de Julho
Longo depoimento de Esterhazy, no jornal *Le Matin*, em que declara ter sido o autor do "bordereau", embora "obedecendo a ordens superiores".

07 de Agosto
Início do processo de Alfred Dreyfus no Conselho de Guerra de Rennes.

12 de Agosto
Episódio *Fort Chabrol*. O director do jornal *L'Antijuif* e os seus apoiantes barricam-se na sede do Grande Ocidente de França, na Rue Chabrol.

14 de Agosto
Rennes. Tentativa de assassínio de Labori, advogado de Dreyfus e Zola.

09 de Setembro
Sentença do processo de Rennes. Dreyfus é novamente condenado, embora lhe reconheçam "circunstâncias atenuantes".

19 de Setembro
Dreyfus é indultado pelo Presidente Loubet.

22 de Setembro
Zola publica, no *Aurore*, a "Carta a Madame Alfred Dreyfus".

23 de Novembro
O processo de Versalhes (contra Zola) é adiado *sine die*.

1900

01 de Março
Apresentação no Senado do projecto de amnistia de todos os factos relativos ao 'Affaire Dreyfus'.

29 de Maio
Zola publica, no *Aurore*, a 'Carta ao Senado'.

18 de Dezembro
A Câmara dos Deputados vota a Lei da Amnistia.
22 de Dezembro
Carta aberta de Zola ao presidente Loubet.

24 de Dezembro
O Senado aprova a Lei da Amnistia.

1901

01 de Fevereiro
Edição do livro *A Verdade em Marcha*, recolha dos artigos publicados por Zola ao longo do 'Affaire'.

1902

29 de Setembro
Morte de Zola, na sua residência de Paris, em circunstâncias estranhas.

5 de Outubro
Funeral do escritor no cemitério de Montmartre. Discurso Anatole France: "[Émile Zola] foi um momento da consciência humana".

1903

26 de Novembro
Dreyfus escreve ao ministro da Justiça a requerer a revisão do processo de Rennes.

1904

5 de Março
A secção criminal do Supremo Tribunal aceita o pedido de revisão apresentado por Dreyfus e ordena a instauração de um inquérito.

16 de Novembro
Termina o inquérito efectuado pela secção criminal do Supremo.

1906

12 de Julho
O Supremo Tribunal – em reunião de todas as secções – anula o julgamento do Conselho de Guerra de Rennes e declara que a condenação de Alfred Dreyfus não tem razão de ser.

13 de Julho
O Parlamento aprova a reintegração Dreyfus nas Forças Armadas com o grau de chefe de batalhão), tal como Picquart (com o grau de general de brigada). Os deputados aprovam a transferência para o Panteão Nacional dos restos mortais de Zola.

1906

21 de Julho
Alfred Dreyfus é condecorado com a Legião de Honra (cavaleiro).

1907

5 de Agosto
Dreyfus reforma-se das Forças Armadas, a seu pedido.

1908

4 de Junho
Tentativa de assassínio de Alfred Dreyfus, durante a transferência dos restos mortais de Zola para o Panteão. O jornalista anti-dreyfusista Louis Grégori disparou dois tiros contra Dreyfus, que ficou ferido num braço.

1914

Dreyfus reingressa no serviço militar com vista a participar na Guerra.

1918

26 de Setembro
Dreyfus é promovido a tenente-coronel.

1935

11 de Julho
Morte de Alfred Dreyfus (1852-1935).

JOSÉ BRUNO CARREIRO, O ALMIRANTE DUNN, E O PRESIDENTE WILSON: O TRIÂNGULO QUE NUNCA EXISTIU?

*José Medeiros Ferreira**

1. O Contexto da Importância Internacional dos Açores

A importância internacional e estratégica dos Açores vai crescer entre a guerra hispano-americana de 1898, a construção do canal do Panamá e o decurso da I Guerra Mundial, em termos verdadeiramente impressionantes.

Talvez seja a declaração de neutralidade portuguesa por ocasião da Guerra de Cuba em 1898, aquela que revela melhor a importância dos portos atlânticos insulares nas relações luso-americanas.

Curiosamente essa declaração de neutralidade tem no parlamento de Lisboa o seu teatro aberto onde as pressões internacionais se fazem sentir. Interpelações dos deputados aos governantes sucedem-se entre 21 e 25 de Abril daquele ano, no sentido de apurar qual seria a atitude de José Luciano de Castro, chefe do governo progressista. De facto, a permanência no Mindelo da esquadra espanhola, comandada pelo almirante Cervera, causava a maior das perturbações no relacionamento entre Portugal, a Espanha e os EUA.

O jornal de Ponta Delgada, *Diário dos Açores*, publicara a 4 de Abril a notícia que o governo espanhol esperava reunir com as suas esquadras na ilha de S. Vicente, onde se abasteceriam de carvão, para rumar conjuntamente para Cuba.[1]

A 20 de Abril de 1898, o deputado regenerador Ferreira de Almeida, antigo ministro da Marinha, alertava para os perigos que se levantariam para os portos portugueses, de uma possível guerra entre Madrid e Washington, referindo-se à insuficiência dos meios navais para assegurar o respeito pelas determinações do governo de Lisboa.

* Professor na Universidade Nova de Lisboa.

[1] *Diário dos Açores*, 4 de Abril de 1898, citado por Nélia Leitão in Reflexos da Guerra Hispano-Americana em Portugal, trabalho apresentado na disciplina Diplomacia e as Relações Euro-Atlânticas, ministrada por José Medeiros Ferreira, Mestrado de Relações Internacionais, Universidade dos Açores, 2007.

E são reforçados com a artilharia, os fortes de Lisboa e enviados navios de guerra para Cabo verde e Açores. O jornal micaelense A *Persuasão* assinala que "*35 praças d'artilharia*" foram enviados para o Faial.

Em 26 de Abril o governo português foi notificado pelo governo norte-americano da guerra entre os EUA e a Espanha.

Washington esperava que Lisboa declarasse e praticasse a neutralidade no conflito, impedindo assim que os navios espanhóis se abastecessem e refrescassem as suas tripulações nos portos insulares.

Quando Portugal decretou a neutralidade na guerra hispano-americana, ou guerra de Cuba, em 1898, tinha assim os Açores e Cabo Verde no centro da decisão, ou, pelo menos, no articulado do decreto publicado no *Diário do Governo* de 29 de Abril daquele ano. Esse decreto, composto por 6 artigos, era muito minucioso na regulamentação dos direitos e deveres internacionais de Portugal, nomeadamente sobre o uso dos portos atlânticos. Assim o Art.º 3º desdobrava-se em três pontos:

> "*Ponto 1 – As embarcações de guerra de qualquer das potências beligerantes não praticarão, dentro dos portos e águas de Portugal, acto algum de hostilidade contra as embarcações ou nacionais ou de qualquer outra potência mesmo daquela com a qual esteja em guerra a potência a que pertencerem;*
> Ponto 2 – Nos mesmos portos e águas as referidas embarcações não poderão aumentar a sua tripulação, alistando marinheiros súbditos de qualquer nação, ainda mesmo daquela a que pertencerem as embarcações;
> *Ponto 3 – É igualmente proibido às mesmas embarcações aumentar nos mencionados portos e águas o número ou o calibre do seu armamento e receber a bordo armas portáteis ou munições de guerra*".

A estas estritas obrigações, devidamente compendiadas para a aplicação equitativa entre os beligerantes seguia-se o artigo sobre o direito "*ao comércio lícito*" da potência declarada como neutral.[2]

Refira-se desde já que os direitos das potências neutrais unirão os portugueses e os norte-americanos, desde as guerras napoleónicas à Guerra da Crimeia, em 1854, e ao período da I Guerra Mundial entre 1914 e 1916, em que se mantiveram neutras as duas nações. "*Foi aliás a necessidade de manter a liberdade de navegação no Atlântico contra os ataques dos submarinos alemães a navios mercantes norte-americanos um dos factores que determinaram Washington a declarar guerra aos impérios centrais*"[3].

Desse ponto de vista saliente-se que, *mutatis mutandi*, Portugal e EUA tiveram um comportamento internacional muito semelhante.

---

[2] Ver Ferreira, José Medeiros, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Ed. Presença, 2006, pp. 24-25.

[3] Ferreira, José Medeiros, "O Mar dos Açores nas duas guerras mundiais", in *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XI (2ª Série), Lisboa, UNL, 1999, p. 120.

É verdade que Portugal não declara por decreto a sua neutralidade em 1914 como o fizera em 1855, em 1870 e em 1898, mas o seu estatuto internacional seria esse até 1916. Os dois países serão assim ambos neutrais durante a maior parte das guerras no século XIX, e na I Guerra Mundial começam como neutrais e entram a meio como beligerantes por causa dos transportes marítimos: Portugal porque, em Fevereiro de 1916, considera «boa presa» os barcos das potências centrais surtos nos portos nacionais a fim de aumentar a tonelagem da marinha mercante aliada, os EUA porque não toleram a guerra submarina «à outrance» dos alemães que torpedeiam a sua frota de comércio que atravessa o Atlântico.

Desde o início do século XX que a Grã-Bretanha se preocupava com a utilização das ilhas dos Açores pelos alemães, quer por causa da amarração dos cabos submarinos, quer por causa da visita de vasos de guerra, como o cruzador Pantera, que fundeara na Horta e em Ponta Delgada, antes de causar uma crise internacional ao chegar a Marrocos. Os ingleses pedem mesmo, em 1906, às autoridades portuguesas que não concedam depósitos de carvão no porto da Horta aos alemães.

Em 1908 uma esquadra alemã visita os Açores perante a presença próxima da força naval britânica. Desembarcam em S. Miguel e anotam os melhores percursos de penetração.

Este é também o período em que as teorias do poder naval do Almirante Mahan começam a ter aplicação nos EUA. O conceito estratégico segundo o qual "Quem dominar o mar domina o mundo", vai levar o Ministério da Marinha deste país a interessar-se pelo uso de bases no Pacífico, – as Filipinas –, e no Atlântico, desde o complexo Panamá – Caraíbas. Esse interesse estender-se-ia até ao alto Oceano, ou "Atlântico Central", como se assinala na história do Consulado Americano nos Açores escrita em 1926?

Portugal e os EUA mantêm a sua neutralidade no início da Grande Guerra. Lisboa será neutral até Março de 1916 e Washington até Abril de 1917. Ambos os países entrarão depois na guerra do lado dos Aliados. Assim Portugal e os EUA estiveram juntos como neutrais e juntos como beligerantes na I Guerra Mundial. Neste particular recorde-se como Kennan, caracteriza o comportamento dos EUA nesse período:

"We entered with the concepts and methods of a small neutral nation"[4].

Com o eclodir da guerra, e durante o período em que Portugal não é considerado potência beligerante, assiste-se à utilização desigual dos portos do arquipélago dos Açores por navios ingleses e alemães, apresentando estes sucessivas queixas quanto à forma como era interpretado o estatuto de neutralidade nos portos insulares[5].

[4] Kennan, Georges, *American Diplomacy*, The University of Chicago Press, 1984, p. 91.

[5] Ver Ferreira, José Medeiros, "A importância do porto de Ponta Delgada, na I Guerra Mundial", in Açoriano Oriental, Suplemento, 500 Anos do Conselho de Ponta Delgada, edição de 19 de Julho de 1999.

A Majoria-Geral da Armada chega mesmo a emitir recomendações no sentido de uma maior equidade na aplicação do estatuto de neutralidade.

Quando o Alto-Comissário General Simas Machado é nomeado nos primeiros meses de 1918 assume todas as funções políticas, administrativas e militares para os Açores, entre as quais se salientavam as de defesa marítima. A criação da figura política do Alto-Comissário para os Açores em 1918 será precursora da figura político-administrativa que será aplicada em Angola e Moçambique depois de 1920.

E o facto de o Alto-Comissário ter a seu cargo tanto os assuntos militares como os assuntos político-administrativos, mais relevo dará à personalidade de José Bruno Carreiro que o irá assessorar na vertente civil, na continuidade aliás do cargo que já ocupava de secretário do Governo Civil do distrito de Ponta Delgada.

Entre Abril de 1918 e Março de 1919, o general Simas Machado foi Alto-Comissário nos Açores, em condições excepcionalmente difíceis do ponto de vista político, militar e civil. Filho de pai açoriano, era um republicano moderado que foi Constituinte em 1911 e Senador da República em 1920. Chegada a ditadura com o 28 de Maio de 1926, pediu para deixar o serviço activo no Exército. Não houve uma multidão a fazê-lo…

José Bruno Carreiro será escolhido para chefiar a repartição civil do Alto-Comissário, em 1918, assim como chefiará depois a repartição civil do Delegado Especial do Governo nos Açores, entre 1927 e 1928, na transição da ditadura militar. É possível que José Bruno Carreiro estivesse impressionado pela importância dos Açores, revelada pela abertura do Canal do Panamá e pela chegada rápida da esquadra norte-americana após Ponta Delgada ter sido bombardeada por um submarino alemão a 4 de Julho de 1917.

A chegada de cinco *destroyers* americanos ao porto de Ponta Delgada a 25 de Julho veio evidenciar quem se preparava para patrulhar eficazmente o Atlântico Norte na guerra submarina declarada pela Alemanha, e veio revolucionar os termos das relações anglo-americanas nesse domínio. Mas também veio alterar a importância estratégica dos portos da Horta e de Ponta Delgada a favor deste. Daí por diante, o distrito autónomo de Ponta Delgada ganhará mais projecção transatlântica, internacional e nacional. A pujança do chamado Segundo Movimento Autonómico entronca aí.

Seria a República Portuguesa a ter de gerir essa nova distribuição de papéis entre as potências marítimas no Atlântico e nos Açores.

Assim, o ministro de Portugal em Washington, o conde de Alte, enviou, a 15 de Abril de 1917, ou seja pouco mais de uma semana depois dos EUA terem declarado guerra à Alemanha, um telegrama para Lisboa, em que se faz referência ao eventual interesse no estabelecimento de uma base americana nos Açores:

> "É possível que a esquadra americana que vai policiar Atlântico precise porto de apoio nossas ilhas, eu disse transmitiria qualquer pedido nesse sentido governo que o examinaria amigavelmente".[6]

[6] Ferreira, J. Medeiros, "Os Açores nas duas guerras mundiais", in *Boletim do I. H. da Ilha Terceira*, vol. XLV – 1987, Angra do Heroísmo, 1988, p. 75.

A 24 de Agosto de 1917, o MNE Augusto Soares envia para Londres o seguinte telegrama:

> "Cônsul dos EUA P. Delgada comunicou autoridades que comodoro navios de guerra americanos surtos ali julga actuais meios de defesa insuficientes para protecção seus navios e cidade / e tencionava propor seu governo melhores defesas (…) Pedia consentimento autoridades locais militares e marítimas que responderam dizendo assunto competência governo. Defesa águas e costa portuguesa por forças americanas e acção preponderante destas nos Açores é assunto altamente melindroso que interessa não só política interna e externa Portugal mas também forçosamente Inglaterra. Legítimo desejo Governo da República é que Inglaterra nos forneça meios assegurar defesa eficaz P. Delgada contra perigos marítimos. (…) se marinha americana tem a desempenhar de acordo com aliado missão de defesa no Atlântico governo português deseja ser informado alcance dessa missão para responder ao governo americano".[7]

O ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, só a 3 de Outubro de 1917 recebe uma resposta verbal do Foreign Office, resposta verbal que, a seu pedido, foi confirmada por nota particular e confidencial de 5 desse mês. Nela, o Governo britânico afirma que está circunstancialmente impedido de prover à defesa dos Açores e julga assim que o Governo português fará bem em aceitar o oferecimento americano. Na declaração verbal, o diplomata do FO afirmara ainda estar seguro de que, por parte do Governo americano, não havia ideia reservada sobre influência a exercer nos Açores, mas apesar disso é recomendado ao governo português que tome todas as providências a fim de evitar que tal influência possa aumentar [8].

Perante esta situação o governo português responde afirmativamente à *Nota* do ministro dos EUA em Lisboa, coronel Thomas N. Birch, datada de 30 de Outubro de 1917, na qual este insistia na concessão de certas facilidades nos Açores e no estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada, que é para "*em resumo, concederem à marinha americana pela duração da guerra, tais facilidades em terra e tais privilégios*

O MNE Augusto Soares responderá afirmativamente por *Nota* datada de 8 de Novembro de 1917, embora não deixe de referir que:

> "*Aguardo as comunicações ulteriores de V. E. sobre a forma de levar a efeito alvitre do Governo americano, concordando com o estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada…"*

[7] *Idem*, p. 77.
[8] Telegrama de Teixeira Gomes para o MNE, datado de Londres, 6 de Outubro de 1917, *ob. cit*, p. 77

Tornada oficial a 8 de Novembro de 1917 a Base Naval de Ponta Delgada, logo a 17 do mesmo mês o embaixador americano pede autorização para o desembarque do almirante Dunn, de três oficiais e de 50 marinheiros.

De forma geral, as pretensões norte-americanas foram praticamente todas satisfeitas, mau grado algumas reacções negativas, entre os quais se destacou a do então comandante do cruzador *Vasco da Gama*, fundeado em Ponta Delgada, Augusto Neuparth, que, a 23 de Março de 1918, envia para Lisboa um relatório em que afirma que as forças navais norte-americanas "*são poucas e nós poderíamos sem grande dificuldade ombrear com elas*" [9].

Nestas querelas militares não se imiscuía Bruno Carreiro que antes pretendia captar a boa vontade do almirante Dunn para que dos Estados Unidos viesse algum socorro em trigo e ajuda humanitária a distribuir pela população micaelense…

O impacto internacional da base naval norte-americana é salientado por José Bruno Carreiro, trinta anos depois, na sua célebre conferência de Ponta Delgada, de Maio de 1950, quando recapitula os momentos fortes da história dos Açores:

> *"Perto de um século depois voltam os Açores a aparecer com destaque na História, na última fase da I Guerra Mundial. Tendo sido a colaboração dos EU que fez a sorte das armas pender decisivamente para os aliados, ainda no desfecho do grande drama e nos destinos do mundo, tiveram os Açores um alto papel, prestando-se à instalação em S. Miguel de uma base naval que muito contribuiu para facilitar o transporte de homens e material de guerra da América para a Europa"*.[10]

E também não escaparia ao campo de observação do futuro director do *Correio dos Açores*, a importância que a Marinha dos EUA tinha então na política externa, no estabelecimento de bases navais, e até na condução político-estratégica do interesse de Washington noutras ilhas, como a do Haiti em 1915, ou nas Ilhas Virgens que passaram, da soberania dinamarquesa para a protecção dos EUA em 1916, e as Filipinas e Cuba onde os americanos estabeleceram bases navais depois da guerra hispano-americana.

Daí a importância que José Bruno Carreiro atribui às suas relações com o Almirante Dunn, o elo de ligação com o Ministério da Marinha em Washington, cujo Assistente do Secretário de Estado, Franklin Delano Roosevelt, se deslocará propositadamente aos Açores para inspeccionar a Base Naval em Ponta Delgada em Julho de 1918 e fará uma visita ao porto da Horta.

José Bruno Carreiro estará especialmente activo durante este período, e a sua presença está associada à difusão da ajuda de proveniência norte-americana às populações da ilha de S. Miguel, carentes de cereais para a sua alimentação e de serviços de saúde e higiene.

[9] Cit. em Ferreira, José Medeiros, "Os Açores nas duas guerras mundiais", p. 78.
[10] Carreiro, J. Bruno, *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, 1952, p. 15.

Ainda em 2 de Novembro de 1918 podia ler-se no *Açoriano Oriental* que o Almirante Dunn havia telegrafado para a Cruz Vermelha americana a pedir

> "*os socorros necessários para as famílias pobres atingidas pela epidemia que grassa entre nós, tendo já solicitado: 10 médicos, 50 enfermeiros, 12 automóveis com chauffeur, 1000 cobertores, 500 camas completas, 15.000 metros de pano-cru, petróleo para iluminação durante 3 meses, numa população de 60.000 pessoas, e medicamentos, tais como antipirina, quinino, cafeína, mostarda, linhaça, etc. bem hajam todos aqueles que puderem prestar aos necessitados o seu valioso auxílio…*"[11]

A distribuição dessa ajuda cabia nas funções administrativas do Chefe de Repartição Civil do Alto-Comissário para os Açores.

A passagem pelos Açores, em Julho de 1918, do então Sub-Secretário da Marinha do Governo dos EU, o futuro presidente Franklin Delano Roosevelt, irá também constituir um *momentum* de prestígio pessoal e político para José bruno Carreiro, expressamente referido numa saudação em que, pela hierarquia, não obrigatória, no discurso que proferiu em Ponta Delgada Franklin Roosevelt afirma que "Ao regressar a Washington, não se mostrará satisfeito, ma orgulhoso com o que viu em Ponta Delgada. Sabe como o almirante Dunn e os seus oficiais têm sido auxiliados e coadjuvados por S. Ex.ª o Alto-Comissário, pelo sr. Almirante Neuparth e pelo sr. Dr. José Bruno"[12].

2. José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o Presidente Wilson: O triângulo que nunca existiu?

O chamado II Movimento Autonomista, nos anos vinte do século XX, desenvolve-se pois num contexto nacional e internacional gerado pelas consequências da I Guerra Mundial.

A 11 de Dezembro de 1918, um mês depois do armistício, o ministro da França em Lisboa, Daeschner, envia um relatório para Paris onde disseca as questões colocadas a Portugal pelo fim da guerra mundial e que podem ter reflexos no comportamento da delegação portuguesa à Conferência da Paz. E após passar em revista as questões que se levantavam em Angola e Moçambique, o diplomata refere a situação nos Açores:

Se bem que os EUA se tivessem estabelecido em Ponta Delgada sobretudo para garantir a segurança dos seus navios e do comércio marítimo, e de doutrinas do Presi-

[11] Maurício, Miguel, *A Base Naval em Ponta Delgada em 1917*, trabalho para o seminário Diplomacia e Política Externa Euro-Atlântica, orientado por José Medeiros Ferreira, no Mestrado em relações Internacionais da Universidade dos Açores, Policopiado, 2007, p. 9.

[12] Mesquita, Mário, "A Escala de Roosevelt nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, volume XLIV. Ano de 1986, p. 43.

dente Wilson não permitirem pensar que os americanos quereriam estabelecer lá uma base naval permanente, seria de encarar como possível o *aproveitamento das circunstâncias para obterem no arquipélago concessões, ou privilégios, tais como depósitos de carvão ou estações de telegrafia sem fios*.[13]

Com base nessas informações, a Direcção Política do MNE francês elaborou uma nota destinada à preparação da sua Delegação à Conferência de Paz em que se referem portos em que a soberania portuguesa pode ser posta em dificuldades: o porto de Lourenço Marques, o porto de Moçâmedes, Cabinda e… os Açores. Sobre o arquipélago lê-se textualmente:

> "*Le Gouvernement Américain qui a établit une base aux Azores, pourrait vouloir y conserver un dépôt de charbon ou un poste TSF. La propagande américaine s'exerce activement au Portugal, tant par la presse que par de fournitures de vivres et de pétrole* ».[14]

Disto mesmo nos dá conta uma entrevista do Almirante Dunn, concedida ao jornal *Século* de Lisboa, no dia 5 de Janeiro de 1919, em que refere ter mandado vir trigo dos EUA para ser distribuído nos Açores assim como assistência médica especialmente preparada para ajudar as populações. Além disso procedeu à distribuição de gasolina por várias entidades, entre as quais a Cruz Vermelha[15].

O entendimento entre José Bruno Carreiro e o comandante da base naval norte-americana em Ponta Delgada também se havia temperado nesse auxílio prestado em abastecimentos e na luta contra a pneumónica que se abaterá sobre a população da ilha de S. Miguel até lhe diminuir o número.

O Almirante Dunn, que estava de passagem em Lisboa onde seria condecorado com as insígnias de Grande Oficial da Ordem de Aviz, prodigaliza elogios ao Alto-Comissário Simas Machado e à hospitalidade em terras micaelenses:

> *"Quando em Janeiro de 1918 desembarquei nos Açores, julgava-me um estrangeiro em terra amiga. E quando alguns meses depois a abandonei senti tantas saudades que me julguei português. Jamais esquecerei o que devo aos Açores – e Portugal ficará eternamente na minha alma"*.[16]

Nessa mesma entrevista o Almirante Dunn confessa que pediu, telegraficamente, ao Presidente dos EUA Wilson que passasse pelos Açores na sua viagem para a Europa onde iria participar na Conferência de Paz de Paris. Embora Wilson acedesse a aproximar a rota do navio passando ao largo de Ponta Delgada a 10 de Dezembro de 1918[17], o comandante

---

[13] Ver AD – MAE, *Conférence de la Paix*, Série A, Paix, Travaux Préparatoires de La Conférence, 299, Politique des Petites Nations Alliées, Ofício do Ministro da França em Lisboa, datado de 11 de Dezembro de 1918.

[14] AD-MAE, *Conférence de la Paix*. Série A, Paix, Travaux Préparatoires de la Conférence, 299, Politique des Petites Nations Alliées, nota da Direction des Affaires Politiques et Commerciales, (doc. 78).

[15] Jornal *Século*, edição de 5 de Janeiro de 1919, entrevista do Almirante Dunn.

[16] Entrevista do Almirante Dunn, *idem*.

[17] Doty, William F., *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*, Horta, Núcleo Cultural, 2006, p. 37 e 65.

norte-americano da Base Naval de Ponta Delgada acreditava que, no regresso da Europa, o presidente dos EUA passaria dois ou três dias nas ilhas dos Açores, o que como se sabe não se verificou. Mas nessa altura, em Junho de 1919, o almirante Dunn já tinha sido substituído no comando da base naval e já se encontrava nos EUA.

Nessa visita a Lisboa, a Legação dos EUA ofereceu um jantar em honra do comandante da base naval dos Açores, em que esteve presente, entre outros, José Bruno Carreiro, referido como secretário-geral do governo civil de Ponta Delgada, na nota de reportagem do jornal *Século* de 7 de Janeiro de 1919.

O Presidente norte-americano Wilson seria o primeiro a atravessar o Atlântico no sentido contrário à corrente migratória e a visitar a Europa, deslocando-se a Londres, a Roma e a Paris, sempre no meio de grande entusiasmo europeu e perante as maiores reticências da opinião pública norte-americana que não percebera a viagem do seu Presidente para fora do seu território… É natural que ao dar-se conta disso ele tivesse pressa em regressar, e mal terminou a Conferência de Paz ei-lo que atravessa o Atlântico sem parar, já preocupado com a recepção em casa.

A tendência isolacionista dos EUA vai manifestar-se logo após o fim da Conferência de Paz no Verão de 1919, com o desmantelamento da Base Naval de Ponta Delgada em Setembro. Washington cumpria assim escrupulosamente o acordado em Outubro de 1917 com o governo português. Não tinha ainda chegado o tempo das bases permanentes, para além das conquistas de posição em Cuba, ou nas Filipinas, como decorrência da outra guerra com uma potência europeia, a guerra hispano-americana de 1898. Os EUA iriam ver o mundo evoluir de longe entre as duas guerras.

Os EUA não deixaram no entanto de outorgar uma certa autonomia às Filipinas em 1916, e nos Açores observava-se com atenção o que sucedia àquele arquipélago asiático.

Ainda a 12 de Fevereiro de 1933, o *Correio dos Açores* trazia uma notícia na primeira página intitulada "A Questão da Independência das Ilhas Filipinas", a propósito da apresentação de uma Moção no Congresso norte-americano para ser outorgada a independência àquele arquipélago, o que só aconteceria em 1946. O jornal dirigido por José Bruno Carreiro começava por acentuar que,

"*O desejo de liberdade e de autonomia é inato nos povos como nos indivíduos*".[18]

Todavia o maior sinal de que os EUA vão iniciar o seu próprio "esplêndido isolamento" oceânico no período entre-as-duas-guerras será dado pela não ratificação pelo Senado do Tratado de Versalhes e do Pacto da Sociedade das Nações.

Logo em Julho de 1919, o Tratado de Paz e o Pacto da SDN que o incorporava são submetidos à ratificação do Senado maioritariamente republicano desde Novembro de 1918. O resto é conhecido. Levantou-se um coro de protestos nos EUA contra Versalhes:

[18] *Correio dos Açores*, edição de 12 de Fevereiro de 1933.

os americanos de origem alemã, porque este mutilava a antiga pátria, os de origem italiana porque os aliados não tinham cumprido as promessas com que aliciaram Roma a entrar na guerra, os de origem irlandesa porque a Grã-Bretanha não fora constrangida a dar à Irlanda a independência plena. O Tratado não foi ratificado e o Partido Democrático sofrerá uma pesada derrota nas eleições de 1920 em que é eleito presidente dos EUA a figura apagada de Harding que se remete ao Congresso para governar.

Desapareciam assim os possíveis pontos de apoio para uma política transatlântica. Chegara, para ficar, o isolacionismo norte-americano. O Atlântico fora adiado. Quando José Bruno Carreiro assume a direcção do *Correio dos Açores* no início dos anos vinte os dados internacionais já estão lançados…

E o seu apelo em forma de título Se a Madeira quisesse em 1922 já se insere na consciência da falta de apoios suficientes a nível internacional. Daí o recurso à Madeira.

3. O II Movimento Autonómico numa perspectiva comparada

O segundo movimento autonomista irá então ser condicionado mais por factores decorrentes da comunidade política portuguesa, lato senso, do que pelas circunstâncias internacionais.

De entre essas condicionantes avulta a da desagregação política da 1ª República, já tratada por vários autores. Menos referido tem sido o contexto da evolução noutros territórios, como Angola e Moçambique, no período de entre-as-duas-guerras e por isso vou dedicar-me um pouco mais a esse tema, pois ele não deixou de ter uma dimensão internacional e contaminava o debate político em Portugal, com as polémicas que envolveram Norton de Matos, Cunha Leal, Brito Camacho, e os congressos coloniais de 1924 e de 1930.

Nem o que se passava então nas colónias seria desconhecido dos principais animadores das correntes autonomistas e regionalistas nos Açores.

Um protagonista do partido regionalista, como o oficial da Armada Filomeno da Câmara Melo Cabral, que foi governador de Timor de 1911 a 1913, candidato a deputado pelo partido regionalista pelo Círculo de Ponta Delgada em Novembro de 1925, animador dos golpes de Estado de 1925 e de 1926 que deram por finda a República Parlamentar, administrador colonial experimentado em Angola onde chegou a ser nomeado Alto-Comissário antes de o cargo ser extinto por Salazar em 1930, estaria certamente ao corrente das tendências autonomistas em África.

Desde logo com a criação dos Altos-Comissários da República em 1920, uma decorrência directa da influência inglesa durante a Conferência de Paz em Paris e das entrevistas de Afonso Costa com Lord Milner na Primavera de 1919[19], e, depois, com a nomeação de Norton de Matos para Angola e de Brito Camacho para Moçambique,

[19] Ver José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferencia de Paz*, ob. cit., pp. 30-32.

desencadeiam-se movimentos autonomistas e descentralizadores naqueles territórios, uns apoiados nos Altos-Comissários, outros organizados contra eles.

Pode, aliás, detectar-se na nomeação de um Alto-Comissário para os Açores, em 1918, um sinal precursor dessa figura político-administrativa para os territórios ultramarinos.

Mas o que mais relevou para o estado de espírito sobre os territórios coloniais, ou não-autónomos foi sem dúvida o novo direito público internacional ínsito no Pacto da SDN.

Com efeito, o Pacto da SDN introduziu uma nova hierarquia de objectivos na administração desses territórios, no seu art.º 22º sobre a nova figura internacional dos Mandatos, que passou a orientar a evolução do direito público internacional sobre os territórios não-autónomos, assente no consentimento das populações e na preparação destas para a independência. Era ainda a filosofia norte-americana e que obrigou Portugal a adaptar-se ais novos tempos.

O período entre o fim da guerra e a publicação em Portugal do Acto Colonial em 1930 assistiu a grandes debates sobre a melhor maneira de governar esses territórios, ainda num clima de relativa liberdade de expressão.

Assim, em Angola, vão fervilhar os movimentos autonomistas e emancipalistas logo depois da I Guerra Mundial. Em 1918, os colonos protestaram, bloquearam estradas, destruindo pontes e ameaçando revoltar-se, enquanto uma greve de trabalhadores angolanos teve um forte impacto na economia em 1920. Nesse ano de 1920 aparece o partido Pró-Angola, e em 1926 a União dos Defensores de Angola, movimentos emancipalistas.

Para esses movimentos de colonos europeus, a solução passaria pela aplicação do modelo britânico do *self-government* tal como se estava a defender nos Açores…

> A crise de Angola provocara o ressurgimento da tendência autonomista entre uma parte dos colonos angolanos. […] A solução passava, portanto, pela aplicação do modelo britânico do self-government (governo próprio)… Neste sentido os colonos mais radicais organizaram-se em partidos e movimentos políticos autonomistas, nomeadamente o Partido Pró-Angola e a União dos Defensores de Angola. […]

O Partido Pró-Angola defendia num dos seus manifestos que

> … tendo consciência de que a autonomia administrativa e financeira, concedida na conformidade das bases orgânicas, não satisfaz já as aspirações legítimas de Angola […] defende e trabalha pelo estabelecimento de uma autonomia branda no sistema britânico do self-government, […] Reivindica para Angola o direito de possuir uma constituição privativa dentro dos princípios genéricos da CRP, na qual serão ressalvados e garantidos os direitos de soberania de Portugal e dado à colónia o direito de prover ao seu governo.[20]

[20] Ver Fernando Tavares Pimenta, *Brancos de Angola – Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva, 2005, pp. 100-101.

Em Moçambique também surgiram propostas de autonomia, descentralização, e até as teses regionalistas.

Em Moçambique será o próprio ex-Alto-Comissário Brito Camacho (1921-1924) que, ferido pela aspereza do movimento autonomista dos colonos contra ele, escreverá em 1924:

> A principal obrigação da metrópole em relação às suas colónias é preparar a sua emancipação. Uma colónia que não tende para a sua emancipação é uma terra escrava. […] O termo natural da evolução duma colónia, mais rápida ou demoradamente, conforme as suas circunstâncias é a sua emancipação…[21]

É também a época da realização de muitos congressos regionalistas e coloniais em Portugal, como o Congresso Colonial de 1924, o Congresso Colonial de 1930, a exposição colonial no Porto de 1934, a exposição do mundo português de 1940, e o Congresso Açoreano realizado em Lisboa em 1938 por iniciativa da casa dos Açores.

O percurso da evolução política em Portugal continental irá secar essas aspirações emergentes e frágeis do período imediatamente posterior ao fim da I Guerra Mundial. O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, e sobretudo a ascensão de Salazar no interior da ditadura a partir de 1928, serão decisivos para o fim das correntes emancipalistas. Irão então florescer, - como sucedâneo? -, as teses regionalistas.

Conclusão

José Bruno Carreiro navegará depois da I Guerra Mundial entre a autonomia e o regionalismo, falhados os pressupostos internacionais e nacionais em que assentou a sua acção entre 1918 e 1919, nomeadamente o apoio norte-americano e uma evolução para o *self-government* nos territórios ultramarinos portugueses.

Haverá certamente alguma diferença específica entre o movimento autonómico e o movimento regionalista, embora eles se confundem e confluem no propósito de alteração partidária da República Parlamentar.

Como escreveu um estudioso na matéria:

> *Regionalismo, identidade açoriana e reivindicação autonomista trilhavam, pois, na generalidade, caminhos convergentes nestes agitados tempos de contestação à política da I República*.[22]

---

[21] Camacho, Brito, *Política Colonial*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1936, p. 11

[22] Cordeiro, Carlos, "Regionalismo e Identidade Açoriana – O debate dos anos 20", in *Suplemento Açoriano de Cultura*, ed. do *Correio dos Açores* de 9 de Março de 1995.

Porém enquanto o movimento autonomista muito padecerá com o regime da ditadura, já o sobrevivente regionalista há-de conformar-se com o espaço cultural assinalado pela evolução política do salazarismo.

Enquanto o movimento autonómico luta pelo governo próprio e pela descentralização política, numa crítica acentuada à república parlamentar e à sua instabilidade final, já o regionalismo vê chegar as ditaduras militar, nacional e salazarista refugiado numa diferença específica, mais cultural do que política.

Tudo isto terá influenciado o movimento autonomista e regionalista que se afirma no arquipélago, e sobretudo em S. Miguel e na Terceira, nas décadas de 20 e 30, e que culminará com o Congresso Açoriano realizado em Lisboa em 1938, já no entardecer das suas propostas.

Caída a I República parlamentar, muda o panorama político, muda a linguagem, adaptam-se os objectivos. O possível apoio internacional à autonomia já desaparecera nesse período de entre-as-duas guerras.

Fontes e Bibliografia

Fontes

AD-MAE, *Conférence de la Paix*. Série A, Paix, Travaux Préparatoires de la Conférence, 299, Politique des Petites Nations Alliées, nota da Direction des Affaires Politiques et Commerciales, (doc. 78).

Jornal *Correio dos Açores*, 11 de Outubro de 1925.

Jornal *Correio dos Açores*, 12 de Fevereiro de 1933

Jornal *Século*, 5 de Janeiro de 1919.

Jornal *A Persuasão,* 1898.

Bibliografia

CAMACHO, Brito, *Política Colonial*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1936.

CARREIRO, J. Bruno, *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, 1952.

CORDEIRO, Carlos, "Regionalismo e Identidade Açoriana – O debate dos anos 20", in *Suplemento Açoriano de Cultura*, ed. do *Correio dos Açores* de 9 de Março de 1995.

Diário dos Açores, 4 de Abril de 1898, citado por Nélia Leitão in *Reflexos da Guerra Hispano-Americana em Portugal,* trabalho apresentado na disciplina Diplomacia e as Relações Euro-Atlânticas, orientado por José Medeiros Ferreira, Mestrado de Relações Internacionais, Universidade dos Açores, 2007.

DOTY, William F., *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*, Horta, Núcleo Cultural, 2006

FERREIRA, José Medeiros, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Ed. Presença, 2006.

_____, "A Importância do porto de Ponta Delgada, na I Guerra Mundial", in *Açoriano Oriental*, Suplemento, 500 Anos do Conselho de Ponta Delgada, edição de 19 de Julho de 1999.

_____, "Os Açores nas duas guerras mundiais", in *Boletim do I. H. da Ilha Terceira*, vol. XLV – 1987, Angra do Heroísmo, 1988.

_____, "O Mar dos Açores nas duas guerras mundiais", in *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XI (2ª Série), Lisboa, UNL, 1999.

KENNAN, Georges, *American Diplomacy*, The University odf Chicago Press, 1984.

MAURÍCIO, Miguel, *A Base Naval em Ponta Delgada em 1917*, trabalho para o seminário Diplomacia e Política Externa Euro-Atlântica, orientado por José Medeiros Ferreira, no Mestrado em relações Internacionais da Universidade dos Açores, Policopiado, 2007.

MESQUITA, Mário, "A Escala de Roosevelt nos Açores Durante a Primeira Guerra Mundial", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, volume XLIV. Ano de 1986.

MENEZES, Luís, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s.l., SREC, 1992.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Brancos de Angola – Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva, 2005.

TELO, A. José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Ed. Asa, 1993.

JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO E LUÍS DA SILVA RIBEIRO DOIS INTELECTUAIS AÇORIANOS

*Álvaro Monjardino**

I – Analogias

1. José Bruno Tavares Carreiro nasceu em 1880 e morreu em 1957. Luís da Silva Ribeiro, nascido em 1882, morreu em 1955. Ambos juristas graduados pela universidade de Coimbra, estes dois homens da mesma geração iriam marcar com uma profundidade diferente de outros a vida intelectual, política e administrativa dos Açores durante a primeira metade do século XX.

Nenhum dos dois, como é sabido, se limitou às actividades jurídicas. José Bruno desde novo apreciava e vivia o teatro, para o que lhe chegou a compor peças, desde a académica «Véspera de feriado» até à ousada tentativa de pôr em cena «Os Maias» de Eça de Queirós. Luís Ribeiro era atraído pela música; tocava violino – serviu, ao que o próprio Nemésio me contou, de modelo para a figura de advogado culto e musicólogo que era o dr. Luís da Rosa do «Mau tempo no Canal» – e lembro-me de ler dele um poema que transpunha para verso o tema e o ritmo da «Dança macabra» de Saint-Saëns. José Bruno, com o tempo, derivou para a História, de que nos deixou «O drama do capitão Dreyfus» e sobretudo uma notável biografia de Antero de Quental. Luís Ribeiro evoluiu do Direito – mormente o Direito Administrativo, que cultivou com distinção – para a Etnografia e para a História, de que foi grande divulgador, sobretudo após a criação do Instituto Histórico da Ilha Terceira, que havia de dirigir até à sua morte.

2. Ambos acreditavam na Imprensa, no seu papel educativo e no terreno privilegiado que era não só para usar da liberdade de expressão, mas também para divulgar conhecimentos e debater ideias. Foi por isso marcante a sua colaboração em jornais insulares, mormente o *Correio dos Açores*, cuja fundação, em Maio de 1920, se deve

* Instituto Histórico da Ilha Terceira / Academia Portuguesa de História.

decisivamente a José Bruno. Este, por seu lado era mais polémico nas suas intervenções, enquanto Luís Ribeiro, não propriamente por menor actividade mas decerto menos operacional, aparecia sobretudo como um doutrinário e um formador.

É em qualquer caso inegável que um e outro mergulharam, à maneira de cada um mas sempre com nível e exigência intelectual, nos problemas deste arquipélago, por ambos finalmente visionado e desejado já então como uma unidade. E isto sem deixarem de reconhecer e tomar em conta as idiossincrasias das diferentes ilhas que o compõem, derramadas que estavam e estão pelo oceano ao longo de seiscentos quilómetros e por vezes separadas, quando não mesmo pela História, pelos temperamentos, ousadias e também egoísmos dos seus próprios residentes.

Chefe da secretaria do Governo Civil de Ponta Delgada, chefe do gabinete do Alto-Comissário em 1918, e do do Delegado Especial do Governo da República em 1928, José Bruno viveu por dentro com particular intensidade os problemas, as angústias, também as esperanças, as aparentes oportunidades e até mesmo uma fugaz vitória da administração açoriana, com natural preponderância do que ao seu distrito dizia respeito. Tenho uma carta dele ao meu avô materno datada de 13 de Janeiro de 1933, onde noto este *post-scriptum* saudosista: «Está a fazer 5 anos que partimos daqui para Lisboa na memorável jornada. Belos tempos!». José Bruno estava a lembrar o que ele próprio evocaria na sua notável conferência de 10 de Maio de 1950 sobre a autonomia administrativa dos distritos insulares: «O momento de dar vida ao projecto organizado pelo dr. Luís Bettencourt chegou no começo de 1928, quando foi entregue pelo Delegado Especial do Governo nos Açores, coronel Silva Leal, que com o máximo interesse o apoiou pessoalmente em Lisboa, junto do Governo ao qual, por felicidade, presidia então um filho da Madeira, o coronel José Vicente de Freitas, que com o mesmo interesse o apoiou também. Declarando que não havia que alterar-lhe uma linha, mandou que na delegação especial se preparasse sem demora o relatório que devia preceder no Diário do Governo o texto do novo estatuto das juntas gerais autónomas. Logo nessa noite, em curtas horas, na Delegação instalada no ministério do Interior, no grande salão do Conselho de Estado, se preparou o relatório do decreto que, levado imediatamente ao conselho de ministros, foi assinado na tarde de 16 de Fevereiro. Bem alta foi a hora que nessa tarde se viveu no salão do Conselho de Estado quando nele entrou o coronel Silva Leal empunhando o decreto que acabava de ser assinado. Não se queria acreditar!»[1]

Luís Ribeiro, por seu turno, era mais municipalista do que José Bruno, de quem se não conhecem tomadas de posição em prol da autonomia municipal. Este pendor de Luís Ribeiro, decerto ligado aos seus largos anos – que foram de 1925 até 1952 – como chefe da secretaria da Câmara Municipal de Angra, ficou bem expresso nos seus

[1] José Bruno Carreiro, «A autonomia administrativa das Ilhas Adjacentes», conferência de 1950-05-10, (*in Insulana*, VII, nºs 1 e 2, pp. 33-34).

artigos sobre a autonomia dos concelhos no *Correio dos Açores*[2]. Cumpre aqui pôr em relevo, a propósito, a sua ideia sobre as associações de municípios, por analogia com o que se passava na Alemanha: ideia que ele, pioneiramente, lançou em Portugal[3] e que viria a encontrar expressão no Código Administrativo de 1940, com o nome de federações de municípios.

II – Discrepâncias

3. Em Junho de 1917 os norte-americanos, que haviam entrado na Grande Guerra em Abril desse ano, começaram a instalar um depósito de carvão para abastecimento da sua marinha no porto de Ponta Delgada. Isto passava-se, na prática, à revelia do Governo português que apenas veio a autorizar formalmente instalação de uma base naval no mês de Novembro seguinte – por sinal depois de essa base, existente de facto, haver até já sofrido uma reestruturação. Entretanto, várias outras coisas haviam acontecido. Logo em 4 de Julho desse ano de 1917, um submarino alemão bombardeou a cidade, como, aliás, sucederia também no Funchal. A este ataque, as baterias de costa portuguesas mal conseguiram responder. E foi do *Orion*, um navio norte-americano que trouxera aquele primeiro carregamento de carvão e estava a ser reparado com a ré soerguida, que se retorquiu com eficácia ao submarino com um canhão que havia a bordo. O resultado deste episódio foi, ainda nesse mês, além de um reforço da presença dos Estados Unidos, uma popularidade enorme das forças norte-americanas presentes em Ponta Delgada, tidas pela população como a única garantia contra qualquer agressão externa – o que, com o tempo, até serviria de argumento para reivindicações políticas.

A base naval foi comandada pelo almirante Herbert Omar Dunn desde Janeiro de 1918. O período do seu comando (em parte coincidente com a brevíssima presidência portuguesa de Sidónio Pais, de Maio a Dezembro desse ano) alimentou, para dizer o menos, múltiplas confusões políticas, tanto a nível nacional como açoriano. O confronto entre a resposta americana ao submarino alemão e a inoperância das bocas de fogo portuguesas levara a juízos negativos quanto à capacidade destas e, por natural extensão, à própria pertença dos Açores a Portugal. Tudo isto encaixava num descontentamento que vinha detrás, nascido a um tempo da balbúrdia sócio-política que lavrava no Continente e da autonomia anémica em que se vivia. As coisas foram ao ponto de o próprio almirante americano (aliás contrariando a diplomacia do seu próprio país) animar os propósitos separatistas que medraram ao tempo em São Miguel, avaliando o espírito que reinava e provavelmente julgando que assim serviria interesses estratégicos do seu país no após-guerra. De facto, o bem-querer àquela presença

[2] De 1921-06-08, de 1927-01-05, de 28-10-11 e de 1930-07-03 (*in Obas de Luís da Silva Ribeiro, IV – Escritos político-administrativos*, pp. 130-134, 180-183, 202-203 e 209-211).

[3] «União municipal», *C. dos Açores*, 1933-08-13, *in Obras* e vol. cits., pp. 223-225.

estrangeira[4] não resultava só dos tiros do *Orion*, do movimento trazido ao porto e da simples existência de uma guarnição. Eram os meios e a eficácia que com ela se afirmava, e que não se limitaram à defesa anti-submarina, pois chegaram a estender-se à distribuição de víveres pela população.

4. Os sentimentos separatistas então surgidos encontraram considerável eco na imprensa da imigração nos Estados Unidos, e esse eco levou-a a juízos e afirmações com uma intensidade que nem em São Miguel se exprimia, pelo menos em público. Seja como for, parece que os autonomistas da chamada segunda geração não hostilizaram tais sentimentos. Para os mais lúcidos, eles provavelmente serviriam apenas de meio de pressão junto do poder central português. Em qualquer caso, o almirante americano tomou bastante a sério a tendência então manifestada – e no seu sentido maximalista, nomeadamente (mas não só) quando, finda a guerra, se esforçou por que a base naval não fosse desactivada.

No ano de 1979, Marino Pamplona Corte-Real enviou-me uma nota escrita relatando um encontro, ocorrido em 10 de Junho de 1959, entre elementos da casa dos Açores do Rio de Janeiro e o embaixador e ex-chanceler brasileiro Osvaldo Aranha. Desse texto, que publiquei no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,[5] respigo agora o seguinte: «…Osvaldo Aranha (…) contou (…) que (…) o presidente Roosevelt lhe confidenciara que, a quando da guerra de 1914/1918 Portugal cedera aos americanos uma base naval na ilha de São Miguel, Açores, ele, Roosevelt, então (sub)secretário da marinha, fizera uma passagem e aí lhe fora solicitada uma entrevista por uma figura proeminente na política local, que pretendera recusar, mas que o almirante comandante naval americano na ilha o convencera a recebê-la. Nessa entrevista, o político açoriano dissera-lhe que os açorianos – sentindo-se completamente abandonados pelo poder central, que somente os sobrecarregava de impostos sem atender às necessidades das populações – pretendiam separar-se de Portugal e integrar-se num novo estado da federação americana. Roosevelt recusou a oferta dizendo ser Portugal bom amigo da América e não lhe interessar tal assunto. Informei o dr. Osvaldo Aranha que realmente na época citada, 1914/1918, houvera um movimento de carácter um pouco separatista encabeçado pelo dr. José Bruno Tavares Carreiro, mas que objectivava a concessão pelo Governo de Lisboa de uma emancipação administrativa, o que realmente conseguiram com a transformação em distritos autónomos dos três distritos administrativos

[4] O almirante residia na antiga casa de Thomas Hickling que hoje é o corpo principal do Hotel de São Pedro. No seu número de 23 de Junho de 1919, a «Ilustração Portugueza», publicada em Lisboa, mostrava a fotografia daquela casa, designando-a como o *palácio do almirantado americano* – no que nada mais fazia, diga-se, do que repetir o que em São Miguel se lhe chamava… De facto, como estrutura administrativa ou militar não existe «almirantado» nos Estados Unidos nem em Portugal, e muito menos o era a casa do almirante em memória de cuja presença veio a resultar ali ao lado o Largo do Almirante Dunn. Mas, para a «Ilustração» e não só, era *o almirantado*. Como na Inglaterra. E a casa, engrandecida por isso, um *palácio*. O que isto mostra é uma extensão do fascínio exercido por aquela presença norte-americana, pelos vistos já com repercussão na imprensa de Lisboa.

[5] Vol. XVIV (1986), pp. 505-507.

dos Açores, mas que era desconhecida a tentativa feita junto do então (sub)secretário da Marinha americana Franklin Roosevelt (…)»

Teria sido José Bruno a *figura proeminente* da política local recebida por Franklin D. Roosevelt na sua passagem por Ponta Delgada, que efectivamente ocorreu em Julho de 1918? E seriam exactamente essas as palavras para o então subsecretário da Marinha dos Estados Unidos e os propósitos que elas veiculavam? Não podemos afirmá-lo com certeza. E no entanto não restam dúvidas quanto aos estreitos contactos de José Bruno com o almirante Dunn. Quando este, em Novembro de 1918, se dirigiu a Londres e depois a Paris, levou José Bruno em sua companhia. Com que fim? Sem comentários, sigo a notícia publicada na «Alvorada», de New Bedford, em 2 de Dezembro de 1918, e transcrita em «O Imparcial» de Sacramento, Califórnia, em 9 de Janeiro de 1919: «Presentemente vem esta questão (da independência açoriana) de novo à tela da discussão em vista de um despacho de Ponta Delgada informando que o almirante da base naval na ilha de São Miguel havia saído de Ponta Delgada (…) para França onde *iam* assistir à conferência da paz e ali instar pela independência dos Açores de sorte a colocar aquele arquipélago sob o protectorado dos Estados Unidos, isto é, uma independência como a que foi concedida e desde há tempos goza a república de Cuba, a qual está sob a protecção dos Estados Unidos»[6].

Em qualquer caso, teria mesmo sido assim? Para já, o almirante não ia assistir à conferência da paz – a guerra acabara, com o armistício de Compiègne, apenas no dia 11 desse mesmo mês… – mas encontrar-se com os seus superiores, mormente o almirante William S. Sims, junto de quem terá defendido a manutenção da base em Ponta Delgada. Sem êxito, aliás, porque a visão estratégica norte-americana era outra. Já então bem se sabia desses lados que, para Portugal, não era preciso tanto, além de sair muito mais barato… Mas estas subtilezas não pesavam nem talvez fossem mesmo conhecidas em São Miguel. E o facto é que, seja como for, quando o almirante Dunn e José Bruno regressaram a Ponta Delgada em 10 de Janeiro de 1919, tiveram uma recepção triunfal[7].

5. Foi sobretudo em paralelo dessa viagem, ponto alto dos fervores separatistas com muita ambiguidade à mistura, que Luís Ribeiro proferiu em Angra a sua conferência «Os Açores de Portugal» – justamente aquela em que o nome de José Bruno se suprimiu na transcrição, em nota, da notícia inserta nos jornais «Alvorada» e «O Imparcial», com declarada fonte em correspondência de Ponta Delgada. A substância desta conferência é uma exposição séria e fundamentada, embora não isenta de tom polémico, das ideias de Luís Ribeiro sobre tal situação. O mesmo tema continuaria a

[6] Não tirei este texto de nenhum dos jornais indicados, mas da transcrição que deles fez Luís Ribeiro na sua conferência «Os Açores de Portugal», proferida em Angra a 16 de Março de 1919. A transcrição vem numa nota, com deliberada omissão do nome de quem acompanhava o almirante. Omissão, porém, limitada ao sujeito, mas que não apanhou o predicado, que está no plural (onde *iam* assistir)…

[7] António José Telo, «Os Açores no controlo do Atlântico», pp. 155-156, e notícia do «Diário dos Açores» dessa data.

ser por ele abordado em vários artigos publicados em jornais de Angra – «O sonho da independência», «Um artigo interessante» e «Remédios para o mal»[8] e ainda «Causas da ideia da independência», em duas partes[9]. São textos de quem, compreendendo as causas do descontentamento existente quanto ao poder central português, se recusa no entanto a alinhar nas consequências políticas com pendor independentista, por força de algo como uma impossibilidade cultural[10], além de até deturpar o próprio conceito de independência, que nem se afigurava, na verdade, ser pretendido pelos separatistas mais ardentes. O que estes de facto pareciam desejar e defender era uma mudança de dependência, a tal espécie de protectorado – no caso, da grande nação norte-americana, um pouco como sucedera com as últimas colónias espanholas da América.

Nada disso aconteceu nem, em boa verdade, estivera mesmo para acontecer. Herbert Omar Dunn partiu definitivamente de Ponta Delgada em Abril de 1919 e a desactivação da base naval norte-americana, já começada desde Janeiro desse ano, ficaria completa em Setembro seguinte. Caía assim o pano sobre aquela ambiência que, para as veleidades locais, nunca fora mais do que isso mesmo[11].

Se a vertigem separatista também atingira José Bruno, é fora de dúvida que nele bem depressa evoluiu – ou, antes, refluiu – para a ideia, a ela anterior, de uma autonomia mais efectiva no enquadramento possível, que fora e continuava a ser o português. O comportamento de José Bruno de então por diante bem o viria a mostrar, como aliás resulta claro na sua conferência de 16 de Maio de 1950. O que todavia não exclui que, mesmo sem adesão à ideia da separação política, esta tivesse sido perspectivada; e, nesse desaparecido contexto de então, pelo menos ponderada. Que mais não fosse senão como uma alavanca (psico-política?) para se chegar a uma autonomia mais ampla

---

[8] *In* «O Democrata» entre 29 de Março e 19 de Abril de 1919.

[9] *In* «Folha da Tarde» de 7 e 8 de Abril do mesmo ano.

[10] Sobre esse obstáculo de natureza cultural, lembro-me do que me disse em 1968 o padre Alain Birou, O.P., a quando da V Semana de Estudo dos Açores, em que participou. A uma questão que lhe pus, em conversa, sobre o que seriam os Açores se pertencessem aos Estados Unidos, A. Birou respondeu-me: «Vous seriez des porto-ricains». Foi nove anos volvidos, achando-me em Porto Rico, que me apercebi, digamos que vivencialmente, do pleno significado dessa resposta. Os porto-riquenhos, apesar de cidadãos dos Estados Unidos (só desde o *Jones Act* de 1917) continuam a ter a categoria social de *hispânicos*. E Porto Rico, apesar do seu estatuto de *estado livre associado* à União, só me pareceu, como então até cheguei a escrever, «um pedaço perdido de Espanha embrulhado numa Constituição norte-americana».

[11] A atracção americana fazia-se sentir no arquipélago desde que os dois países ibéricos se projectaram no Novo Mundo. Até por isso, era inevitável que acompanhasse, ainda que de forma nem sempre muito clara, o processo emancipador das colónias da América. Não pode assim dissociar-se o movimento de protesto e mesmo de rejeição quanto à administração portuguesa, esboçada nos Açores durante o século XIX, da vaga independentista que reduziria a Europa a uma presença política residual no Novo Continente. Na biografia de Alice Moderno por Maria da Conceição Vilhena vêm transcritas duas cartas de Francisco Sellen, com quem aquela se correspondia, as quais demonstram, pelo menos, a simpatia solidária com que, no fim do século XIX, era aqui seguida a rebelião cubana e se faziam dela paralelos com as lutas autonómicas travadas nos Açores. Cito de uma delas, de 1895: «No he recibido los folletos que ofreció a Ud. el Dr. Alverne de Sequeira. Se los agradecería infinitamente, pues podrán ser muy útiles à los autonomistas cubanos, qué son amigos mios, à quienes deseo servir, aunque soy más radical que ellos en mis ideas, puesto deseo para mi patria la independencia absoluta. (...) Desde hace 7 meses hay en mi patria, Cuba, una insurrección contra el Gobierno español. Los patriotas cubanos luchan por la independencia absoluta. No queremos tener unida nuestra suerte à la de una nación tan retrógrada y atrasada como España (...)». O liberalismo romântico de Alice Moderno, casado com a religião do progresso, vibrava com a emancipação cubana. Ainda em 1914 a vemos afirmar, em um discurso, que M. C. Vilhena também recolheu: «Se foi o mestre-escola quem venceu em Sédan, certo é também que foi a obrigatoriedade do ensino, severamente observada nos Estados Unidos, que forçou a Espanha, tradicionalista e fanática, a curvar-se em Cuba perante as estrelas triunfantes da bandeira da grande república norte-americana».

e – sobretudo! – devidamente financiada, pressuposto de qualquer efectiva administração dos Açores pelos açorianos, à margem das contingências de um poder central errático, desacreditado e pindérico.

III – Colaboração

6. Foi precisamente por essa mesma altura que Luís Ribeiro se desligou do Partido Democrático, ao qual pertencera pelo menos desde 1913[12] E é também logo a seguir a todos esses acontecimentos do primeiro semestre de 1919 que parece ter-se estreitado o entendimento entre os dois homens. Justamente em Maio desse ano, José Bruno promoveu uma visita de elementos da *élite* social da Terceira a São Miguel, na altura das festas do Santo Cristo. E pouco depois, numa carta para Luís Ribeiro de 24 de Junho, animava-o relativamente ao desalento que este lhe mostrara, porventura relacionado com a sua desiludida desvinculação partidária, mas também com o pouco interesse dos seus conterrâneos pela coisa pública e pelas lutas autonomistas: e já aí José Bruno expende as suas ideias sobre os açorianos mais capazes, aqueles de quem se podia esperar a construção de uma autonomia que valesse a pena. Logo em Julho seguinte, um grupo significativo da chamada primeira sociedade micaelense visitava a Terceira. Os jornais de Angra dão conta dessa visita em termos encomiásticos, todavia marcados praticamente só por considerações de cariz social. De facto, durante os cinco dias que durou essa visita, houve nada menos que três acontecimentos tauromáquicos em honra dos visitantes[13] – e, a propósito das ideias autonomistas, apenas aparece uma referência ao folheto independentista de António Ávila Gomes, publicado em 1892[14]. Luís Ribeiro teria razões para o seu desalento… Mais rico em consequências terá sido o casamento de José Bruno, seis meses depois, com D. Georgina Pamplona Forjaz, na medida em que propiciaria daí em diante várias visitas à Terceira, onde sempre mantinha longos encontros com Luís Ribeiro.

Foi logo no ano seguinte, fundado o *Correio dos Açores*, que Luís Ribeiro passou a ser um dos seus mais operosos colaboradores. E foi também nesse novo jornal que logo entrou a escrever sobre o Regionalismo[15], ainda que contrariando a existência de um partido regionalista (com razões assentes no próprio conceito de regionalismo, «forma restrita de patriotismo») porque naturalmente o considerava num plano superior ao da realidade partidária, ademais na altura extremamente desacreditada[16].

---

[12] Carlos Enes, *in Obras* e vol cits., p. 18.

[13] As notícias da *União* sobre esta visita referem os discursos proferidos sem mencionar a substância dos mesmos mas exaltando os estilos; alargam-se ainda na referência às touradas, precisando mesmo que um toiro, o mais bravo dos corridos na praça de São João, o era pela 16ª vez…

[14] «A independência dos Açores e o seu fundamento». António Ávila Gomes, picoense com residência em Angra, era o pai de Amaro de Azevedo Gomes, o primeiro ministro da Marinha da República.

[15] Em 1920-07-03, *in Obras*, vol. cits., pp. 113-115.

[16] *C. dos Açores*, 1921-08-31, *in Obras* e vol. cits., pp. 134-137.

Também ali foi Luís Ribeiro expendendo as suas ideias para o futuro Congresso Açoriano[17], bem como sobre o «Espírito açoriano»[18] e sobre a «Solidariedade açoriana»[19].

7. De facto, José Bruno e Luís Ribeiro foram autonomistas – consistentes, construtivos e responsáveis. E autonomistas *açorianos*, por aquilo que ambicionavam para o arquipélago. Ambos tinham de contar, para essa autonomia existir e se afirmar com eficácia e credibilidade, com os valores humanos locais – mais imediatamente José Bruno, mais reticentemente ou mais a prazo Luís Ribeiro. E eram ambos claramente elitistas, aliás sem quaisquer reservas quanto a declará-lo. José Bruno, numa carta para Luís Ribeiro de 24 de Junho de 1919 considerava como «coisa absolutamente certa» que «a primeira consequência de uma organização de verdadeira autonomia será participarem imediatamente das responsabilidades de administração todos os nossos autênticos intelectuais onde quer que se encontrem – nas profissões liberais, no comércio, na indústria». Luís Ribeiro, por seu turno, sempre alinhou nesta perspectiva de serem indispensáveis os valores locais para qualquer estruturação autonómica como deixou bem claro nos seus artigos sobre «União intelectual» e «Escol dirigente»[20].

E se as tendências iniciais de um e outro não haviam coincidido, parece hoje claro que a experiência da vida e a maturidade os foi crescentemente aproximando num paralelismo de pensamento que os iria acompanhar até ao fim – muito embora o enquadramento do Estado Novo não desse grande azo a projectos ou sequer especulações autonomistas.

Em matéria daqueles indispensáveis recursos humanos para uma capaz e eficiente governação local, as reticências de Luís Ribeiro manifestavam-se sobretudo quanto a eles se encontrarem entre os políticos profissionais do tempo – e somente considerava aceitáveis as capacidades existentes (ainda assim com dúvidas, mesmo quanto a haver técnicos em condições) em termos de mera administração. E tudo para uma massa humana com muito pouco sentido cívico e sistematicamente esperando do poder público a solução de problemas para a qual não se incomodava em contribuir. Com isto, estava na linha de um cepticismo muito dele quanto a aspectos da psique portuguesa que, nos Açores – quintessência da portugalidade, no seu próprio entendimento – apareciam com especial relevo numa série de defeitos comuns, entre os quais avultava o dessa enorme fé no estado-providência… De resto «eu não creio de há muito» escreveu[21] «nas virtudes redentoras dos regimes políticos ou administrativos»: e lá vinham em catadupa os exemplos – o constitucionalismo de que se desiludiram paladinos como Herculano, Mousinho e Garrett; a descentralização de Rodrigues Sampaio, falhada por falta de tino e ausência de qualidades administrativas dos governantes locais; a própria República…

Mais optimista, José Bruno não encontrava tantos escolhos ao exercício da autonomia, mormente por essa falta, que já na ocasião contestava pelo seu radicalismo, dos

[17] *C. dos Açores*, 1920-11-04 *in Obras* e vol. cits., pp. 115-120.
[18] *C. dos Açores*, 1920-11-11*in Obras* e vol. cits., p. 123.
[19] *C. dos Açores*, 1920-12-18 e 20-11-25, *in Obras* e vol. cits., pp. 123-125 e 125-127.
[20] *C. dos Açores*, 1924-10-05 e 1926-02-19 e 28, *in Obras* e vol. cits., pp. 158-160 e 170-176).
[21] *C. dos Açores*, 1921-02-11, *in Obras* e vol. cits., p. 128.

recursos humanos. Ainda numa carta de 1919-06-27 para Luís Ribeiro, José Bruno animava-o: «Não gosto de vê-lo nessa incerteza e nesse estado vizinho do desânimo. É necessário confiar e ter fé. Os homens não são perfeitos e tanto aí como aqui há muitas competências, muitos valores, grandes boas vontades em quem se pode confiar para a realização de uma obra sã e honesta de administração pública, desde que nos sejam facultados os meios necessários para a realizar».

8. Em 1921 José Bruno moderara os seus primeiros entusiasmos autonomistas. Na sua conferência de 1950 deixou-o bem expresso: «…os homens que propuseram dar corpo às reivindicações autonomistas muito prudentemente, muito honestamente passaram a reduzir as formuladas nos programas (…) Mantê-las na sua antiga amplitude seria preparar uma aventura perigosa. E assim (…) abandonaram os antigos programas de largas reivindicações, reduziram-nas a algumas alterações do estatuto promulgado em 1895 (…) Não se tratava de um alargamento da autonomia administrativa: tratava-se de alargamento da autonomia financeira»[22]. Fora isto o que se tinha conseguido, precariamente aliás, com o celebrado e vitoriado decreto 15 035, de 16 de Fevereiro de 1928, arrancado ao poder central nos tempos da Delegação Especial e a que José Bruno se referiu sempre com particular emoção.

No princípio de 1923 Luís Ribeiro publicou na *União*, de Angra do Heroísmo, uma série de sete artigos[23] sob o título genérico «A Autonomia: em redor da questão administrativa». Foi nesses escritos que condensou o seu pensamento sobre a autonomia que preconizava para os distritos açorianos. Era uma autonomia que podemos classificar de cautelosa e sempre à medida das limitações humanas existentes. Mais teórico e no entanto realista sobre aquelas existentes limitações de facto – porventura também por viver em um meio politicamente menos dinâmico ou talvez só de menores pressões – Luís Ribeiro preconizava uma autonomia relativamente mitigada, ainda aquém da que, embora também só puramente administrativa, José Bruno advogava. Todavia, não defendendo um poder legislativo próprio, já então sustentava a conveniência de haver uma adaptação às especificidades locais da própria legislação nacional – algo que só viria a ser exequível muito tempo depois.

Quanto aos meios financeiros para basear uma administração em termos, tanto José Bruno como Luís Ribeiro reconheciam a insuficiência das receitas fiscais de cobrança local: José Bruno reclamando mais, sob pena de uma anemia crescente e mortal da administração autónoma, Luís Ribeiro – não obstante[24] haver manifestado as suas reticências perante o estrangulamento financeiro que decorria da ampliação de competên-

[22] Conferência de 1950-05-10 cit., p. 32. É aliás discutível aquele conceito de «autonomia financeira», que em boa verdade só existe quando abrange a criação de receitas, coisa que ao tempo ninguém pretendia. Nesta perspectiva, só a lei 13/98 de 24/2 (Lei de Finanças das Regiões Autónomas) a veio tornar possível numa medida significativa, apesar das reticências recentemente levantadas pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, em seu acórdão de 2006-09-06.

[23] De 10 de Janeiro a 3 de Fevereiro, *in Obras* e vol. cits., pp. 137-158.

[24] *C. dos Açores*, 1928-08-05, *in Obras* e vol. cits., 193-196. O que parecia ser o real desejo de José Bruno era – garantido! – o desafogo financeiro que sempre faltara às autonomias.

cias estabelecida pelo decreto 15 905 de 31 de Julho de 1928 – ainda assim modulando os poderes desejados em função do seu efectivo suporte em meios pecuniários[25]. Tudo isso sem embargo de, perante a revolução de 28 de Maio de 1926 e da ditadura militar que se lhe seguiu, o declaradamente republicano Luís Ribeiro não esconder as suas reservas. Num breve artigo sobre a «Seara Nova»[26] Luís Ribeiro distanciara-se da «República do sr. António Maria» mas também da «República dos movimentos redentores e messiânicos dos salvadores *ad hoc* sem plano e sem conhecimento do governo». Em qualquer caso, a verdade é que, perante o anterior – e favorável – decreto 15 035 de 16 de Fevereiro de 1928, Luís Ribeiro, sem propriamente embandeirar em arco, não calara a sua aprovação ao que ele possibilitava – e que era, afinal, a tal «autonomia mínima», mas sem fantasias de «autonomia integral, à inglesa»[27] que sempre rejeitou.

Seguramente, a estas posições de senso e racionalidade de ambos se deve ter Luís Ribeiro sido atentamente ouvido – como José Bruno igualmente foi – por Marcelo Caetano quando este, jovem professor de Direito Administrativo, esteve nos Açores em 1938, numa visita de estudo e preparação do que viria a ser o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes. Independentemente do mais, recorde-se que Luís Ribeiro já em 1936 preconizava um regime administrativo especial para a ilha do Corvo[28] – algo que veio a reflectir-se no que o código de Marcelo Caetano expressamente consagrou.

9. No que também não há dúvida é em ambos terem convergido numa ideia que só faria autêntica carreira décadas depois: a de que o arquipélago, porque pequeno e débil, se continuasse política ou administrativamente dividido seria ainda muito mais débil do que estando unido, ou ao menos governado em articulação e consonância.

Autonomistas e regionalistas nestas perspectivas e com estas *nuances* que até de algum modo se completavam, José Bruno e Luís Ribeiro são, por isso e a justo título, considerados como dois pilares de um pensamento *regional* que começava a desenhar-se embora só bastante mais tarde viesse a ganhar consistência generalizada e capacidade de afirmação. E se nisso não foram os primeiros precursores – as propostas de Angra, formuladas em 24 de Janeiro de 1894 já o eram, como o foram, já no século XX, fórmulas avançadas por Faria e Maia (1919), Trindade Coelho (1922), Quirino de Jesus e até António Sardinha (1923), Luís de Magalhães e Hermano de Medeiros (1924) – é de justiça reconhecer a importância de as suas posições se apresentarem convergentes, marcando mais forte o caminho que, meio século volvido, havia de se impor ao nível da consagração constitucional.

Luís Ribeiro vinha a doutrinar sobre o Regionalismo pelo menos desde 1920, como já se referiu. Mais adiante, entre Outubro de 1936 e Janeiro de 1937, publicaria no *Correio dos Açores* uma série de artigos depois reunidos sob o título de «Subsídios

[25] *C. dos Açores*, 1928-11-25, *in Obras* e vol. cits., pp. 204-206.
[26] *C. dos Açores*, 1929-06-16, *in Obras* e vol. cits., pp. 176-179.
[27] *C. dos Açores*, 1928-03-10 e 11, *in Obras* e vol. cits., pp. 187-192.
[28] *C. dos Açores*, 1936-03-22, *in Obras* e vol. cits., pp. 241-243.

para um ensaio sobre a Açorianidade» – na esteira de uma palavra algum tempo antes cunhada por Vitorino Nemésio. Os «Subsídios» são um texto que passa pela História e por aspectos da Antropologia cultural, e cuja influência política permaneceria por anos adiante. Nessa época promoviam-se também confraternizações inter-insulares, algumas desportivas (apesar da reticência: *o que não conseguimos fazer com a cabeça dificilmente se fará com os pés…*) que aliás começaram a andavam em moda desde os anos 20. O Congresso Açoriano, havido em Lisboa, correspondeu em cheio a esse impulso colectivo.

José Bruno também tinha a noção clara de que a autonomia não poderia ser apenas de ilha ou de distrito. Toda a sua acção – desde tentar chamar a Madeira às lutas autonómicas (com o seu artigo «Se a Madeira quisesse…» e a visita que se lhe seguiu) – foi crescentemente caminhando nesse sentido. E é assim que já numa carta a Luís Ribeiro de 1921-04-25, afirmava que «mais cedo ou mais tarde, nos tremendos bordos que vai dando a vida nacional, com certeza surgirá um ensejo que nos revele a todos a necessidade de nos reunirmos e de nos agruparmos, não só para nos defendermos mas para nos salvarmos».

Eram palavras proféticas, que a bom rigor apenas iriam encontrar concretização mais de meio século volvido – e também no contexto que, afinal, sempre mais ou menos ambientara todas as reivindicações autonomistas: o da inoperância do poder central. O descontentamento, a revolta mesmo, contra o Estado, nunca deixaram de se originar na debilidade deste e no seu decorrente descrédito. O que sucedeu depois foi que o Estado Novo trouxera ordem, a ordem que faltara no tempo da primeira República… E essa ordem não propiciava nem o estilo nem o resultado das lutas havidas até então.

IV – Legado

10. Uma escassa geração volvida sobre a morte de José Bruno e Luís Ribeiro, a Constituição portuguesa de 1976 reconheceu expressamente as características geográficas, económicas, sociais e culturais das gentes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como suas históricas aspirações autonomistas. E conferiu aos dois arquipélagos uma autonomia política e administrativa que não tinha paralelo em épocas anteriores.

Como foi possível obter-se tudo isto? Decerto, porque as circunstâncias da altura, internas e externas, o permitiram. Mas também por ter havido na ocasião gente capaz que lutou por isso e estava determinada a consegui-lo.

Efectivamente vivia-se então uma profunda crise do Estado, mas a um nível diferente das da primeira e da segunda Repúblicas: desta vez era o próprio país que penosamente se reformulava na sua identidade, no meio das convulsões da perda do Império e no renascimento de uma Democracia, mas para um povo já bastante mais alfabetizado do que estava nas décadas anteriores.

Depois, porque a conjuntura internacional era propícia como nunca antes havia sido. Extinto o regime do Estado Novo e contidas as tentativas totalitárias que se seguiram, a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América passaram a ter uma atitude simpática para com Portugal, não só pela restauração da Democracia (e o seu maior prémio, cujos frutos de origem externa ainda perduram, foi a admissão nas então chamadas Comunidades Europeias) mas ainda por razões geoestratégicas relacionadas com a *guerra-fria*; o que por si só conferia às ilhas atlânticas, com grande relevância para os Açores, uma importância muito de considerar.

Finalmente, porque toda uma geração de quadros jovens havia sido moldada por um movimento de ideias que se fizera sentir nos Açores durante a década de 60, nomeadamente por obra das Semanas de Estudo, o que trouxera especial receptividade quanto às estruturas do Planeamento regional e permitira e formulação aberta de ideias novas, como foi a de que os custos da insularidade eram custos de soberania. Essas ideias tinham muito da época do pós-guerra, mas também de todo um passado de autonomias sempre estranguladas por carências de vária ordem. A consciência da valia internacional do arquipélago foi, por outro lado um factor claramente assumido, declarado e feito valer nas instâncias próprias – e não só[29]... E assinale-se o facto de o haver sido com tal força que – como inclusivamente se vê dos debates na Assembleia Constituinte – nunca mereceu a menor contestação.

Esta nova Autonomia, política, excedia pela primeira vez as áreas da pura administração – e com o pormenor essencial de os seus princípios fundamentais, para além constarem da Constituição, se incluírem nos próprios limites materiais das suas futuras revisões. Aqueles princípios eram acompanhados da garantia de um suporte financeiro nacional ao funcionamento das instituições em termos de promoção do desenvolvimento regional, atendendo às desigualdades derivadas da insularidade. Às Regiões Autónomas era ainda conferido o direito de audição institucional quanto a medidas nacionais que as afectassem e ainda o invulgar privilégio de participar nas negociações

[29] O decreto-lei 100/76, de 3 de Fevereiro, conferiu à Junta Regional dos Açores, em vários sectores, os poderes administrativos que a legislação atribuía aos ministros, sendo por isso um passo relevante na conquista da presente autonomia regional. A Junta Regional obteve este diploma do VI Governo Provisório após aturadas diligências que, inicialmente desatendidas, a levaram a encarar a possibilidade da sua demissão em bloco. Só perante essa alternativa é que o Governo se mostrou disposto a discutir o assunto. Ciente dessa disponibilidade, cuidei de saber junto de Linda Pfeifle, ao tempo cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada, se a embaixada norte-americana apoiaria a posição da Junta. A resposta, dois dias depois, foi positiva e encorajadora. E só então partimos para a reunião com o Governo, o general Altino de Magalhães e eu. No aeroporto de Lisboa éramos aguardados por Richard Melton, ao tempo alto funcionário da embaixada. As conversações com o primeiro-ministro (Pinheiro de Azevedo) com o ministro da Administração Interna (Almeida Costa) e com o secretário de estado de Administração Local (Ferreira de Lima) – em que participou também o general Carlos Azeredo, presidente da Junta Regional da Madeira – correram com surpreendente facilidade e conseguimos tudo o que havíamos proposto, sendo o texto do decreto-lei redigido ali mesmo, como no episódio de Janeiro de 1928 relatado por José Bruno na sua conferência de 1950. Não posso deixar de relacionar essa facilidade com uma intervenção da embaixada norte-americana. Nem com o facto de, seis meses volvidos, estarem presentes na primeira sessão política da recém-eleita Assembleia Regional dos Açores, a 21 de Julho – a da véspera, fora meramente administrativa – o embaixador Frank Carlucci e a cônsul Linda Pfeifle. Vinte e quatro anos depois, a 1 de Setembro de 2000 e em Washington, jantando na casa de Linda Pfeifle e do seu marido no bairro de Georgetown, ela disse-me que, de todas as suas várias missões no estrangeiro, fora a dos seus tempos de cônsul em Ponta Delgada que lhe havia deixado a mais grata e forte recordação. Perguntei-lhe então porquê e a resposta veio pronta: *por haver ali acompanhado e visto o nascer de uma democracia civilizada*.

internacionais que lhes dissessem respeito e nos benefícios delas decorrentes. Tudo isto era estabelecido numa perspectiva de integração na nova realidade política portuguesa, aceitando-se a partilha de poderes até então centrais com as regiões insulares, que assim viam abrir-se-lhes possibilidades inteiramente novas de decisão local e até de intervenção nacional.

11. Este novo quadro excedia, em termos institucionais e pode dizer-se mesmo que vertiginosamente, tudo o que José Bruno e Luís Ribeiro haviam desejado. Mas nem por isso os seus pressupostos deixavam de fundar-se em muito do pensamento de ambos: não só quanto ao que era preciso a nível governativo mas ainda quanto ao enquadramento natural e humano desta sociedade açoriana, implantada nas suas nove ilhas no meio de um oceano e entre dois continentes.

Institucionalmente, não será fácil (com realismo, claro…) imaginar mais do que a presente autonomia constitucional – sem embargo de aperfeiçoamentos pontuais que venham a introduzir-se-lhe, como de facto tem vindo já a acontecer. Parecerá assim que o trabalho pioneiro de ambos ficou rematado, até em excesso, com o que até agora se conseguiu.

Deve contudo reconhecer-se que muito das análises feitas por esses dois homens às dificuldades que no seu tempo ambos sentiam ainda conservam actualidade.

Penso sobretudo nos recursos humanos desta Região[30], que no tempo deles nada mais era que uma mera realidade geográfica, histórica e sociológica administrativamente repartida, e vejo como as carências educacionais que ambos apontaram ainda estão longe de vencidas. Inclusive quanto à novíssima realidade *política* da Autonomia, que pouco se tem afirmado como tal pela sua forma mais nobre – a criação de um Direito próprio – e antes se vai limitando a alguma visibilidade em níveis partidários ou quando muito protocolares. Depois, na falta, que permanece, de um sentido cívico generalizado, e ainda da coragem e espírito de iniciativa que emancipem as pessoas da dependência em relação a um providencialismo público, ainda por cima benquisto, que as infantiliza sem as deixar crescer[31]. Há realmente que reconhecê-lo. Esta autonomia

---

[30] Naquela conversa com Alain Birou referida *supra*, na nota 10, ele disse-me também que os Açores, para darem um salto no desenvolvimento, precisariam do triplo da população que então tinham – e até era maior do que a dos nossos dias. Mas *est modus in rebus*… A população da Islândia (cerca de 290 000 habitantes – para 103 000 km2) não está longe da dos Açores. O que não só não ajuda como desloca as causas do problema – da *quantidade* para a *qualidade*…

[31] *Quando os cidadãos deixam de ser súbditos, herdam sérias responsabilidades não só no que respeita aos seus objectivos pessoais e familiares, mas também em relação a tudo o que respeita ao bem comum, ou público. Eles passam a ser os guardiães do seu próprio bem-estar. Têm de zelar pelo embelezamento das suas cidades, pela vitalidade das artes e das ciências, pela conservação dos monumentos públicos e por todas as necessidades públicas diárias (como a electricidade, a água, as estradas e as pontes...) bem como pela vitalidade económica das suas comunidades e pela protecção do ambiente. E terão a sensatez de não confiar todas essas responsabilidades pura e simplesmente (sem controlo nem equilíbrios) ao Estado. Quantos mais meios privados conseguirem garantir para a obtenção destes bens e menos meios do Estado, mais probabilidades terá a sua sociedade de manter a vitalidade, a diversidade e a liberdade. Naturalmente, adjudicarão cuidadosamente algumas responsabilidades a organismos semi-privados e a outros mecanismos que tenham dado provas de uma responsabilidade cuidadosamente vigiada. Certo é que quanto maior o sentido da responsabilidade cívica e de intrepidez pública exercida pelos cidadãos mais livre e mais esplendorosamente variada será a sua sociedade*. (Michael Novak, *in* «A ética católica e o espírito do Capitalismo», ed. de Principia, Cascais, 2001, p.320).

regional, ganha em 1976 com tenacidade e lucidez, tem-se limitado até agora, nos seus efeitos (e até com êxito) a uma transladação do estado nacional para o *estadinho* regional com os seus tiques centralistas, criador de relações de subsidiodependência, clientela e parasitismo que fazem súbditos deixando pouco espaço aos cidadãos… É por isso ao menos discutível que o relativo bem-estar efectivamente alcançado nestes últimos trinta anos corresponda a um verdadeiro desenvolvimento económico e social – afinal, o que em derradeira análise se pretendia com a Autonomia. Porque esta traz uma libertação, sem dúvida, de tutelas bloqueadoras, administrativas ou mesmo políticas, de um poder central. Mas não só. Ela é também algo que tem a ver, e muito, com a cidadania adulta e o exercício da liberdade criadora por parte dos governados. E será aqui que, podemos dizê-lo, o legado José Bruno Tavares Carreiro e Luís da Silva Ribeiro se acha de algum modo ainda por cumprir.

JOSÉ BRUNO CARREIRO, HOMEM DE CULTURA – OU SOBRE O BIÓGRAFO E OS *SUBSÍDIOS PARA UMA BIOGRAFIA DE ANTERO DE QUENTAL*

Onésimo Teotónio Almeida*

É mais uma ironia para a colecção delas na minha vida vir falar sobre um tema como o que me foi solicitado: "José Bruno Carreiro, homem de cultura". Foi há precisamente vinte anos que aqui mesmo nesta cidade, numas famigeradas Jornadas Literárias que juntaram escritores continentais e açorianos, se gerou uma daquelas confusões estapafúrdias tão frequentes na história cultural portuguesa. Eu falei sobre "cultura" para explicar o que significaria o conceito de uma literatura açoriana, e fiz questão de, com a deformação profissional provocada pelo meu treino em filosofia, definir os termos. Mantive a consistência, a exemplo de escritos meus anteriores, de referir cultura no sentido antropológico do uso, então raro em Portugal, numa altura em que as ciências sociais portuguesas estavam a mudar-se do paradigma francês, até aí dominante, e engatinhavam ainda incipientemente no universo anglo-americano. Felizmente não houve mortos. Mas não faltaram feridos.

Serve esta introdução destempada para esclarecer em que sentido usarei aqui o termo 'cultura'. Ironicamente recorrerei não ao sentido original, há muito recuperado pela antropologia e as ciências sociais e hoje bastante comum entre nós, mas ao outro, mais específico, específico de "alta cultura", a do mundo das ideias, das letras e das artes sobretudo, já a que as ciências em regra ficavam à margem dessa categoria. Faço-o para corresponder às exigências do tema que em título me foi proposto.

Eu contava exactamente 20 anos quando em 1966 comprei e li a minha primeira biografia de Antero, a de Hernâni Cidade, da colecção "A Obra e o Homem", da Arcádia[1]. (Tinha já nessa altura o hábito de assinalar nos livros a data da compra.) Era obviamente demasiado

* Professor na Brown University.

[1] Hernâni Cidade, *Antero do Quental* (Lisboa: Arcádia, s.d.).

jovem para ajuizar do quilate da obra, e não tenho grandes lembranças das impressões da sua leitura, embora o volume ainda conserve os sublinhados, por sinal sem comentários críticos, sinal de que lia e aceitava reclinando a cabeça à autoridade do autor. Em 1981, aconteceu estar em Ponta Delgada aquando do lançamento da segunda edição de *Antero de Quental - Subsídios para uma Biografia*, de José Bruno Carreiro[2]. Não me esqueço do impacto que em mim teve a sua leitura. Já tinha lido outras biografias portuguesas, nomeadamente a voluminosíssima de Fernando Pessoa, por João Gaspar Simões[3], a de Eça de Queirós, também da autoria de João Gaspar Simões e da mencionada colecção "A Obra e o Homem," da Arcádia[4], bem mais comedida, naturalmente por ter de obedecer ao formato da série. Lera igualmente, da mesma colecção, a biografia que de Pessoa escreveu António Quadros[5]. Li mais, mas estas, que ainda guardo nas minhas estantes, são fundamentais para estabelecermos termos de comparação pois, no escasso número de biografias portuguesas, visto o nosso *milieu* cultural não ter grandes tradições no género, essas são por sinal as mais habitualmente referidas. Nunca mais deixei de afirmar e repetir *ad nauseam*, sempre que a propósito ou mesmo a despropósito veio, que os *Subsídios*, mesmo assumindo-se como tal – subsídios simplesmente - são a melhor biografia que conheço produzida na cultura portuguesa, e ainda aguardo que alguém me desafie exibindo-me outra melhor.

Posso todavia acrescentar que disponho outros modelos comparativos fora do nosso meio cultural. Não absolutizarei porque só posso evidentemente evocar o que conheço, e isso é muito pouco. Todavia estamos infelizmente condenados às nossas limitações. No horizonte dos meus juízos pairam obras de grande, se bem que diversa, qualidade, como *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius*, de Ray Monk[6]; *John Adams*, de David McCullough[8]; *Benjamin Franklin*, de Edmund S. Morgan[7]; *Spinoza: A Life*, de Steven Nadler[9]; *Genet*, de Edmund White[10]; *Prince Henry 'the Navigator': A Life*, de Peter Russell[11]; *Mozart: A Life*, de Maynard Solomon[12]; *Descartes: An Intelelectual Biography*, de Stephen Gaukroger[13]; *Nietzsche, a Philosophical Biography*, de Rüdiger Safranski[14]; *Verlaine*, de Joanna Richardson[15]; *Goethe: The Poet and the Age*, de Nicolas Boyle[16]; *Emerson: The Mind on Fire*, de Robert D. Richardson, Jr.[17], autor também de

[2] Vol. I e II. A segunda edição é do Instituto Cultural de Ponta Delgada, sendo a Depositária a Livraria Editora Pax, Limitada, de Braga. A primeira edição da obra é de 1948.

[3] João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa. História de uma Geração*. 4.a edição revista (Lisboa: Livraria Bertrand, 1980).

[4] João Gaspar Simões, *Eça de Queirós* (Lisboa: Arcádia, s.d.).

[5] António Quadros, *Fernando Pessoa* (Lisboa: Arcádia, s. d.).

[6] (New York: The Free Press, 1990).

[7] (New York: Simon & Schuster, 2001).

[8] (New Haven: Yale University Press, 2002).

[9] (Cambridge: Cambridge University Press, 1999).

[10] (New York: Alfred Knopf, 1993).

[11] (New Haven: Yale University Press, 2000).

[12] (New York: Harper Perennial, 1995).

[13] (Oxford: Clarendon Press, 1995).

[14] (New York: W. W. Norton & Co, 2002).

[15] (New York: The Viking Press, 1971)

[16] (Oxford: Oxford University Press, 1992)

[17] (Berkeley: University of California Press, 1995).

William James: In the Maelstrom of American Modernism[18], este último sendo o que venho lendo nas viagens aéreas que aqui me trouxeram. Mas poderia juntar muitas outras, menos recentes. O meu interesse no género remonta ao Seminário de Angra onde, naturalmente, a par das citadas biografias de escritores portugueses acima referidas, li outras mais ou menos piedosas, entre as quais algumas metodologicamente nada desprezíveis, como uma sobre o Cura d'Ars[19], cujo título e autor lamentavelmente não recordo.

O meu propósito neste tempo que me foi destinado para massacrar a vossa paciência é tentar descortinar as razões do meu tão forte e duradoiro gostar dessa obra de Bruno Carreiro.

1º - A ausência de modelos

José Bruno Carreiro nadou num mar de um isolamento imenso ao ombrear com o seu arrojado empreendimento. Nos países anglos-saxónicos, por razões que ninguém consegue devidamente explicar, a biografia é um género altamente sofisticado. Os modelos clássicos existem. É quase impossível falar-se em biografia no mundo inglês, por exemplo, sem que venha à baila o clássico dos clássicos *The Life of Samuel Johnson*, de John Boswell, publicada pela primeira vez em 1787[20] e em incontáveis edições posteriores. Toda a gente semi-culta conhece alguma estória dessa biografia. A mais recontada, para quem se interessa por ideias, é a do famoso e original argumento contra o idealismo. Samuel Johnson conversava com o seu biógrafo durante um passeio e enfureceu-se com a afirmação de que o idealismo de Berkeley não tinha refutação. Zangado, Johnson, referindo-se à teoria do bispo-filósofo, declarou: "Eu refuto-a *assim*!", e deu um violento pontapé numa pedra.

Mas depois da obra de Boswell a lista de biografias num país como o Reino Unido é infindável. Pela óbvia associação com os *Subsídios*, não resisto a transcrever aqui a afirmação de Edmund Gosse: "Nós na Inglaterra sepultamos os nossos mortos sob um monstruoso catafalco de dois volumes"[21]. Nos Estados Unidos, num ano ao acaso como por exemplo o de 1982, foram publicadas 1600 biografias[22]. Existem cursos uni-

---

[18] (Boston: Houghton Mifflin Company, 2006).

[19] Na época, Beato Jean Marie Vianney.

[20] A edição *standard* foi coordenada por G. B. Hill e revista por L. F. Powell: *Boswell's Life of Johnson*, 6 vols. (Oxford: Oxford University Press, 1930-50).Um interessantíssimo estudo sobre a feitura deste clássico da biografia é *Boswell's Presumptuous Task. The Making of the Life of Dr. Johnson* (Sisman, 2000)

[21] Citado em Robert Gittings, *The Nature of Biography* (1978: 38).

[22] Dado referido no volume das actas de um colóquio sobre biografia realizado na Biblioteca do Congresso dos EUA: *Biography & Books*. Edited by John Y. Code (Washington, DC: Library of Congress, 1986), p. 7. Justin Kaplan chama mesmo "uma cultura da biografia" à cultura anglo-americana por causa desse culto da biografia. In Dale Salwak, ed., *The Literary Biography. Problems and Solutions* (Iowa City: University of Iowa Press, 1996), p.1-11. Como dado adicional demonstrativo, registarei aqui o facto de o mais recente número de *The New York Review of Books* (de 13 de Fevereiro de 2007, pois a revista chega aos assinantes com três semanas de antecedência) traz anúncios publicitários de cinco biografias: de John Locke, Ho Chi Minh, J. Sebastian Bach, Abraham Lincoln e J. Robert Oppenheimer, e contém ainda um longo ensaio sobre uma biografia de Emma Lazarus.

versitários sobre o género, realizam-se congressos, publicam-se obras após obras de debates sobre problemas relacionados com o género.

José Bruno Carreiro não pôde dar-se ao luxo de ter diante de si um modelo e não quis atrever-se a criar um. Optou, por isso, por chamar simplesmente "subsídios" ao seu trabalho, protegendo-se assim de todo o tipo de possíveis críticas. Desse modo, à margem do mundo anglo-americano onde o género estava bem mais desenvolvido, agiu empiricamente seguindo os caminhos que lhe ditaram a sua inteligência e o seu faro. Esmerou-se a investigar na escuridão e seguiu os instintos de homem curioso, criterioso e sensato e, digamos então, culto.

2º - Definição de biografia

Tal como acontece com quase tudo nos nossos dias, não existe acordo sobre o que deva ser uma biografia. Mas se hoje se debatem de modo aberto e indefinido questões fundamentais sobre os objectivos e conteúdos de uma biografia específica, muito mais vagas eram as opções no tempo em que José Bruno se dispôs a realizar o seu projecto. Mesmo hoje em dia, ainda se pode repetir a afirmação feita há alguns anos por Reed Whittemore, depois de estudar uma série de biografias clássicas: "não sabemos o que o nosso tempo espera de uma biografia"[23].

Num precioso estudo sobre a história, desenvolvimento e problemas fundamentais que afectam o género, *Biography. Writing Lives*, Catherine N. Parke[24] afirma logo de entrada que "a biografia, de todos os géneros literários, pode parecer aquele que menos necessita de explanação, análise e justificação". O seu interessante livro acaba, no entanto, por levantar uma infinidade de questões que não podem ser escamoteadas. A algumas delas iremos, tendo sempre em conta o caso que aqui nos ocupa e reúne – os *Subsídios*, de José Bruno Carreiro.

Continua e continuará em aberto uma questão central: será a biografia uma forma de Ciência Social (ou uma miniatura do conjunto das ciências sociais, talvez mesmo especialmente da psicologia), faz parte da disciplina de História, ou nem uma coisa nem outra, sendo antes ou sobretudo um género literário? Os milhares de páginas escritas em torno destas questões deixam-nos simplesmente com excelentes modelos de biografias exemplares, prototípicas de cada uma das mencionadas tendências.

De novo aqui, José Bruno Carreiro manteve a sua bússola firmemente orientada. Vivendo num mundo alheio aos debates sobre as Ciências Sociais, tinha contudo a

---

[23] Reed Whittemore, *Pure Lives. Thee Early Biographers* (Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1988), p. 122.

[24] In Stephen B. Oates, ed., *Biography as High Adventure. Life-Writers Speak on Their Art* (Amherst: the University of Massachussetts Press, 1986), pp. 3-17. Ver também John A. Garraty, *The Nature of Biography* (New York: Twayne Publications / Prentice Hall International 1996), p. xiii. A persistência deste tipo de opiniões é deveras notável. Veja-se Gail Porter Mandell, *Life Into Art. Conversations with Seven Contemporary Biographers* (Fayetteville and London: The University of Arkansas Press, 1991).

noção clara de que um ser humano não vive isolado do seu meio e tentou, por isso, coligir dados que iluminassem um pouco a vida da personagem que se propôs estudar.

Poderíamos ressuscitar aqui o velho debate da filosofia das ciências sociais sobre o individualismo metodológico e o colectivismo, mas nem assim chegaríamos a um acordo.

3º - Factos, factos, factos

O seu segredo e a sua salvação, bem como a salvação dos seus preciosos *Subsídios*, foram precisamente os factos. Lançou-se em cata deles. Empiricamente. Empiricamente não no sentido depreciativo que a palavra tomou para uma grande maioria, e que ainda tem entre nós, mas na mais aristotélica das acepções – o de *empiria* – experiência, saber a partir do chão, esse que torna possível o conhecimento indutivo. Escolheu tactear, procurar factos sobre factos, e organizá-los logicamente, fazer sentido deles, estar atento às questões que no seu conjunto se lhe levantavam e partir daí, insanamente, para nova busca de mais dados.

Alguém disse uma vez que um encadeado de factos sem uma única ideia ou teoria é botânica, mas um encadeado de ideias sem um único facto é filosofia. À parte a carga depreciativa que atinge os extremos da Botânica e da Filosofia, o *insight* do chiste acentua a noção de não existirem factos puros, mas também nem as teorias puras terem qualquer interesse se não possuírem nenhuma dimensão verificável (aqui, dizer "empírico" seria exagerar). Ao fim e ao cabo, o melhor será, como faz André Maurois num ensaio intitulado precisamente "Biography as a work of art"[25], considerar o género biográfico como arte, e deixá-lo às capacidades do artista biógrafo. No caso vertente, Antero, ficou mesmo nas mãos de um notável artista.

Até mesmo a este nível, José Bruno procurou um equilíbrio. Em vez de estender a 'biografia" por dois inteiros volumes, reservou uma grande parte do segundo para documentos e notas adicionais. (Como se tivesse pressentido *avant la lettre* o aviso de James Clifford acerca da "falácia da exaustão"[26].) Por isso, ao relancear os olhos por uma obra como *The Craf of Literary Biography*[27], escrita pelos autores de aclamadas biografias de escritores como Joseph Conrad, J. B. Yeats, Thomas Mann, T. S. Eliot, Samuel Beckett, Albert Camus, fica-me a sensação de o coordenador do volume ter podido também ouvir o que José Bruno Carreiro teria a dizer da sua experiência.

---

[25] (NewYork: Alfred A. Knopf, 1957).

[26] Clifford adverte contra o exagero dos pormenores excessivos que atrapalham o retrato do biografado: James L. Clifford, *From Puzzles to Portraits. Problems of a Literary Biographer* (Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1970), pp. 116ss.

[27] Jeffrey Meyers, ed., *The Craft of Biography* (New York: Schocken Books, 1985).

4º - Empatia e *detachment*

Duas das impressões iniciais que mais fortemente se me colaram desde a minha leitura quase de um fôlego dos *Subsídios* foram a da empatia óbvia de José Bruno Carreiro com o biografado, e o da distância exigida para não cair na hagiografia. Por mais que "Santo Antero" - o epíteto que intitula o testemunho de Eça de Queirós no famoso *In Memoriam* - pairasse no ar sobre o biógrafo, como sobre todos nós ainda paira. O biógrafo move-se no labirinto das informações com uma grande perícia e isenção. Sirva de exemplo o modo criterioso, atento e objectivo como analisa as peças do diferendo que afastou Antero de Teófilo. Dá a impressão clara de um *parti pris* da parte do autor, é certo, mas que surge só depois de uma cuidadosa análise dos factos que conseguiu reunir. Além disso, usa de elegância bastante para não menosprezar Teófilo.

É óbvio que nem a época nem o meio em que trabalhou fomentavam a busca do *dirt*, as zonas nebulosas, se não mesmo sujas, que hoje se considera importante desocultar para se equilibrar a imagem do biografado e torná-lo humano (o que, convenhamos, também ajuda a vender mais exemplares). Mas o importante é que José Bruno não escamoteia a informação de que dispõe. Ele consulta e indaga e, se mais não fornece ao leitor, é por não poder inventar documentos nem ir na peugada de fontes já secas na altura da escrita do seu trabalho.

No seu famoso quase-manifesto sobre a biografia (*In the form of Manifesto*), Leon Edel, ao tratar da relação do biógrafo com o biografado, adverte contra a idealização demasiada do herói ou heroína, pois isso cega o "escritor de vidas" sobre o significado dos materiais em presença. Mas acontece que o ódio ou a agressividade fazem o mesmo[28]. Ao resumir as ideias centrais debatidas num congresso internacional sobre biografia, Anthony Friedson insistiu nos benefícios de dois elementos: precisamente a identificação (do autor com o biografado) e a distanciação (*detachment*)[29].

5º - Teoria *ma non troppo*

Digamos que José Bruno não segue nem formula nenhuma teoria da biografia. Nanja que não a tivesse, pelo menos inconscientemente elaborada no seu cérebro, mas ela não surge explicitada na sua obra. Apenas umas breves citações de Maurras, Eça de Queirós[30] e F. Masson (autor de uma biografia de Napoleão), como que para o protegerem de eventuais críticas. José Bruno propõe-se agarrar o todo de Antero, erguer-lhe uma estátua em letra de imprensa, mas o mais realista possível. Naturalmente porque julga nobre o carácter do biografado, porque admira a sua inteligência e acha que os

[28] Leon Edel, *Writing Lives. Principia Biographica* (New York London: W. W. Norton & Company, 1984), p. 14.

[29] Ver o prefácio ao volume *New Directions in Biography*. Edited and with a Foreword by Anthony M. Friedson (Honolulu: The University Press of Hawaii, 1981), pp. xii.

[30] A citação de Eça é significativa pois José Bruno fez dela um lema: "quantos mais documentos se reúnem sobre um homem de génio, mais completo se torna o trabalho crítico sobre a sua individualidade e sobre a sua obra" (*Ecos de Paris*, pág. 53).

leitores se lhe hão-de juntar na admiração veneradora. De facto, nenhum autor consegue libertar-se de um determinado registo. Hayden White demonstrou claramente no seu famoso e influente *Metahistory*[31] que todo o historiador tem o seu e, portanto, nunca há uma história (neste caso uma biografia) puramente factual, sem a coloração valorativa do seu autor. Mas reconheça-se que José Bruno se desembaraçou eximiamente neste domínio. Anterior à vaga da biografia freudiana que tanto inspirou, penetrou e tingiu por exemplo o caso comparável da famosa biografia de Fenando Pessoa escrita por Gaspar Simões (em inglês recorde-se a famosa biografia freudiana que Erik Erikson fez de Lutero[32]), digamos que José Bruno Carreiro não teve de se confrontar com a moda, e talvez por isso não tenha corrido o perigo de escorregar nessa tentação. Ocorre-me, a propósito, a frase de Benjamin Disraeli: *Não leiam história; nada a não ser biografia, pois isso é vida sem teoria*[33].

6º - Um exemplo: o tratamento das "Causas da Decadência"

Releiam-se as páginas dos *Subsídios* sobre a famosa participação de Antero nas Conferências do Casino, em que dissertou sobre as "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares". Bruno Carreiro não esconde ser a sua principal fonte a obra de António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, visto reconhecer que nesse "documentário" o assunto "ficou verdadeiramente esgotado pela soma de informações coligidas e pelo trabalho de reconstituição das conferências que não foram publicadas"[34] José Bruno optou por não tentar reinventar a roda. Além disso, preferiu não se envolver na análise crítica da conferência de Antero. Aqui como em outras passagens da biografia quando tem de referir o conteúdo ideológico e filosófico do pensamento de Antero, José Bruno consideraria isso um atrevimento do género do sapateiro amoestado pelo pintor Apeles.

A verdade, porém, é que ao longo de quase um século muito pouco se avançou nesse domínio, creio que precisamente por ter sido tão magistral o golpe clínico do olhar de Antero sobre a Península. Historiadores contemporâneos têm, por sinal, procurado esbater o mérito da originalidade de Antero identificando supostas fontes e detectando predecessores aonde ele teria ido beber as ideias que assimilara vasando-as depois nos seus moldes. Eu próprio me vi forçado a responder a um desses historiadores, tentando demonstrar que uma coisa teria sido falar nos problemas da assim chamada decadência peninsular, discurso detectável na Península já em Quevedo, no início do século XVII, e outra é formular o problema de modo tão abrangente e ao mesmo tempo tão enquadrado num arcaboiço

[31] Hayden White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973).

[32] Erik H. Erikson, *Young Man Luther: a study in psychoanalysis and history* (New York: Norton, 1958).

[33] Citado por Elizabeth Longford, "Reflections of a Biographer", in Dale Salwak, ed., *The Literary Biographer. Problems and Solutions* (Iowa City: University Press of Iowa, 1996), p. 148.

[34] Nota de José Bruno Carreiro, *Subsídios*, vol. I, pág. 403.

teórico lógico-filosófico como fez Antero na sua síntese[35]. Influenciada naturalmente pelo espírito do Iluminismo, a visão de Antero não se limita a expressar esse pensamento, tal como se não limita de modo nenhum à visão de Alexandre Herculano, Garrett ou Ribeiro da Silva. Vai bem mais longe, como tentei demonstrar. Nos moldes em que ninguém até então fizera, Antero equaciona o problema português face à modernidade[36], formulando-o em termos tais que ainda hoje nos balizamos dentro do paradigma por ele demarcado. Mesmo os que de fora se colocam, fazem-no não por ele não ter colocado devidamente a questão, mas por preferirem não alterar o paradigma. Tentei demonstrar noutro ensaio que todo o ideário da revolução do 25 de Abril segue o esquema de fundo da grelha anteriana, influenciou as gerações portuguesas que durante um século pugnaram pela transformação social. Os famosos três D's da Revolução dos Cravos – Democratização, Descolonização, Desenvolvimento - correspondem às três grandes críticas a sectores da cultura portuguesa pós-descobrimentos e às contrapropostas que Antero identifica e emula na Europa moderna[37]. Mas não vou continuar a repetir-me aqui.

Ainda recentemente mantive com um historiador português da nova geração um longo debate oral sobre o tema. Segundo este último, seria no famoso testamento de D. Luís da Cunha[38] que já estaria consignado o diagnóstico dos males do país. Antero surgiria apenas a repetir verdades antigas.

É totalmente desimportante investigar se Antero teria ou não lido o *Testamento*. Argumentar-se-á que as ideias já circulavam, se bem que em círculos reduzidos. No entanto, basta cotejar-se os textos lado a lado. Simplesmente não é possível estabelecer-se qualquer comparação, e custa a crer como um historiador inteligente e culto o faça, porque a formulação do diagnóstico de Antero tem na realidade pouquíssimo a ver com os problemas já parcialmente identificados e as propostas avançadas por D. Luís da Cunha, para além de ambos identificarem maleitas da pátria. Deixarei todavia possíveis análises e críticas comparativas para outro lugar. Mas irei mais além: a confirmação última do que atrás fica dito poderá encontrar-se numa leitura da antologia de textos sobre Portugal recentemente publicada sob o título genérico de *Portugal Como Problema*, coordenada por Pedro Calafate[39].

Interrogar-me-ão sobre a oportunidade deste excurso. Avanço uma explicação: com ele pretendi exemplificar uma ausência nos *Subsídios* que não pode contar como deficiência. Na verdade, Bruno Carreiro escolheu – a meu ver muito bem - não se envolver em elucubrações sobre hipotéticas influências em Antero de autores que não parecem ter tido o papel que alguns críticos julgam identificar.

---

[35] Ver "Antero e a sua proposta no contexto do debate português sobre as Causas da Decadênca dos Povos Peninsulares", in Isabel Pires de Lima, org., *Antero e o Destino de uma Geração* (Porto: Edições ASA, 1994), pp. 16-23.

[36] Ver "De Eça ao projecto de modernidade de Antero," *Estudos Anterianos*, número especial sobre "Eça e a Geração de 70", nº 9/10 (2002), pp. 91-98.

[37] Ver "Identidade cultural: desdobrando polissemias em busca de clareza", in Sérgio Campos Matos, org., *Identidade Nacional – Novas Perspectivas* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, no prelo).

[38] D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*. Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva (Lisboa: CNCDP, 2001).

[39] (Lisboa: Jornal *Público* e Fundação Luso-Americana, 2006), 6 vols.

7º - Conclusões finais

Estarei eu então a sugerir que *nihil sub sole novi*, nenhuma novidade substancial tem surgido sobre a biografia de Antero desde a publicação dos *Subsídios*? Que tudo foi feito, que nada de novo se soube mais nem se poderá saber da *Supra-Summa Biografica* dos *Subsídios*, uma espécie de Bíblia divinamente inspirada?

Obviamente que não. De longe, que não. Seria ridículo sugerir tal leviandade. Mas os *Subsídios* foram um livro nos limites do possível no tempo e no lugar de José Bruno, e é esse facto, essa obra que aqui vimos celebrar. José Bruno foi tão longe quanto parece ter sido humanamente possível a um investigador ilhado no meio do Atlântico, nas circunstâncias que todos nós conhecemos. Apesar de tudo, ele ergueu esse monumento, essa estátua de papel impresso ao seu e nosso Antero que nos permite vê-lo como no seu melhor retrato. Impressionista? Todos os retratos são impressionistas e tomados de um particular ponto de vista. Um retrato é sempre parcial, sempre de um ângulo, para além de exclusivamente do exterior.

Picasso um dia pintou o retrato de uma mulher que, ao ver a obra, não gostou. Não se parecia nada com o real. *O que se pareceria então com o real?* - perguntou Picasso? Ela mostrou-lhe uma fotografia sua. E Picasso, desdenhoso, observou: *Demasiado pequenina, não?*

É famosa a afirmação de Alfred North Whitehead sobre a filosofia ocidental: não passa de uma nota de rodapé a Platão. Creio que o mesmo se passa com tudo o que tem sido acrescentado à biografia de Antero: não passa igualmente de uma nota rodapé aos *Subsídios*.

Não me esqueci do título que me foi proposto, por isso a ele regresso antes de terminar. Socorro-me de um ensaio de Ira B. Nadal intitulado "Biography as cultural discourse"[40]. Aqui, o termo é ambíguo, quer dizer, susceptível de interpretação nos dois sentidos – o antropológico e o de 'alta cultura', excelente ponte, afinal, para encerrarmos estes considerandos usando-o como ajustada classificação dos *Subsídios*.

Só o facto de na nossa cultura não figurar um gosto desenvolvido pela biografia pode explicar a ausência de uma edição em Lisboa desta obra de José Bruno Carreiro. Objectar-se-á que hoje a desegemonização global dispensa tal centralismo. Responderei que só no mundo dos sonhos isso é verdade; de modo nenhum aconteceu no passado português e ainda não é real no panorama da distribuição dos livros editados nos Açores. O caso do destino dos *Subsídios* é paradigmático, simbólico mesmo, de toda a nossa relação com a biografia como género. Razão adicional para acrescentarmos mais um degrau ao pedestal dessa estátua de Antero que, contra ventos e tempestades, no nevoeiro sem faróis, no isolamento da ilha e na dolência e morosidade dos correios e não só, em boa hora José Bruno Carreiro erigiu para instrução, utilidade – e por que não afirmá-lo sem rebuço? – edificação de todos nós. Não estamos em tempo de

[40] In Frederick R. Karl, ed., *Biography and Source Studies* (New York: AMS Press, 1994), pp. 73-84.

apreciar biografias de santos, mas necessitamos deles, de santos[41] como Antero, cujo biógrafo não precisou de inventar milagres nem heróis. Bastou-lhe descrever-nos o homem em carne e osso para nos quedarmos em admiração, e animarmos um pouco os dias sombrios que nos toldam e ameaçam a nossa serenidade.

[41] Nesta viagem, comprei no aeroporto um livro de Kurt Vonnegut, uma espécie de testamento espiritual. Referindo-se aos santos que encontrou na vida, explica: "Por santos eu quero significar as pessoas que se comportam decentemente num mundo notoriamente indecente." (*A Man Without a Country*. Edited by Daniel Simon. New York: Random House Trade, 2005, p. 106.)

JOSÉ BRUNO CARREIRO, BIÓGRAFO DE ANTERO

Ana Maria Almeida Martins*

Fundador do *Correio dos Açores*, jurista, político "regionalista convicto e esclarecido", como o definiu Manuel Ferreira[1], José Bruno Carreiro entrou na literatura portuguesa como biógrafo de Antero de Quental. Esse trabalho de investigação levado a cabo em condições geográficas e temporais as mais adversas, no meio do Atlântico e, já na derradeira fase da sua organização, em plena II Grande Guerra, tornou-se num dos nossos mais importantes estudos biográficos. Mas quem quiser ler ou estudar os dois os dois volumes que constituem – *Antero de Quental – Subsídios para a sua Biografia* – estará bem longe de poder imaginar a tarefa verdadeiramente beneditina que presidiu à sua elaboração. Ora é ela que em parte substancial se pode detectar através da leitura das cartas que José Bruno Carreiro dirigiu "a numerosas pessoas para obter elementos fora do seu alcance" e só através desse auxílio lhe foi possível vencer as tremendas dificuldades com que, palavras suas, esbarrava constantemente. Entre os anterianistas a quem então recorreu destaca-se Cândido Nazaré, da Imprensa da Universidade de Coimbra, "à frente de todos", como se lê nos agradecimentos impressos, mas também Luís Magalhães e Jaime Batalha Reis, os últimos grandes amigos de Antero então ainda vivos.

Era propósito do seu autor "reconstituir a vida de Antero desde o nascimento até à morte, ano a ano, mês e mês, e mesmo dia a dia quando fosse possível fazê-lo", como consta do prefácio do livro editado em Outubro de 1948, quase doze anos após a sua conclusão. Doze anos para se publicar um livro fundamental que começara a ser esboçado também num outro mês de Outubro, mas de 1930, como se lê na carta a Luís de Magalhães em 17 desse mês: "É um velho projecto, a que resolvo meter ombros […] A primeira ideia era fazer um artigo grande ou folheto; mas pelo material que já reuni aqui, explorando apenas o *In Memoriam* e o volume das *Cartas*, e pelo desenvolvimento que o projecto foi tomando no meu espírito, vejo que o trabalho dará um livro e não pequeno". Com efeito, desde 1921, o *Correio dos Açores*, que fundara um ano

* Investigadora.

[1] "Um grande jornalista e paladino da autonomia", in Homens, Sombras e Estrelas, vol. II, Ponta Delgada, 2001.

antes, vinha apresentando artigos anterianos de sua autoria, sempre a a19 de Abril e 11 de Setembro, assinalando os aniversários do nascimento e da morte do futuro biografado e quem sabe mesmo se a ideia de posteriormente os reunir e editar não era anterior.

É difícil, hoje em dia, imaginar o que seria escrever uma obra de investigação longe das grandes bibliotecas e hemerotecas, com as viagens, sempre de barco, entre Ponta Delgada e Lisboa, a terem lugar apenas quinzenalmente, recorrendo às obras de Antero, à sua correspondência, então com pouco mais de 200 cartas conhecidas. "Foi de endoidecer", escrevia a Luís de Magalhães em 2 de Janeiro de 1934, "mas valeu a pena só pelo prazer que se sente com estas descobertas […] Foi tremendo um trabalho daqueles […] valeram-me amizades e anterianistas a toda a prova que encontrei no Continente, sempre prontos a todas as maçadas de buscas, investigações e cópias de vários jornais e revistas. Foram verdadeiros mártires!".

Algumas dessas cartas – testemunhos de tão intenso labor – encontram-se na Biblioteca Nacional de Portugal – espólios de Luís de Magalhães, Jaime Batalha Reis, Vitorino Nemésio, João de Barros, Adolfo Casais Monteiro e Jaime Cortesão. Pertencem à Biblioteca Municipal de Coimbra as que José Bruno Carreiro dirigiu a Cândido Nazaré, de longe o conjunto mais importante, (94 por vezes longuíssimas cartas) assim como uma a Joaquim de Carvalho[2], e no Museu João de Deus está arquivada a que escreveu a João de Deus Ramos.

Quando, após ter obtido autorização dos herdeiros de José Bruno Carreiro, principiei a organizar uma edição que testemunhasse a génese dos *Subsídios*, decidi publicar apenas as cartas que de algum modo se relacionassem com a sua preparação. Contudo, não pude deixar de fora a que José Bruno enviou a Vitorino Nemésio, em 17 de Dezembro de 1940, pois diz respeito à peça em 5 actos por ele extraída de *Os Maias*, levada à cena no Teatro Nacional de Dona Maria II, no dia 24 de Novembro de 1945, em plena comemoração do primeiro centenário do nascimento de Eça de Queirós. Uma parte desse interesse consiste na revelação de um José Bruno actor, "integrado" na Companhia Berta de Bivar/Alves da Cunha, que em 1920 se exibiu em Ponta Delgada. Ficamos ainda a saber de uma primeira versão em 3 actos, *Maria Eduarda*, representada muito em privado, com Berta de Bivar em Maria Eduarda, sendo Alves da Cunha o Carlos da Maia e com o autor da adaptação na pele do brasileiro Castro Gomes.

Além deste, outros episódios da vida do biógrafo de Antero ficam, em parte registados, alguns também, provavelmente, até agora de todo desconhecidos, como por exemplo a sua corajosa atitude aquando da perseguição política e subsequente prisão de Cândido Nazaré, sem de realçar que, politicamente, os dois não comungavam das mesmas ideias. Leia-se, a este propósito, um excerto da carta de 4 de Março de 1934: "Bem compreendo as observações melancólicas que me faz sobre as suas vicissitudes políticas. Olhe, por mim, quando aqui, em 1921, os deportados políticos, auxilia-

[2] Agradeço ao então Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Vasco Pereira da Costa, e ao Dr. Carlos Santarém Andrade, Chefe de Divisão da Biblioteca e Arquivo da mesma Câmara, as facilidades concedidas para esta consulta.

dos por elementos da terra, fizeram uma revolução, um dos seus primeiros actos foi mandarem-me prender, conservando-me nessa situação durante todo o período revolucionário. Restabelecida a normalidade e presos os revolucionários, a mim vieram-se agarrar quase todos, para lhes obter medidas de clemência e melhorias de situação. A quantos pude valer – vali, mas duvido de que a mesma sorte voltaria a ter se em novo período revolucionário aqui se entrasse".

Noutra carta, de 15 de Julho de 1934, igualmente a Cândido Nazaré, regista Bruno Carreiro a sua repulsa perante a notícia da extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra: "Confesso-lhe que não a lia sangue-frio […] por ver com ela desaparecer a única oficina de cultura literária, científica e histórica que havia neste país".

Fica também revelada nesta correspondência a descoberta feita precisamente por José Bruno Carreiro da fraude literária que constitui o livro *Mocidade de Teófilo*, panegírico supostamente da autoria de Francisco Maria Supico mas, na realidade, do próprio Teófilo. Leia-se a carta de 3 de Julho de 1933, dirigida a Cândido Nazaré: "Pude agora verificar que o Francisco Maria Supico, dado como autor da *Mocidade de Teófilo*, não escreveu um só linha para esse volume. Quase todas as cartas de Teófilo a Supico publicadas nesse livro foram fabricadas depois da morte de Supico, para esse livro publicado em seu nome nove anos depois de ele morrer! É prodigioso o que tenho averiguado perante a colecção de autógrafos das cartas de Teófilo a Supico a deste àquele, todas existentes na Biblioteca desta cidade. É uma fraude única em todas as literaturas! Quando tiver vagar tratarei do caso em artigo". Porém, só nas notas finais do Segundo Volume dos *Subsídios*, podemos ler o resultado da sua investigação detectivesca. "Uma fraude literária – o livro *Mocidade de Teófilo* atribuído por Teófilo Braga a Francisco Maria Supico". Nesse capítulo, como explica José Bruno, "quem conheceu Supico sabe que a sua cultura não lhe permitia escrever nada do que naquele livro se lê acerca do movimento literário e filosófico do século XIX e das reacções que produziu no espírito de Teófilo, sendo muito provável que até ignorasse os nomes de alguns dos autores frequentemente citados". E acrescentava: "Foi o conhecido culto de Supico que levou Teófilo Braga a organizar e a atribuir-lhe o livro *Mocidade de Teófilo*, editado em 1920 pelo Instituto Teofiliano, no qual, sob o nome do grande amigo, falecido nove anos antes, pôde glorificar à vontade a sua própria vida e obra. Ficou assim este livro, um grosso volume de 423 páginas, como o representante máximo de "uma fraude sem precedentes na literatura portuguesa". Apresentando minuciosamente os resultados da sua descoberta, José Bruno ilustra o artigo com exemplos da conhecida e desmesurada vaidade teofiliana ali escondida por detrás do nome do pobre jornalista Supico, ao considerar-se a si próprio "um sublime adolescente com lugar de honra entre os melhores poetas portugueses […] É cheia de desinteresse a sua alma, e iluminam-lhe o coração tantas delicadezas e constâncias de afectos, que ainda nele subsistem puros os primeiros que contraiu na vida. É um homem completo, Teófilo Braga. É de tamanha estatura, que quanto mais o contemplamos, mais o vemos agigantar e mais sentimos a nossa pequenez para fazer do seu valor qualquer apreciação. É isso dado só

aos outros, aos que da sua grandeza mais se aproximam. Na nossa obscura humildade podemos apenas admirá-lo!".

Poderia parecer impossível, inacreditável mesmo, se as provas não fossem como são, inequívocas, reforçadas ainda com a informação do tipógrafo que compôs o livro e que testemunhou ter todo o original a letra de Teófilo, como consta da carta de 1 de Agosto de 1933, sempre a Cândido Nazaré. Mas para alguém que a si próprio, e desde muito cedo, se deu o nome de Teófilo (não o fez por menos apesar de ateu) já que, pelo baptismo era apenas Joaquim Fernandes Braga, tudo é possível.

Na satisfação desta descoberta e denúncia pública não podia José Bruno deixar de pensar em Antero e na divertida desforra, certamente sentida por ele, se tivesse tido conhecimento de tão inconcebível patranha. Mas, provavelmente, a exemplo do que fizera ao saber da carta apócrifa "que o Teófilo publicou como autêntica na sua história de Camões "[3], é bem possível que não quisesse conservar em seu poder uma prova de tão "pícaro engano" como nos refere João Machado de Faria e Maia[4]. Todavia a fraude praticada em *A Mocidade de Teófilo* é ética e literariamente tão grave que nem de longe se pode comparar ao "pícaro engano" de confundir Camões com Nicolau Tolentino de Almeida. Afinal aquela "laboriosa e suja criatura"[5], o "moçárabe bilioso"[6], o "Marat de soalheiro"[7], mas presidente da República de Portugal em 1915, contribuiu e muito para dar razão a Antero quando ele qualificou o futuro regime político, que ele não viu mas previu, de "república de garotos". "Creio que teremos república em Portugal mais ano menos ano mas, francamente, não a desejo, a não ser num ponto de vista todo pessoal como espectáculo e ensino. Então é que vamos ver o que é atufar-se uma nação em lama e asneira. Falam da Espanha com desdém – e há de quê – mas eles, os briosos portugueses estão destinados a dar ao mundo um espectáculo republicano ainda mais curioso; se a república espanhola é de doidos, a nossa será de garotos"[8]. Tratava-se, em sua opinião, de um partido de "legistas capitaneado por bacharéis pífios ou tontos" e era quanto bastava "para se lhe tirar o horóscopo"[9]. Por isso a Primeira República feita "por aquela boa gente"[10], simbolizada no autêntico autor de *A Mocidade de Teófilo*, durou tão pouco e governou tão mal, tornando-se na principal responsável pelos acontecimentos que culminaram no Movimento do 28 de Maio de 1926.

Mas para além da denúncia, ainda em privado, de uma fraude não apenas literária, que jamais deveria ter ficado sepultada, como caso insignificante, no esquecimento ou na ignorância colectiva, através da leitura das cartas de José Bruno muitos episódios

[3] "É uma bévue gigantesca e que pinta o homem […] há ali citados 2 versos de Nicolau Tolentino!!! e um trecho em puro francês do século XIX!!! Isto é piramidal! Versos de Nicolau Tolentino! Requiescat in pace!". (Carta a Oliveira Martins, Ponta Delgada, 26-IX-18739.

[4] "Memórias", Anthero de Quental – In Memoriam, página 178.

[5] "Duas palavras a propósito do folheto do sr. Teófilo Braga mas não em resposta ao sr. Teófilo Braga nem ao seu folheto", Porto. Primeiro de Janeiro, 30 e 31 de Julho de 1872, in Prosas II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

[6] Carta a Alberto Sampaio, Porto, Agosto de 1872.

[7] Carta a João Lobo de Moura, Ponta Delgada, Agosto de 1973.

[8] Carta a João Lobo de Moura, Ponta Delgada, Agosto de 1973.

[9] Carta a Alberto Sampaio, Porto, 1-IV-1880.

[10] Carta a Oliveira Martins, Ponta Delgada, 27-VII-1873.

da vida social e cultural açoriana são trazidos ao nosso conhecimento. Interessante é o que se encontra inscrito na carta de 3 de Julho de 1933, ou seja, a surpreendente revelação do Dr. Adolfo Rocha (o futuro Miguel Torga) ter desejado abrir consultório em Ponta Delgada, apelando para o amigo Vitorino Nemésio lhe valer nesta diligência e com José Bruno a sugerir antes Angra do Heroísmo que, à época sem qualquer otorrinolaringologista, ofereceria melhores condições.

Também a conhecida e celebrada "visita dos continentais" a todas as ilhas do arquipélago, promovidas pelo *Correio dos Açores*, talvez o primeiro caso de verdadeiro turismo cultural entre nós, foi projectada em primeira mão numa carta a Luís de Magalhães e desenvolvida depois na de 9 de Junho de 1924: "O meu querido Dr. Luís de Magalhães foi o primeiro e único até hoje e quem falei neste assunto".

Esta viagem saudade no dia da chegada dos convidados – 28 de Maio de 1924 – com o artigo de Aristides da Mota – "Em honra dos hóspedes, benvindos!" – levou às Ilhas, entre outros, Antero de Figueiredo, Joaquim Manso, o escultor Teixeira Lopes, à época trabalhando num monumento a Antero, aliás nunca concluído, Henrique Trindade Coelho, José Leite de Vasconcelos, que no livro *Mês de Sonho* a irá registar para todo o sempre, e um comovido Luís de Magalhães, homenageando Antero junto ao seu túmulo, no dia em que todos os visitantes se deslocaram ao cemitério de São Joaquim, para ouvir as palavras emocionadas que o *Correio dos Açores* publicou no dia 11 de Junho: "Neste campo santo, neste recinto sagrado pelo tremendo mistério da morte, e em frente daquele sepulcro, para o meu espírito e o meu coração também sagrado […] Um dos fins da nossa peregrinação a esta formosíssima terra açoriana, onde às maravilhas da natureza se aliam as qualidades e virtudes admiráveis dos seus habitantes era a romagem ao túmulo do grande açoriano que é sua mais alta glória intelectual […] perante este túmulo nos curvamos, reverentes, emocionados, como quem visita um lugar santo"[11].

Da leitura das cartas, para além do seu objectivo principal – a futura publicação dos *Subsídios* – o que dolorosamente também delas sobressai são os esforços continuados até ser atingida a meta desejada. Pelo caminho ficaram as recusas editoriais, sempre por razões económicas, incluindo as dos organismos estatais. Em 22 de Abril de 1941, com Vitorino Nemésio a dirigir a secção de História Literária do Instituto para a Alta Cultura, José Bruno pede-lhe que force a mão de quem por lá tudo mandava, visto estar em boas condições para informar quanto ao valor do trabalho. Mas as diligências do autor de *Mau Tempo no Canal* foram, ao que tudo indica, pouco significativas, o que terá levado José Bruno a não lhe incluir o nome entre aqueles, e muitos foram, quem, no final do prefácio, "rendeu homenagem do seu agradecimento".

Se em 13 de Setembro de 1940, quando o livro "dormia o sono profundo das coisas soporíferas", uma editora lisboeta prometia vagamente a possível publicação mas só depois de observar o original. Numa carta de 6 de Maio de 1942, dirigida a Vitorino

[11] Ler "José Bruno Carreiro e a segunda 'descoberta' dos Açores", in Manuel Ferreira, Homens, Sombras e Estrelas, Ponta Delgada, 2001.

Nemésio, após informação de que o cartapácio continuava "a dormir o sono dos monstros mastodônticos", escrevia o autor dos *Subsídios*: "Dúvida alguma tenho em enviar o manuscrito à Editorial Inquérito; mas você açoriano, com a noção dos perigos do mar, bem pode calcular as apreensões que me assaltam à ideia de expedi-lo para Lisboa (não tenho duplicado) nestes tempos em que de vez em quando lá vai um navio ao fundo com tudo o que leva dentro… O original é filho único".

É impossível não sentir um arrepio ao imaginar o que poderia ter então sucedido à biografia sobre Antero se um qualquer submarino alemão, ou mesmo aliado, nesse final de 1942, se lembrasse de marcar presença, sem pôr de lado uma sempre possível e trágica tempestade atlântica.

Mas o manuscrito acabou por chegar a Lisboa são e salvo, e o livro, finalmente editado pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, entretanto criado, veio a ser composto e impresso na Sociedade Astória Lda., com o poeta micaelense, Padre Diniz da Luz, a acompanhar, na capital, a composição tipográfica, introduzindo no original algumas alterações e aditamentos de última hora ocorridos ao autor, como se lê no prefácio.

Graças à Imprensa Nacional-Casa da Moeda e à Câmara Municipal de Ponta Delgada foi possível editar as cartas que testemunham, em parte, o início, desenvolvimento e conclusão deste livro único na nossa literatura, exemplo do que deve ser um trabalho de investigação sério, minucioso e empenhado, ontem como hoje ou amanhã. Numa dessas cartas, a Luís de Magalhães, datada de 17 de Setembro de 1932, em final de férias, lamentava José Bruno ser forçado a interromper a preparação da biografia de Antero porque o seu exercício lhe permitia viver "num mundo espiritual tão alto e tão puro, em que até chego a ter a impressão de que um pouco da sua beleza e da sua grandeza moral passa também para mim" e, passou, muito por seu intermédio, para tantos que vieram depois dele. Também por esse motivo a homenagem da Câmara Municipal de Ponta Delgada à memória de José Bruno Carreiro, a que posteriormente se associou o Instituto Cultural de Ponta Delgada, é tão louvável e merecida, no reconhecimento e gratidão pelo exemplo da sua vida e da sua obra.

OUTRAS INTERVENÇÕES

NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO COLÓQUIO "JOSÉ BRUNO CARREIRO, O HOMEM E A OBRA"

José Medeiros*

Exmo. Dr. Mário Mesquita
Exmo. Reverendo Padre Pedro Carreiro
Exma. Sra. D. Madalena Carreiro
Ilustres palestrantes no colóquio
Minhas senhoras e meus senhores

É com a maior alegria e motivação que em nome da Senhora Presidente e da Câmara Municipal de Ponta Delgada dou as boas vindas a todos os que, com a Câmara, aceitaram este desafio de assinalarmos esta efeméride dos 50 anos da morte do José Bruno Carreiro.

Para nós, é sempre melhor celebrarmos a vida e nestes dois dias que se avizinham estou certo de que iremos celebrar não só a vida mas também o legado de valores e de princípios deixado por José Bruno Carreiro, um homem para quem os Açores e a sua autonomia estiveram sempre em primeiro lugar.

No passado dia 4 de Janeiro assinalaram-se os cinquenta anos da morte de José Bruno Tavares Carreiro, como já disse, um ilustre autonomista que prestou relevantes serviços à sua cidade de adopção, Ponta Delgada.

Nascido em Coimbra, a 28 de Agosto de 1880, filho de açorianos, José Bruno Tavares Carreiro formou-se em direito e fundou dois jornais importantes: o semanário *O Distrito* e o diário *Correio dos Açores*. Homem de grande actividade literária e jorna-

* Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

lística, pugnou sempre pela defesa dos mais nobres valores autonómicos.

Participou na preparação do decreto de 16 de Fevereiro de 1928, que outorgou o novo Estatuto das Juntas Gerais e exerceu as funções de Chefe de Gabinete Civil do coronel Silva Leal, Delegado Especial do Governo nos Açores e secretário do Governo Civil de Ponta Delgada. Como escritor, publicou a peça *Uma véspera de feriado*, de projecção nacional mas, e sobretudo, foi um estudioso da obra de Antero de Quental e de Teófilo de Braga. Era membro da Sociedade "Tábua Rasa", de Lisboa, Sócio fundador do Instituto Cultural de Ponta Delgada, e Comendador da Ordem de Cristo. Autor de vasta bibliografia e de numerosos artigos publicados quer no *Correio dos Açores* quer na *Seara Nova*, o Dr. José Bruno Carreiro foi igualmente um entusiasta do teatro, como se pode ver bem na carta escrita a 17 de Dezembro de 1940 – e agora compilada pela Dra. Ana Maria Almeida Martins no livro que amanhã aqui será apresentado: *Antero de Quental, construção de uma biografia* – escrita a Vitorino Nemésio, a propósito do interesse que a companhia de Teatro de Robles Monteiro/Amélia Rey Colaço revelou para encenar a sua adaptação para o teatro de *Os Maias*.

O gosto pela escrita, a facilidade da pena e a frontalidade de muitos dos seus argumentos, fazem dele um homem incontornável da nossa história recente e que, por isso, merece ser estudado por todos nós.

Daí que este colóquio, pela forma como foi organizado e sugerido pelo Dr. Mário Mesquita, mereça uma atenção especial da Câmara e espero que de toda a comunidade de Ponta Delgada. José Bruno Carreiro faz parte da nossa galeria de autonomistas e no final deste colóquio, intitulado, "José Bruno Carreiro, o Homem e a Obra", terá lugar uma sessão solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho durante a qual será atribuída, a título póstumo, a Medalha de Ouro de Ponta Delgada, depois de uma proposta da Comissão Municipal de Toponímia, que já foi aprovada pela Reunião de Câmara.

Esta cerimónia será presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República, o Dr. Jaime Gama.

Nos dois dias de debate, teremos oportunidade de ouvir conferências e participar em mesas redondas, nas quais destacados investigadores vão dar o seu contributo sobre a vida e o legado político, cultural e jornalístico de José Bruno Carreiro.

Pensamos que, desta forma, estamos a dar um contributo para a valorização cultural do nosso concelho. Estamos a dar um contributo para que a nossa história seja conhecida e os nossos protagonistas sejam valorizados. Mais uma vez, estamos a colocar os meios municipais ao serviço da comunidade.

Antes de terminar gostaria de agradecer publicamente à Dra. Ana Maria Almeida Martins e ao Dr. Mário Mesquita pelo valiosíssimo contributo na organização deste colóquio.

Gostaria também de deixar uma palavra de apreço a toda a família de José Bruno Carreiro, dizendo que contamos convosco no Colóquio.

Finalmente, uma palavra aos conferencistas, a todos sem excepção, aos que estão em Ponta Delgada, aos que vêm da diáspora, aos que vêm de Lisboa, da Universidade

de Coimbra, ao Dr. Álvaro Monjardino, quero deixar uma palavra pública de agradecimento, que estendo, naturalmente aos que residem em Ponta Delgada como o Senhor Reitor da Universidade dos Açores… Não quero estar a nomear ninguém em especial, mas a todos agradeço em nome da Câmara o facto de se terem prontificado a dar o seu contributo para o conhecimento da nossa história recente. Sem esta prestação e disponibilidade seria impossível levar por diante este colóquio.

Espero que seja um momento alto da nossa vivência cultural.

Bom trabalho e espero que daqui saiam grandes ensinamentos sobre a nossa história recente e sobre um dos homens que também a marcou.

Centro Municipal de Cultura, 25 de Janeiro de 2007

NA APRESENTAÇÃO DA MESA REDONDA "JOSÉ BRUNO – POLÍTICO E AUTONOMISTA"

*Avelino de Freitas de Meneses**

1. Sobre a Autonomia dos Açores

Apesar de raízes bem perceptíveis já em finais do século XVIII, e apesar de uma primeira afirmação logo em finais do século XIX, só nos últimos 30 anos a Autonomia conheceu progressos verdadeiramente consideráveis. Nunca, como hoje, foi no entendimento teórico um movimento tão ousado. Nunca, como hoje, foi na acepção prática um instrumento tão útil. Em 1976, a conversão da Autonomia em preceito da Constituição da República Portuguesa como que equivaleu à obtenção da maioridade. Agora, ela é a tradução de uma especificidade insular, o alicerce da nossa identidade. Agora, ela é o resultado de aspirações sociais, não apenas das elites do passado, mas também dos cidadãos do presente e dos do futuro.

Obtida a emancipação política perante a velha metrópole, transformemos a Autonomia em meio de invenção de uns Açores novos. Como é óbvio, é sedutora a tentação de converter a Região Autónoma numa imitação do País. Sejamos, entretanto, mais ambiciosos e mais inovadores. Para tanto, façamos a harmonização da unidade política com a descentralização administrativa. Então, encontraremos o caminho do verdadeiro desenvolvimento, isto é, aquele que propicia o progresso do todo, que é o arquipélago, através da redução das assimetrias das partes, que são as ilhas. Então, encontraremos o

* Magnífico Reitor da Universidade dos Açores

caminho inequívoco do equilíbrio, que admite o estímulo das ilhas maiores e centrais, sem prejuízo das pequenas e periféricas. Se assim agirmos, teremos uns Açores novos e uma Autonomia melhor.

Apesar de todos os progressos, a Autonomia possui ainda uma considerável margem de progressão. A aferição do seu êxito mede-se pelo grau de união dos açorianos. A construção de uma tal união exige que os autonomistas, fundamentalmente os políticos autonomistas, façam do seu discurso um compromisso com os Açores, nunca um veículo de ideários e de estratégias nacionais. A obtenção de uma tal união sucederá quando o entendimento entre os açorianos superar as diferenças de opinião, fruto da livre expressão das sensibilidades.

Apesar do arrimo da Constituição, a Autonomia é ainda um fruto frágil, porque Portugal é um país tradicionalmente centralista, onde as experiências autonómicas dos Açores e da Madeira são excepções. Além disso, mesmo nos Açores, para o vulgo da população, a Autonomia é um projecto recente, isto é, uma simples decorrência das transformações democráticas de 1974 a 1976. É, por isso, que oficialmente quase se ignora o 2 de Março. É, por isso, que não há cidadão que identifique o 16 de Fevereiro. É, por isso, que o 6 de Junho é ainda um factor de discórdia entre a direita e a esquerda regionais. Assim, não admira, pois, que não houvesse outra solução que não fosse a de celebrar a Autonomia na 2ª feira de Pentecostes! De facto, só o amparo do Espírito Santo nos pode valer em tamanha necessidade.

Quer tudo isto significar que é preciso cuidar da Autonomia! Por outras palavras, é preciso discutir a Autonomia! E, se os políticos se dissipam por entre o imediatismo do quotidiano, compete aos intelectuais a condução do debate, mesmo que cause incómodos, e causará sempre, pelo menos aos donos de todos os poderes, sejam eles políticos, económicos ou académicos. Neste caso, à Universidade cabe a maior responsabilidade, porque é fruto da conjuntura da institucionalização da Autonomia, e porque dispõe da possibilidade do uso da interdisciplinaridade, requerida pela complexidade da matéria. Na Universidade, os propósitos de promoção da universalidade não justificam a análise insuficiente do local e do regional, que nos são mais próprios. Aliás, a nossa obrigação é a da universalização do saber, mesmo quando ele se reporta à dimensão de um qualquer lugar.

2. Sobre José Bruno Carreiro

Entendeu a Câmara Municipal de Ponta Delgada, e bem, evocar a memória de José Bruno Carreiro. No termo do século XIX, Aristides Moreira da Mota e alguns outros pugnaram pela emancipação dos Açores. Para tanto, sacrificaram tudo, se necessário, talvez que as próprias vidas. No entanto, é de crer que tenham menosprezado algo de essencial: a unidade dos Açores. Na década de 1920, José Bruno Carreiro e alguns outros, possuindo por arauto o *Correio dos Açores,* concluíram que no império da di-

versidade, que é o arquipélago dos Açores, era imperioso a obtenção da unidade, para que a Autonomia fosse um projecto de todas as ilhas e de todos os açorianos. Aliás, importa dizer que esse propósito unionista de há ¾ de século ainda é um propósito dos nossos dias.

José Bruno Carreiro entendeu que, em política, a obtenção do consenso é o instrumento do progresso. Por isso, pretendeu que a Autonomia dos Açores assentasse: na unidade dos açorianos, sem excepção de classe social e de ilha de naturalidade; no apoio dos madeirenses, com uma vivência histórica similar; e na simpatia dos portugueses, até por não haver razão de desconfiança do portuguesismo dos insulares. Antes de Vitorino Nemésio, José Bruno Carreiro foi já um construtor da açorianidade, que a adjectivou de: espírito açoriano, sentimento açoriano, alma açoriana, consciência açoriana.

Aos homens da geração de 1920, desculpamos com dificuldade a admiração pelo precedente autoritarismo de Sidónio Pais e, ainda mais, a condescendência pelo consequente totalitarismo de Salazar. No entanto, alguns permaneceram fiéis ao ideal da livre administração dos Açores pelos açorianos. Entre eles, José Bruno Carreiro que, em 1950, aqui em Ponta Delgada, numa conferência memorável, reivindicou maior capacidade de auto-governo para os Açores, considerando então que "Esta gente têm razão!". Pois bem! Independentemente das vicissitudes da política, é caso para dizer que esta gente continua a ter razão!

3. Sobre os intervenientes

Hoje, não sou propriamente um conferencista. Em vez disso, cabe-me a tarefa de ser moderador. Antes de mais, devo proceder à apresentação de uma plêiade de investigadores, que trarão, esses sim, dados novos para o entendimento da nossa já velha Autonomia, no âmbito de uma Mesa Redonda, intitulada "José Bruno, político e autonomista". São eles:

- o Dr. Carlos Enes, mestre em História Contemporânea, autor de um livro importante para a compreensão da economia dos Açores no período entre as duas grandes guerras, e também estudioso das questões autonómicas, sendo um conhecedor relativamente profundo do pensamento de outro homem da geração de José Bruno Carreiro, o terceirense Luís da Silva Ribeiro;
- a Dra. Susana Silva, quase doutorada em História Contemporânea, conhecedora do século XIX nos Açores, particularmente em S. Miguel, e também ela autora de um livro importante sobre a justiça em Ponta Delgada, em meados de oitocentos;
- o Dr. Carlos Melo Bento, um investigador de toda a história dos Açores. Mas, mais do que isso, se a Autonomia fosse um filme teria necessariamente os seus

actores. E, nesse caso, o Dr. Carlos Melo Bento seria um deles. Por isso, o seu testemunho adquire uma significativa relevância.

- depois deles, o Prof. Doutor Carlos Cordeiro, autor de dois livros indispensáveis para o melhor entendimento da história política açoriana dos séculos XIX e XX, proferirá uma Conferência, denominada "O percurso de José Bruno Carreiro – da monarquia constitucional ao Estado Novo".

Sem mais delongas, vamos ouvir os intervenientes.

JOSÉ BRUNO CARREIRO
O AGITADOR

Carlos Enes*

José Bruno Carreiro foi, sem dúvida, uma das personalidades mais marcantes da sociedade açoriana no século XX. A face mais visível da sua notabilidade pública poderá ser captada através das páginas do diário que fundou, o *Correio dos Açores*, em 1920. Quem as lê, capta uma efervescência que ultrapassa todos os outros periódicos. Não me refiro ao pulsar da intriga mesquinha, que também a produziu quando necessário, mas ao agitar de grandes questões que punham a sociedade micaelense em alvoroço.

Todos os assuntos importantes que diziam respeito a São Miguel ou ao arquipélago foram focados nas páginas do *Correio*. Rapidamente, o matutino passou a liderar as tiragens e foi, sem dúvida, durante os anos em que José Bruno o dirigiu, o melhor periódico açoriano. Um jornal conservador que reflectia as inclinações do seu director e não descansou no combate à hegemonia exercida pelo Partido Democrático; um jornal que manteve a mesma linha apoiando a Ditadura Militar e não se demarcou do Estado Novo, embora figurasse como independente. Um relatório do governador civil, do início dos anos 30, referia que ele era o preferido das classes conservadoras, enquanto o *Diário dos Açores* era mais lido pelos opositores ao regime.

Durante os anos de intensa vida política na direcção do *Correio*, José Bruno travou combates com sucesso mas também sofreu alguns dissabores. De certo modo, a sua actuação seguiu o princípio muito apregoado, por volta de 1919, de que se deviam procurar causas permanentes para se sustentar indisposições permanentes. José Bruno soube manter a tensão suficiente para que o "problema açoriano" nunca deixasse de estar na ordem do dia.

Consciente das dificuldades existentes que impossibilitavam um entendimento para um projecto político comum com força e com credibilidade, quer a nível distrital quer do arquipélago, não deixou de envidar todos os esforços para colocar no mesmo lado

* Mestre em História Contemporânea.

da barreira todos aqueles que viam no regionalismo o principal motivo da acção política, independentemente dos seus credos. Os resultados não foram os esperados, mas a acção de José Bruno merece destaque.

O agitador não descansou durante a campanha eleitoral de 1921 e quando esta terminou e a actividade política ia caindo na mornaça costumeira, resolveu lançar no *Correio* o repto: "Se a Madeira quisesse…". Da Madeira chegou a resposta afirmativa, mas tudo não passou de um fogo-de-artifício nesse final do ano de 1922, numa reunião realizada no Funchal. José Bruno e Luiz Bettencourt representaram a Junta Geral de Ponta Delgada; a de Angra enviou, debaixo de muitos protestos, o monárquico, Frederico Lopes, aos quais se juntaram mais dois ou três madeirenses. De concreto, ficaram apenas os artigos que a imprensa publicou durante alguns meses, para que a chama da autonomia não se apagasse.

A energia de José Bruno voltou a revelar-se num outro importante acontecimento para as ilhas: a visita dos continentais, em 1924.

A ideia desta visita integra-se na sua matriz de pensamento sobre a autonomia e sobre a região. Dar a conhecer os Açores, as suas idiossincrasias, era uma forma de mostrar aos outros a necessidade e a justeza de um estatuto político-administrativo diferente. Paralelamente, a visita dos intelectuais, como também ficou conhecida, iniciaria o processo de promoção turística do arquipélago de forma mais sistemática e consistente.

E José Bruno conseguiu os efeitos pretendidos. A passagem pelas várias ilhas de gente tão notável foi motivo de grande discussão e provocou o aparecimento de artigos em praticamente toda a imprensa regional; por outro lado, conseguiu irritar os republicanos ligados ao Partido Democrático que viram na embaixada uma afronta, na medida em que uma boa parte dos visitantes tinha afeição pela monarquia; finalmente, projectou os Açores no continente, porque os membros da comitiva não deixaram de relatar as impressões de viagem em artigos na imprensa ou com a publicação de livros.

No rescaldo desta visita, José Bruno ganhou ainda mais ascendente político e os regionalistas/monárquicos recuperaram energias que lhes foram úteis nas eleições de 1925. A vitoriosa "revolta dos escravos" foi, em boa medida, um troféu do *Correio dos Açores* e de José Bruno Carreiro.

A oração que se segue reflecte bem a relação litigiosa de José Bruno com os Democráticos:

> "Filomeno da Câmara que estás no Parlamento, santificada seja a "revolta dos escravos", venha a nós a Autonomia, seja feita a vontade do Zé Bruno, assim na nossa como nas outras ilhas.
> O "Correio dos Açores" de cada dia nos dae hoje e perdoae-nos as nossas tolices, assim como nós perdoamos a ingenuidade dos crédulos que se deixaram engrolar pelas nossas campanhas *regionaleiras*.
> Não nos deixeis cair na mão dos democráticos, mas dae-nos empréstimos da

> Caixa Geral de Depósitos, suprimentos do Banco de Portugal e dinheiro p´rá Junta Autónoma e livrae-nos de todas as crises por intermédio dos mesmos democráticos. Amen".[1]

De facto, não foi nada fácil a relação de José Bruno com os Democráticos ou com outras forças republicanas mais à esquerda. Foi destes sectores que partiram as mais severas acusações, que o apontavam como separatista e monárquico. Para o primeiro caso, o epíteto de separatista está relacionado com a sua ligação ao Almirante Dunn, por altura da instalação da base naval americana em Ponta Delgada, e ao apelo para que os americanos tomassem conta do arquipélago, durante a campanha regionalista/separatista iniciada em 1918. Para o segundo caso, a visita dos continentais deu origem a um relatório do governador civil da altura, denunciando o que considerava ser uma grande ofensiva de monárquicos dispostos a derrubarem o regime. Na sequência desse relatório seguiu-se um inquérito que atingiu alguns micaelenses, nomeadamente Aristides Moreira da Mota que foi suspenso temporariamente das funções de professor. Mas José Bruno como organizador da visita ficaria rotulado como um retinto monárquico, dístico esse que já vinha detrás e continuaria a manter-se pelas estreitas relações de amizade com elementos desse sector. O jornal *A Pátria*, de Ponta Delgada, *O Povo*, de Angra do Heroísmo, e os textos de António Baptista intitulados *A Verdade Vence* não pouparam o dinamizador da visita.

Com a implantação da Ditadura Militar, o comportamento de José Bruno sofreu algumas alterações. Tornou-se mais moderado nas suas críticas, mas não perdeu as características de agitador. A defesa de uma ampla autonomia política foi esquecida e passou a ter um comportamento mais pragmático defendendo, apenas, uma descentralização em que as Juntas Autónomas seriam providas de maiores recursos. Esta mudança de estratégia valeu-lhe fortes críticas dos republicanos que lhe apontavam a incoerência.

A atitude rígida de Salazar deitou por terra o primeiro decreto da Ditadura e José Bruno revelou a sua indisposição contra a atitude estranguladora das Juntas Gerais. Foi na sequência desse mal-estar que o *Correio dos Açores* liderou uma provocação ao Ditador.

Em 1932, teve lugar a campanha pró-turismo iniciada em Ponta Delgada, numa conjuntura de grande crise económica. Esta campanha tinha por objectivo levar o governo a investir na ilha, de forma a debelar a crise que a avassalava. Foi elaborado um documento por uma comissão que integrava José Bruno e que foi entregue ao governador civil em Novembro de 1932, convocando-se para o efeito uma grande manifestação. A partir de então deixou de haver tacitamente censura aos jornais e iniciou-se um grande braço-de-ferro com o governo, dentro dum espírito ordeiro mas assanhado. No dia em que o governador civil, Jaime Couto, embarcou (3 de Janeiro 1933), foi

[1] *O Liberal*, Ponta Delgada, 22-4-1926.

promovida nova manifestação de apoio, com milhares de pessoas nas ruas. Surgiram na imprensa artigos bastante críticos a Salazar e Aristides Moreira da Mota voltou a mostrar a sua influência na sociedade micaelense[2].

Se as individualidades, que apadrinhavam este movimento pró-turismo, não pretendiam o derrube do regime, mas apenas a conquista de algumas regalias para a Junta Geral, os outros sectores que desejavam a queda de Salazar não estiveram inactivos, quer à esquerda quer à direita. Os nacionais-sindicalistas, a maçonaria, os sindicatos e outras forças republicanas de oposição actuaram pela calada. Na hora certa, quando chegou a notícia a Ponta Delgada de que o governador nada havia conseguido em Lisboa e se havia demitido, conforme o combinado, desencadeou-se uma greve geral. O poder caiu na rua e só a intervenção militar pôs termo ao rebuliço, com a morte de duas pessoas e vários feridos.

O agitador José Bruno, desta vez mediu mal as forças com Salazar e não se apercebeu das intenções dos movimentos da oposição local. A partir de então, as relações políticas distritais com o ditador tornaram-se tensas, o que não impediu a concretização do projecto do turismo por intermédio da família Bensaúde e da sociedade Terra Nostra.

Depois desta grande campanha micaelense e com a institucionalização do Estado Novo nesse ano de 1933, o agitador José Bruno deixou de dispor de margem de manobra. Como funcionário público estava cada vez mais acorrentado e a censura tornava-se menos complacente. O momento político já não permitia que o seu instinto impulsivo se rebelasse. Talvez por isso a direcção do periódico passou a ser exercida alternadamente por longos períodos com João de Simas, até José Bruno se desfazer do jornal em 1937.

Quanto ao seu pensamento autonomista, julgo que as diferentes etapas por que passou evidenciam um trajecto bastante sinuoso.

Numa primeira fase, que coincide com a I República, divulgou, apoiou e identificou-se parcialmente com contributos de outros cidadãos micaelenses. E essas propostas eram geralmente bastante radicais, defendendo-se uma ampla autonomia não só financeira como política. José Bruno esteve com eles, seguindo uma estratégia de permanente confronto com o Poder Central.

No meio de todas essas propostas, onde se situava, então, o pensamento de José Bruno em relação à autonomia?

Penso que ele construiu a sua matriz em torno da fundação de uma província açoriana. Uma concepção que passava pela criação de uma alma açoriana, base sentimental e afectiva que daria vida e chama a uma consciência açoriana, um dos temas abraçado com toda a garra pelo *Correio dos Açores*. Essa consciência açoriana não se limitava a um estado de espírito contemplativo, mas a um ideário de cariz político-ideológico que pugnava pela afirmação da identidade açoriana e pelo

[2] Sobre este tema ver Carlos Enes, "Ponta Delgada: o movimento de contestação à política do Estado Novo, em 1932-33", Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVIII, 1990, Angra do Heroísmo, 1993.

reforço da consciência das populações no sentido de defenderem, na prática, os interesses do arquipélago[3].

Este movimento conhecido por açorianismo, foi liderado com tal vigor pelo *Correio dos Açores* que outros periódicos se demarcaram, posteriormente, de toda essa dinâmica. Por um lado, porque se cometeram exageros e se tentou sobrepor a consciência açoriana à consciência nacional, outro dado a ter em conta nas acusações de separatista que lhe eram feitas; por outro lado, porque o açorianismo funcionou, em parte, como o cimento aglutinador do movimento regionalista que tinha forte preponderância de monárquicos.

O *Diário dos Açores*, por exemplo, acusava o *Correio* de em vez de um "cérebro ter abóbora menina", sugerindo que fizesse pastéis com essa abóbora menina e lhe desse o nome de pastéis à "consciência açoriana"[4].

Aquela matriz que estava na base da unidade provincial açoriana serviu de modelo à actuação de José Bruno durante alguns anos, mas rapidamente percebeu que não estavam criadas as condições para tal. Em 1927, o caso ficava arrumado com a afirmação seguinte: "uma organização administrativa unitária dos Açores seria, no ponto de vista económico, a mais conveniente para o arquipélago, mas nada aconselha agora essa organização, que provocaria uma onda de protestos, feriria susceptibilidades e levantaria uns contra os outros os povos dos actuais distritos, quebrando, assim, a boa harmonia e a cordialidade de relações em que todos vivem."[5]

Apesar do esforço da campanha em torno da fraternidade insular e do movimento para a criação de uma consciência açoriana, os Açores continuavam a funcionar como um somatório de ilhas, em que cada uma delas constituía uma unidade relativamente autónoma.

Com o movimento vitorioso do 28 de Maio e a instauração da Ditadura Militar o pensamento e a acção de José Bruno mudaram radicalmente. A partir de então passou a defender apenas uma autonomia financeira para as Juntas Gerais, pondo de lado a questão política. Terminara o período das reivindicações profundas, das autonomias integrais para se passar a uma fase mais pragmática, sem afrontar o poder central de forma ostensiva. José Bruno voltou a estar no centro das atenções, mas por razões completamente opostas, e os adversários não desperdiçaram a oportunidade para desancar.

O *Diário dos Açores*, quando foi publicado o primeiro decreto autonomista no período da Ditadura, acusava-o de ser "um soba que fala, sem procuração bastante, pelas nove ilhas inteiras, pelos Açores todos, desdizendo tudo o que havia dito até então"[6] e ironizava: "Ele conduziu a revolta dos escravos! Agora mete-os em casa até nova ordem e eis tudo!"[7].

---

[3] Sobre a construção da unidade e identidade regional ver Carlos Enes, estudo introdutório ao volume IV de as *Obras – escritos político-administrativos*, de Luís da Silva Ribeiro, Instituto Histórico da Ilha Terceira/ Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996.

[4] *Diário dos Açores*, 31-8-1926.

[5] *Correio dos Açores*, 8-9-1927.

[6] *Diário dos Açores*, 9.2.1928.

[7] Idem, 4.2.1928.

José Bruno não desarmou e soube tirar o máximo proveito do projecto conseguido pelo coronel Silva Leal, enquanto Delegado Especial do Governo nos Açores. A dinâmica imposta na altura rapidamente transformou-o num Delegado Especial dos Açores junto do Governo e por isso o coronel gracejava: "Deixei de governar moleques em África, para vir ser moleque em Lisboa".

Aquele decreto autonomista teve a colaboração de José Bruno e a sua publicação foi festejada com uma grande campanha jornalística no *Correio*, trazendo para a rua milhares de apoiantes quando o Delegado Especial passou por Ponta Delgada.

Na altura em que se debatiam estas questões (1928), ainda se pensava que a Ditadura seria transitória e a curto prazo se regressaria ao sistema eleitoral pluripartidário. E foi a pensar nessa possibilidade que José Bruno, tendo em conta a experiência dos últimos anos da República, propôs alguns artigos para este Decreto que revelam o seu pensamento menos democrático, quando introduziu um princípio que cortava as hipóteses às várias forças políticas de se fazerem representar na Junta Geral através de listas concelhias. Neste novo decreto passou a haver uma única lista de carácter distrital e, assim, a elite citadina acabaria por dominar aquele organismo, diminuindo as hipóteses aos Democráticos. O conservadorismo de José Bruno ainda se evidenciou mais com a introdução dos vogais natos no decreto que se seguiu, publicado no mês de Julho de 1928. Nesta perspectiva as propostas de José Bruno, Luiz Bettencourt e Luís Ribeiro abriam já o caminho ao que Marcelo Caetano viria a propor, uns anos mais tarde.

À agitação provocada na imprensa pela publicação do primeiro decreto da Ditadura (Fevereiro 1928), apontado como uma grande vitória para o futuro dos Açores, o decreto que se seguiu logo em Julho com a assinatura de Salazar foi recebido por José Bruno com alguma frieza. O *Correio* achava positiva a passagem de mais serviços para a Junta, mas mostrava dúvidas quanto ao aspecto financeiro. Contudo, colocou água na fervura dizendo que o Estado pagaria o défice[8]. "Foi o máximo que foi possível conseguir", escreveu ele, mas para que as hostes não desanimassem ressaltava que "o novo decreto era um título de orgulho, pelo que exprime a confiança que em nós depositou o governo para a administração de quase todos os serviços públicos."[9]

Salazar foi habilidoso em transferir mais poderes para as Juntas Gerais, conforme solicitado, mas tanto José Bruno como ele sabiam que os défices não iriam ser cobertos. Nesta matéria, os princípios do ditador eram muito claros: quando há dinheiro fazem-se obras, quando não há fecha-se a loja.

A partir de então, os dias foram bem negros para a Junta Geral de Ponta Delgada, cujo presidente Luís Bettencourt acabaria por pedir a demissão. Por seu turno, o *Correio* de José Bruno nunca deixou de argumentar dentro da legalidade, procurando

[8] *Correio dos Açores*, 15-7-1928.
[9] Idem, 9-8-1928.

evidenciar as contradições de Salazar. A leitura das suas páginas depois da publicação deste decreto de Julho de 1928 permite-nos captar bastantes dados reveladores de uma relação de amor-ódio que se foi gerando entre alguns colunistas e Salazar. De um modo geral, apreciavam o ditador pelo que havia feito pelo país, mas não toleravam a sua teimosia em relação ao Açores.

O desabafo de Aristides Moreira da Mota numa carta a Luiz de Magalhães serve de exemplo para percebermos os contornos dessa relação: "Na verdade não sei que mosca tem mordido o Salazar que o enche de raiva para com os Açores. Apesar de todo o respeito e veneração que por ele tenho, e visto que a lei das rolhas não nos deixa dizer o que é justo que se dissesse, hei-de aproveitar o ensejo da primeira eleição que houver, para protestar com o meu voto contra o governo da Ditadura. Se não houver outro partido que apresente candidatos, senão o democrático, que eu detesto, votaria com ele, contra a União Nacional. Quando acabar a Ditadura, que tem de acabar e for suprimida a lei das rolhas, o Salazar tem de as ler gordas."[10]

Pobre Aristides que não chegou a ver satisfeito o seu desejo. As condições políticas tornaram-se favoráveis a Salazar, que impôs uma lei das rolhas cada vez mais eficaz e uma proposta administrativa para os Açores muito centralizadora. Coube a Marcelo Caetano definir as linhas mestras, tendo para tal consultado José Bruno entre outros. Por estar comprometido com Marcelo e admirar a sua competência, quando o Ministro do Interior, numa carta a ele dirigida, lhe pediu um parecer sobre aquele projecto, limitou-se a reparos de pequena monta, sem contestar a filosofia subjacente ao documento. Por outro lado, sabia perfeitamente que a autonomia financeira continuaria a ser uma pura fantasia e não haveria mais condições para aventuras políticas.

Levou anos a digerir em seco a asfixia financeira que oprimia as Juntas Gerais. Apesar da lei das rolhas, no fim da vida quando acabava de entrar na reforma, soltou então a rolha de forma cordata. Na conferência sobre a autonomia reavivou os princípios e as lutas do passado por uma autonomia mais aprofundada; justificou as mudanças de posição que havia tomado na viragem para a Ditadura Militar e demonstrou as incongruências da política de Salazar para com as Juntas Gerais.

Houve quem não gostasse, como por exemplo o presidente da Câmara Municipal que resolveu contestar algumas passagens da intervenção de José Bruno, acusando-o de um "separatismo que põe o patriotismo local acima do único e verdadeiro patriotismo: o da "Unidade Nacional". A resposta não se fez esperar, mas julgo que circulou apenas em documento dactilografado. Nesse texto José Bruno teve oportunidade para se defender de velhas acusações. Apesar da idade avançada, mantinha intactas as suas qualidades de jornalista de primeira linha e o espírito inquieto de quem adora agitar as águas chocas das lagoas. Nessa conferência, não disse nada de novo em termos teóricos, mas a sua síntese serviu de bandeira

[10] Carta de Aristides da Mota a Luiz de Magalhães, de 19-2-1932, Espólio de Luiz de Magalhães, Biblioteca Nacional de Lisboa.

a novas gerações que iam lentamente despertando para os velhos ideais da Livre Administração dos Açores pelos Açorianos. Deste modo, José Bruno recuperou a fama e a auréola de autonomista.

DE REGRESSO À ILHA: S. MIGUEL NO TEMPO DE JOSÉ BRUNO CARREIRO (1880-1957)

Susana Serpa Silva*

Todos os indivíduos, mesmo os de excepcional envergadura, são homens e mulheres do seu tempo, marcados pelo meio que integram, pelos acontecimentos a que assistem ou em que participam. Porque a parte e o todo interagem e porque, de acordo com Marc Bloch, a história não é mais do que o estudo dos "homens no tempo", qualquer abordagem biográfica, pressupõe a percepção da época e da sociedade em que o biografado se insere. Por conseguinte, com base neste paradigma e num sintético bosquejo, propomo-nos abordar a realidade da ilha onde se veio fixar José Bruno Carreiro, bem como o contexto inerente ao tempo em que viveu e em que se dedicou às causas insulares.

José Bruno Carreiro, advogado, jornalista, escritor e convicto autonomista, nasceu em Coimbra, a 28 de Agosto de 1880 e faleceu, em Ponta Delgada, a 4 de Janeiro de 1957, quando contava 76 anos de idade[1]. Viveu, pois, na transição do século XIX para o século XX e percorreu toda a primeira metade de novecentos, abarcando uma época de grandes transformações a nível europeu, nacional e local e com períodos marcantes, como assaz conturbados.

Nos finais do século XIX e inícios de novecentos, o arquipélago dos Açores contava com cerca de 5% da população nacional, por ter mais de 250.000 habitantes, distribuídos de forma desigual pelas nove ilhas. O peso populacional mais significativo era o de S. Miguel e da Terceira, mas o crescente volume demográfico micaelense foi-se destacando de tal modo que, em 1900, já contava com quase metade das gentes açorianas (47.5%)[2]. Meio século mais tarde, a densidade populacional de S. Miguel era ainda maior, em resultado das mais de 164.000 pessoas que nela residiam, pois

* Centro de História de Além-Mar – Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

[1] Cf. M. Jacinto Andrade, *Políticos Açorianos. Nótulas biográficas*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996, p. 84.

[2] Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, pp. 30-31 e Anexo, Quadros 1.1. e 1.3.

no período entre 1920 a 1950 a ilha apresentou "um crescimento anual superior ao da média regional"[3].

Dos três centros urbanos dos Açores, sobressaía igualmente o de Ponta Delgada, pelo seu tamanho e desenvolvimento, caracterizando-se, todavia, a sociedade em geral, por uma profunda ruralidade. Os trabalhos agrícolas ocupavam a maioria da população, com uma vida ritmada pelo calendário religioso e marcada pelas contingências impostas pela própria natureza. Por conseguinte, há muito se tornara inevitável o crescimento do fenómeno emigratório, — consequência das dificuldades do quotidiano e das profundas assimetrias sociais.

É a elite político-económica da urbe micaelense que se afigura como o grande núcleo impulsionador do movimento autonomista de finais de oitocentos, seguida à distancia pela de Angra do Heroísmo. Deste processo desabrochou relativa descentralização, fundada no modelo de organização administrativa especial, estabelecido por decreto de 2 de Março de 1895, da responsabilidade de Hintze Ribeiro. Todavia, anos mais tarde, seria visível o desagrado de autonomistas e autoridades locais face à delicada e penosa gestão do minguado pecúlio orçamental das Juntas Gerais[4].

Factos marcantes foram, sem dúvida, a inauguração do cabo submarino que ocorreu em Agosto de 1893 e a visita do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia, evento estratégico que, entre outras razões, pretendeu acalmar os ânimos insulares e cimentar as relações entre a metrópole e as ilhas. Era José Bruno estudante de Coimbra, muito próximo de completar os amadurecidos 21 anos, quando no Verão de 1901, se engalanaram as ilhas do Faial, Terceira e S. Miguel para receberem os reis, vindos do arquipélago da Madeira. Os festejos e as cerimónias principais decorreram com pompa e empenhamento cívico, concitando o interesse e a participação de multidões, ficando a cargo de diversos jornais nacionais e estrangeiros a cobertura dos acontecimentos e a divulgação da realidade insular[5].

A visita régia, embora olhada com displicente ironia pelos membros do Partido Progressista-Autonomista Micaelense e criticada pelos jornais republicanos locais devido ao excessivo despesismo, não deixou, contudo, de se revestir de considerável importância. Entre os principais objectivos contava-se o reforço da unidade nacional, bem como da própria soberania portuguesa sobre as ilhas atlânticas[6]. Motivações de ordem política e de natureza diplomática terão ditado a visita, numa época de necessária afirmação do regime e da Casa de Bragança perante o país e os emergentes discursos decadentistas ou ainda, como salienta António José Telo, ante os jogos de interesse internacionais, centrados no domínio do Atlântico, uma vez que os Açores se haviam tornado "o centro das relações Portugal/ Inglaterra a partir de 1898"[7].

---

[3] Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991, pp. 41-42.

[4] Veja-se Maria Isabel João, *ob. cit.*, pp. 260 e ss.

[5] Veja-se: Susana Serpa Silva, "Achegas para outras leituras da Visita Régia ao arquipélago dos Açores", in *Insulana. A Visita Régia, 1901-2001*, Instituto Cultural de Ponta Delgada., vol. 57, 2001, pp. 19-21 e ss.

[6] Cf. Carlos Cordeiro, "Nos Bastidores da Visita Régia. Decadentismo e tensões autonomistas", in *Insulana*, vol. cit., pp. 5-7.

[7] António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico, (1898/1848)*, Lisboa, Edições Asa, 1993, p. 39. Veja-se: Susana Serpa Silva, "Achegas para outras... ", in *ob. cit.* pp. 19-21.

Nesse mesmo ano de 1901, outra importante conquista lograram obter os micaelenses, no âmbito da instrução secundária: a elevação do liceu nacional à categoria de Liceu Central, por decreto de 29 de Agosto[8]. Há muito que as reivindicações autonómicas insistiam nesta promoção, na medida em que a condição de insularidade obrigava a prematuras e longas estadas, no continente, dos jovens açorianos mais favorecidos para prosseguimento dos estudos.

Tal fora o caso de José Bruno Carreiro que, ainda na adolescência, regressara ao continente, onde nascera, para continuar a estudar. Os horizontes insulares eram então demasiado exíguos no tocante à instrução, — como em outros tantos domínios — e, por isso, apenas depois de concluída a formatura em Direito, na respectiva Faculdade da Universidade de Coimbra, estaria José Bruno de regresso à ilha, em 1904[9].

O então cultor de letras, anterianista, homem de leis e futuro político, volvia à "pátria" paterna, em tempos de modernidade, mas também de conturbada conjuntura política. Da visita régia só restavam os postais, as fotos e as memórias do evento, único na história insular[10]. Na vida quotidiana, notavam-se as alterações provocadas pelo avanço da técnica, e paulatinamente introduzidas entre os costumes ancestrais: o fonógrafo, a fotografia, o animatógrafo ambulante, os primeiros automóveis. Artistas estrangeiros, das artes plásticas às musicais e circenses, tocavam Ponta Delgada, com variada obra e espectáculos. No campo científico-cultural progrediam os estudos vulcanológicos e meteorológicos, em que se distinguiu Afonso de Chaves, enquanto nos visitavam naturalistas e oceanógrafos importantes, como o Príncipe Alberto de Mónaco[11]. Entre as demonstrações de regozijo em honra de Sua Alteza, salientou-se a inauguração da avenida que ainda hoje ostenta o seu nome e que, na altura, foi aplaudida como um rasgo de embelezamento e de expansão urbanística[12].

Na vertente política, sentiam-se os ventos da última fase do rotativismo, das querelas e dissidências partidárias que fariam ascender João Franco à governação e, por fim, culminariam no fatídico regicídio, de Fevereiro de 1908. O ocaso da monarquia há muito estava determinado, não tanto pela tenacidade da propaganda republicana, mas muito mais pelos desmandos dos governantes e políticos monárquicos. O vetusto regime, modernizado pela vigência constitucional, não resistiu às pressões da crise financeira e económica (resultante da falência do modelo regenerador) e muito menos às humilhações desferidas pelo *Ultimatum* inglês, emergente num cenário de rivalidades internacionais, impostas pela corrida à partilha de África.

---

[8] Da responsabilidade de Hintze Ribeiro, in *Diário dos Açores*, nº 3.101, 3ª série, 17 de Agosto de 1901 e nº 3.120, 3ª série, 9 de Setembro de 1901.

[9] Cf. Carlos Melo Bento, "José Bruno Carreiro – Autonomista e Escritor", in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 51, nº 2, 1995, pp. 222-224.

[10] D. António, Prior do Crato veio até às ilhas procurar apoio para a sua causa, mas ainda não era rei. D. Afonso VI veio para a Terceira, amargurar desditas, desapossado do trono e da esposa. D. Pedro IV, então Duque de Bragança, encontrou nos Açores a lealdade e colaboração que precisava para pugnar pelos direitos de sua filha, a futura rainha D. Maria II. Finalmente, o príncipe D. Luís, futuro Luís I, esteve igualmente entre nós, mas ainda longe de pensar que iria assumir tão grande responsabilidade.

[11] Pode confirmar-se em múltiplas notícias de diferentes periódicos micaelenses.

[12] *Diário dos Açores*, nº 3.966, 30 de Julho de 1904.

Este era um tempo de atribulações e há muito que, em Lisboa, se pressentia a eminência da revolução, da queda do ministério ou até de uma possível intervenção estrangeira. O excessivo autoritarismo e repressão franquistas acicataram os ânimos dos republicanos, cada vez mais empenhados na revolta contra um regime desacreditado[13]. Em Ponta Delgada, a imprensa noticiosa limitou-se a anunciar o lúgubre acontecimento, a relatar os factos essenciais e a registar as manifestações de pesar das autoridades, assim como dos dirigentes político-partidários locais[14].

Dois anos volvidos, quando José Bruno se encontrava em Lisboa para concorrer ao cargo de Secretário-Geral do Governo Civil de Ponta Delgada, consagrou-se a implantação da República, após a vitória da Rotunda, por mérito de Machado Santos. O país real, apático e mal informado, não reagiu, mas rendeu-se ao novo regime por via telegráfica ou telefónica, como previra João Chagas.

Nas ilhas, perante um facto consumado, foram acatadas as ordens superiores e, com alguma serenidade, tomaram posse os novos detentores dos cargos públicos, procedendo-se, em cerimónias oficiais, à substituição ou supressão dos símbolos monárquicos. Em Ponta Delgada, após 48h de silêncio por parte de Lisboa, procedeu-se, em simultâneo, ao hastear da nova bandeira no Castelo de S. Brás, na Câmara Municipal e no quartel de infantaria, seguindo-se, em datas diferentes, a solene proclamação noutros concelhos da ilha: no Nordeste, a 11 de Outubro, em Vila Franca a 16 e ao som da *Portuguesa*, entoada por um coro de 60 meninas, na presença do administrador do concelho da Povoação[15].

Por dever patriótico, o Partido Regenerador Micaelense, no qual José Bruno era filiado, deliberou apoiar o novo regime, acabando por se dissolver, alguns dias depois[16]. Algum tempo antes, por ocasião "da queda efectiva da monarquia", também se autodissolvera o Partido Progressista Autonomista Micaelense, pois para alguns políticos açorianos o regime fenecera com D. Carlos[17]. Apesar da tendência conciliadora verificada nos actos oficiais, mercê do desencanto dos monárquicos açorianos, a propaganda anti-republicana rapidamente se fez sentir dada a impopularidade de algumas medidas, entre elas a extinção do Tribunal da Relação dos Açores (há muito tentada) e, sobretudo, as de natureza religiosa e anti-clerical[18].

É neste contexto, de conservadora indignação contra os radicalismos republicanos, que se inscrevem, por exemplo, os "alevantes" do Nordeste, em 1911, estudados por David Luna de Carvalho[19]. Mais do que uma política laicizadora, cujo vértice jurídico

---

[13] Veja-se A. Cardoso de Faria e Maia, *Carta ao Ex.mo Sr. Francisco Maria Supico, Redactor da "Persuasão" acerca do dia 1º de fevereiro de 1908*, Lisboa, Imprensa Africana, 1908.

[14] *Diário dos Açores*, nº 5.002, 3 de Fevereiro de 1908.

[15] B.P.A.R.P.D. – F.A.C.P., Livro 7, *Registo de Correspondência Expedida, 1910/1911*, fl. s/ nº.

[16] Sobre a biografia de José Bruno Carreiro, cf.: João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "Dr. José Bruno Carreiro", in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vols. 37 e 38, 1981-1982, pp. 85-86.

[17] Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, p. 28.

[18] Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, pp. 31-33.

[19] David Luna de Carvalho, *Os Alevantes da Memória. Resistências populares à política religiosa da 1ª República no concelho do Nordeste da ilha de S. Miguel, 1911*, Lisboa, Salamandra, 1999.

se traduziu na "lei da separação do Estado das Igrejas", o anti-clericalismo militante do novo regime, acrescido de medidas que ora proibiam congregações, feriados e cerimónias religiosas; ora instituíam o divórcio e o matrimónio civil, colidiu com os valores e hábitos das nossas gentes. Por todo o país, sentiram-se feridas as sensibilidades e os espíritos católicos, com especial incidência no norte, onde movimentos populares obrigaram à intervenção militar, como notou Vasco Pulido Valente[20] ao salientar o clima de "guerra religiosa".

No distrito de Ponta Delgada, o primeiro semestre de 1911 registou uma grande conflitualidade. Alterações da ordem pública "por motivo de reacções monárquicas", obrigaram ao envio de força militar, tanto para a ilha de Santa Maria, como para a vila da Ribeira Grande. Mas, os tumultos de maior gravidade ocorreram na vila do Nordeste, na forma de contestação popular contra a legislação da República, dando origem a detenções e à instauração de processos-crime. O peso e a influência do clero, em manifesta vantagem sobre a insignificante representatividade dos republicanos, foi decisivo na eclosão dos "alevantes" da Pedreira, da Fazenda, e da Achadinha[21].

Entretanto, em plena era republicana, José Bruno Carreiro ganhara o concurso a que se propusera, ocupando o lugar de Secretário Geral, de enorme responsabilidade e importância, para a administração do distrito. Neste desiderato, José Bruno Carreiro, político e funcionário público, ao serviço da sua ilha, correspondia de forma plena ao apelo e sentimento da época, segundo o qual "todo o cidadão tem o dever de ser político, isto é – tem o dever de consagrar um pouco do seu tempo, do seu pensamento e do seu coração aos interesses do seu país. Sob este ponto quem se abstiver d'acção política, é um renegado da pátria, visto que é à custa de serviços que a pátria se faz"[22].

Se esta asserção traduz o espírito de uma parte da opinião pública local, por outro lado, o povo em geral, mantinha-se arredado da coisa pública e tão pouco estava preparado para acolher a vertente democrática que o regime republicano veio impor. Daí, os conflitos e a indisciplina que percorreram toda a 1ª República, assolada ainda, a partir de 1914, pela eclosão da Grande Guerra. Portugal acabaria por se envolver na contenda e os Açores, pela sua centralidade atlântica, suscitaram, uma vez mais, as atenções das potências beligerantes.

Há muito que se previa o interesse americano por estas ilhas, atendendo à sua localização e relativa proximidade da Europa. Já em inícios da centúria, havia quem vaticinasse nas colunas de um periódico micaelense, uma eminente guerra marítima entre os EUA, — "essa potencia assoberbante" — e a Alemanha, — outra grande potencia europeia, — na qual, os Açores, a menos de três dias do velho continente, "seriam para os Estados-Unidos uma base de operações naturalmente indicada no mapa"[23]. De

[20] "Moderados e radicais na 1ª República: da conciliação ao terror, Outubro de 1910-Agosto de 1911", in *Análise Social*, vol. XI, nºs. 42-43, 1975, p. 248, cit. por David Luna de Carvalho, ob, cit., p. 85.

[21] Cf. David Luna de Carvalho, *ob. cit.,* pp. 89-102.

[22] *Diário dos Açores*, nº 3.142, 3ª série, 4 de Outubro de 1901.

[23] *Diário dos Açores*, nº 3.094, 3ª série, 8 de Agosto de 1901.

facto, todas as inovações a nível da travessia atlântica associadas à navegação a vapor, haviam catapultado o arquipélago para uma posição de enorme relevância, mais não fosse, pelas necessidades de abastecimento de carvão por parte das armadas[24].

A conflagração europeia, no Verão de 1914, mobilizou um encadeamento de alianças contra o inimigo alemão. Até 1916, mantendo Portugal uma posição de neutralidade, os portos ultramarinos e insulares eram utilizados por navios ingleses e alemães, mas a necessidade de manter a liberdade de navegação no Atlântico e de projectar poder sobre a Europa, levou os EUA, em 1917, a solicitarem a criação de uma base naval nos Açores. Desde Março de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal[25], notavam-se em Ponta Delgada os sinais do conflito, pelo apresamento de navios alemães (como o rebaptizado *Lima*), pela transformação do Alto da Mãe de Deus num fortim para defesa da cidade e pelas notícias constantes de ataques de submarinos germânicos. Em Julho de 1917 um destes vasos de guerra atacou a cidade e freguesias limítrofes (Fajã de Cima) e, bem piores seriam as conseqüências, não fosse a defesa oferecida pelo navio *Orion*, em reparações no porto de Ponta Delgada. Nesse mesmo Verão, foi então instalada a base naval americana nesta cidade, sob o comando do Almirante Dunn, cujas embarcações e hidroaviões, instalados junto ao forte de S. Brás, garantiram uma eficaz fiscalização dos mares dos Açores, contribuindo decisivamente — como refere Medeiros Ferreira — para a consolidação de um novo "triângulo diplomático": Lisboa, Londres e Washington[26].

A vinda de militares portugueses e a instalação de um posto telegráfico nas Feteiras, a cargo dos ingleses, completou este cenário de guerra que, todavia, imprimiu à cidade um matiz de cosmopolitismo portuário. Ponta Delgada perdeu a pacatez de outrora, as ruas encheram-se de marujos e soldados, os cafés, as mercearias e as casas de diversão conheceram um movimento inusitado[27]. O cinema americano, os combates de boxe no Coliseu Avenida (inaugurado em 1917), os jogos de baseball no Campo Açores, trouxeram à ilha de S. Miguel vivências típicas do mundo masculino norte-americano[28]. Em suma, uma certa dissolução de costumes passaram a constituir matéria de preocupação por parte dos mais moralistas que, inclusive, que já há algum tempo viam no cinematógrafo do Teatro Micaelense, do Salão Avenida e do Salão Eléctrico, um misto de escola de primeira ordem com um meio de desmoralização a toda a prova e, cada vez mais generalizada, "a todas as classes sociais" de então[29].

---

[24] António José Telo, *ob. cit.,* p. 60.

[25] Veja-se "A Declaração de guerra da Alemanha a Portugal. A nota do governo alemão", in *O Açoriano Oriental*, nº 4.219, 25 de Março de 1916.

[26] A feliz expressão "triângulo diplomático" de José Medeiros Ferreira encontra-se em "Os Açores nas Duas Guerras Mundiais", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo I, 1987, p. 75. Sobre o tema dos Açores e a Guerra, veja-se também: António José Telo, *ob. cit.,* pp. 103 e ss. Veja-se também "Base Naval dos Estados Unidos da América do Norte em Ponta Delgada", in *Revista Michaelense*, Ano I, nº 2, Junho de 1918, pp. 138-154.

[27] Sobre a dissolução de costumes, veja-se *O Açoriano Oriental*, nº 4.381, 10 de Maio de 1919.

[28] Veja-se "Base Naval dos Estados Unidos...", in *ob. cit*; p. 149; Henrique de Aguiar Rodrigues, "O Povo Açoriano, a sua história e o seu projecto", in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 40, 1984, pp. 64-66.

O período final da guerra correspondeu a tempos bem difíceis, marcados pela escassez de géneros e pela fatídica gripe pneumónica, de resultados avassaladores.

É no advento do pós-guerra, cem anos depois da implantação do liberalismo em Portugal, que José Bruno Tavares Carreiro funda o *Correio dos Açores*, juntamente com Francisco Luís Tavares e do qual vieram a fazer parte, mais tarde, João de Simas, Guilherme de Moraes, Cícero de Medeiros e Manuel Ferreira[30]. Nesse mesmo ano, toda a cidade de Ponta Delgada era electrificada e fundava-se a Companhia dos Carregadores Açorianos, seguindo-se, cinco anos depois, a instalação da primeira rede telefónica. Por esta mesma altura, vários pioneiros da aviação atlântica cruzavam os céus dos Açores, chegando a aterrar em S. Miguel[31]. Encontrava-se então o mundo ocidental no limiar de uma nova era repleta de ilusões de paz, de anseios de modernidade, de euforias contrastantes com os anteriores horrores impostos pelo conflito. Além- mar, o "sonho americano" assumia contornos assaz atractivos, os progressos técnicos facilitavam as condições de vida, — da saúde à comunicação, dos bens de consumo aos transportes — e a emancipação feminina afirmava-se cada vez mais.

Em contrapartida, no continente e nas ilhas, — onde o tempo demora e não passa, dominado pela rusticidade que retarda as grandes mudanças e faz persistir os hábitos ancestrais[32] — era, porém, por demais evidente a degradação do novo regime político, ensombrado pelos divisionismos e dissidências entre os republicanos e pela intensa instabilidade governativa. Anos antes do golpe militar que desferiu o desfecho da Primeira República, a corrente autonomista micaelense, encabeçada por José Bruno, voltava a reavivar-se, baseada em ideais de pendor regionalista e identitário, com o intuito de obter o alargamento da autonomia administrativa insular. Segundo Carlos Cordeiro, o "revivalismo" autonomista iniciara-se logo após a implantação da República, com críticas ao regime e propostas restritas à ilha de S. Miguel. Depois prosseguiu nos anos 20 com projectos de Urbano de Mendonça Dias, Francisco Faria e Maia e José Bruno Tavares Carreiro[33].

A legislação republicana adoptara o princípio da descentralização administrativa, reconhecendo a autonomia dos distritos insulares adjacentes, mas como referiu José Bruno "a aspiração a uma mais larga autonomia administrativa ficou sempre latente no espírito dos Açorianos que se preocupavam com as questões de administração pública"[34]. Por isso, não muito tempo depois, o movimento voltou a reacender-se e, desta vez, envolvendo o arquipélago da Madeira, que não só aceitou o repto lançado pela campanha açoriana[35], como fez desencadear um forte movimento autonomista naquela ilha, nos finais de 1922.

---

[29] *O Açoriano Oriental*, nº 4.128, 13 de Julho de 1914.

[30] Cf. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "ob. cit.", p. 86 e ss.

[31] "Monografia de Ponta Delgada", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, ns. 27-28, 1969-1970, p. 88.

[32] Vejam-se as descrições de Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, 2ª edição, Lisboa, Frenesi, 2001, (ed. original: 1926), pp. 142-144.

[33] Carlos Cordeiro, *ob. cit.,* p. 65 e pp. 328 e ss.

[34] José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, Tip. Do Diário dos Açores, 1952, p. 32.

[35] O repto consistiu no célebre artigo, da lavra de José Bruno, publicado no *Correio dos Açores*, "Se a Madeira Quisesse..." e ao qual a imprensa do Funchal respondeu "A Madeira quer!".

Os contactos com os madeirenses, as sessões de esclarecimento no Coliseu Avenida, a formação de uma comissão para redigir as bases da reorganização administrativa distrital do arquipélago — a par de acessas polémicas — constituíram passos de gigante na edificação de um novo projecto autonómico, de cariz bem mais pragmático e economicista do que os anteriores. A juntar-se às múltiplas iniciativas, veio até aos Açores, um grupo de intelectuais do continente, para que garantissem uma onda de propaganda favorável ao arquipélago[36], há muito ignorado e envolto na penumbra do esquecimento que, apenas a visita régia de 1901, por breves instantes, conseguira esbater.

A denominada "visita dos intelectuais" ou dos "continentais ilustres", iniciada em Maio de 1924 e concluída em Julho do mesmo ano, depois de percorridas todas as ilhas, foi ideia lançada por José Bruno Carreiro, no *Correio dos Açores* e que colheu expressivo apoio da restante imprensa local, ciente da urgente necessidade em "estreitar os laços de amizade entre a metrópole e os Açores"[37]. Vultos de prestígio no campo das letras, das artes, do ensino, da agronomia, do jornalismo e da diplomacia — Luís de Magalhães, Teixeira Lopes, Antero de Figueiredo, D. Luís de Castro, D. Manuela Ribeiro de Bragança, José Leite de Vasconcelos, Joaquim Manso, Trindade Coelho e Armindo Monteiro[38] — rumaram no navio *Lima* até estas paragens, que totalmente desconheciam, colhendo, através do cumprimento do vasto e cuidado programa de recepção, excelentes impressões que divulgaram, contribuindo para justificar as aspirações autonómicas do arquipélago[39]. A cobertura jornalística da viagem demonstrou "à saciedade que os grandes objectivos da visita eram o da difusão, a nível nacional, de uma imagem positiva dos Açores e do seu povo e o da justiça e legitimidade da reivindicação autonomista", como refere Carlos Cordeiro[40].

Entretanto, uma parte do país político-militar perseguia a ordem na desordem. A 18 de Abril de 1925 a revolta militar de Lisboa que não triunfou, preconizou, todavia, a de 28 de Maio de 1926, chefiada pelo general Gomes da Costa. A ditadura militar então estabelecida, não fez esmorecer os intentos autonomistas e, de facto, após continuados esforços e a partir de um projecto-base elaborado por Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara[41] — que visava, sobretudo, um alargamento da autonomia financeira em defesa do interesse público local e nacional — a 16 de Fevereiro de 1928, o efémero decreto nº 15.035 concedeu às Juntas Gerais dos Distritos Autónomos, novas e relevantes

---

[36] Sobre o papel de José Bruno Carreiro no âmbito do novo movimento autonomista, cf. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "ob. cit.", pp. 92-95 e Carlos Cordeiro, *ob. cit.,* pp. 336-349.

[37] *O Açoriano Oriental*, nº 4.622, 5 de Abril de 1924.

[38] Por alegada doença de familiares, ficaram impossibilitados de visitar as ilhas: Afonso Lopes Vieira, Carlos Malheiro Dias e Reinaldo dos Santos e sem justificação pela ausência, o pintor Carlos Reis. *Diário dos Açores*, nº 9.659, 24 de Maio de 1924.

[39] Cf. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "ob. cit.", pp. 95-97. Sobre as cerimónias da chegada e o programa da visita a S. Miguel, que incluía passeios, visitas as fábricas, a infra-estruturas portuárias e de saúde, inaugurações de exposições, récitas e concertos teatrais, ciclos de conferências, bailes e banquetes de gala, até a assistência de "match de foot-ball", veja-se *Diário dos Açores*, nº 9.661, 28 de Maio de 1924.

[40] Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, p. 375.

[41] Sobre o projecto e o papel desempenhado pelo Dr. Luís Bettencourt, cf. José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa...ob. cit.*, pp. 37-39.

atribuições, suportadas por maiores recursos monetários. "Foi um novo e importante passo no caminho das velhas aspirações autonómicas dos distritos insulares"[42], que substituiu o célebre, mas já obsoleto, decreto de 2 de Março de 1895. Doravante, assegurava-se às Juntas maior capacidade de intervenção e investimento.

Porém, a 28 de Abril do mesmo ano, a ascensão ao poder de António Oliveira Salazar, na pasta das Finanças, coarctou quase por completo as regalias consignadas naquele decreto, sob os desígnios de uma política de salvação nacional. Para a alçada das Juntas Gerais insulares transitaram inúmeras despesas com serviços públicos, algumas delas depois retiradas, para não cercear ou comprometer o desenvolvimento dos distritos. Novo decreto, desta vez o nº 15.805, reorganizou as Juntas Gerais Autónomas e apesar da garantia do Estado em suprir eventuais défices de receita, sucessivos diplomas foram anulando muitos dos possíveis benefícios em prol da política centralizadora de Salazar[43].

Enquanto figuras do escol local — entre elas José Bruno — protestavam e insistiam na resolução destas questões, a 8 de Abril de 1931 eclode o movimento revolucionário nas cidades de Ponta Delgada e de Angra, que secundaram a do Funchal. Estas revoltas, já abordadas por Carlos Enes[44] e Célia Reis[45], integraram-se na resistência contra a ditadura militar, consubstanciada em múltiplas insurreições que agitaram o país no período entre o golpe de 1926 e a implantação definitiva do Estado Novo, em 1933.

Os arquipélagos haviam-se tornado autênticos "centros de deportados políticos", os quais, no caso dos Açores, se repartiam por facções ou grupos. Todos eles, porém, partilhavam um espírito republicano democrático, sentindo-se, por isso, empolgados pelas notícias vindas da Madeira. A 7 de Abril, oficiais e deportados em Angra, ocuparam as unidades militares, constituíram uma Junta Revolucionária e nomearam novas autoridades, restaurando a legislação da 1ª República. No dia seguinte foi a vez de Ponta Delgada, entendendo os revoltosos desta cidade que a sublevação açoriana seria a melhor forma de evitar a rendição da Madeira. Igualmente foram ocupadas as unidades militares e os serviços públicos, instituiu-se uma Junta Governativa, vindo a proceder-se a várias prisões, entre elas, a de Tavares Carreiro, devido às suas funções político-administrativas. Apenas ao fim de dez dias a insurreição foi debelada, resistindo a Madeira até 2 de Maio[46]. O movimento capitulou face à sua desorganização interna e, sobretudo, devido à força militar e ideológica da "unidade nacional" proclamada pelo salazarismo.

Ainda assim, em 1932 ressurgiu efemeramente a campanha autonómica por iniciativa de Hermano da Silva Mota, Francisco Faria Maia, Luís Bernardo Leite de Ataíde, José Bruno Carreiro, entre outros, os quais a pretexto da necessidade de diversos in-

[42] *Açoriano Oriental*, nº 4.814, 25 de Fevereiro de 1928.
[43] Veja-se João Bernardo de Oliveira Rodrigues, "ob. cit.", pp. 102-105.
[44] Carlos Enes, "Para a revolta dos Açores em 1931: documentos", in *História e Sociedade*, nº 1, Abril de 1978.
[45] Célia Reis, *A Revolta da Madeira e dos Açores (1931),* Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
[46] Idem, pp. 7-8 e 26-31.

vestimentos no sector turístico, voltam a reivindicar a autonomia financeira e administrativa da Junta Geral, granjeando o apoio popular. Manifestações e greves acabariam por ocorrer nesse mesmo ano e no seguinte e o próprio governador civil, Jaime do Couto anuiria à campanha procurando fazer chegar os clamores micaelenses ao governo central[47]. Porém, o desfecho desfavorável tornou-se inevitável. Na razão inversa do fortalecimento do centralismo do Estado Novo, a questão autonómica foi-se esbatendo, ainda que persistisse no pensamento e na vontade de muitos açorianos.

Em 1938, incumbido de diagnosticar todos os problemas insulares e, ao mesmo tempo apurar eventuais resoluções, veio visitar os arquipélagos o Professor Marcelo Caetano, cujo estudo e relatório acabou por ser convertido no *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, aprovado por decreto de 22 de Dezembro de 1939 e novamente publicado, com algumas alterações, a 4 de Agosto de 1947. De acordo com José Bruno, a situação financeira das Juntas tornou-se quase insustentável, impeditiva mesmo do incremento local pois já não se tratava de autonomia, mas de "qualquer coisa muito parecida com asfixia"[48]. Havia muito a fazer nos distritos açorianos...

Não obstante, foi com pompa e circunstância, envoltas pela máquina de propaganda do regime que, em Julho de 1941, o então chefe de Estado, Marechal Óscar Carmona efectuou uma visita oficial a S. Miguel com o especial intuito de cimentar a unidade do Império e fazer exaltar o patriotismo insular. "Aqui é Portugal!" foi a frase lapidar que marcou o discurso do presidente, na sessão de boas vindas, em plena era de novo conflito mundial[49].

Dois anos depois de o homenageado deixar a direcção do *Correio dos Açores*, deflagrara nova e devastadora contenda. Ao contrário da I Guerra Mundial, na II Portugal manter-se-ia neutro, em conformidade com os princípios programáticos do Estado Novo. Todavia, como adianta Luís Andrade, viria a ser uma "neutralidade colaborante", dadas as facilidades concedidas aos aliados que, no caso dos Açores, se anteciparam aos desejos expansionistas de Hitler que chegou a pensar num desembarque no arquipélago[50]. Entre as ditas facilidades, avultava no âmbito da aliança anglo-lusa invocada por Churchill, a utilização do aeródromo das Lajes, na ilha Terceira, o recurso de emergência ao de Santana, em S. Miguel e o usufruto dos portos açorianos.

O contributo de ingleses e norte-americanos foi decisivo para a transformação das Lajes — segundo Avelino Meneses — num "autêntico porta-aviões" e "centro de controlo do Atlântico Norte", pois em 1943, as tropas britânicas desembarcaram na Terceira e em 1944, ano em que se concluiu o acordo relativo à base de Santa Maria, ali chegaram os americanos a pretexto de apoio aos militares ingleses[51]. Para António José

---

[47] Carlos Enes, "Ponta Delgada: o movimento de contestação ao Estado Novo, em 1932-1933", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLVIII, 1990-1993, pp. 507-536.

[48] José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa...ob. cit.,* p. 43.

[49] *Diário dos Açores*, nº 18.846, 26 de Julho de 1941; *Correio dos Açores*, nº 6.182, 27 de Julho de 1941.

[50] Cf. Luís Manuel Vieira de Andrade, *Neutralidade Colaborante, O caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Ponta Delgada, 1993. Veja-se também Avelino de Freitas de Meneses, *As Lajes da Ilha Terceira (aspectos da sua história)*, Angra, Edições Blu, 2002, p. 57.

[51] Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *ob. cit*., pp. 60-61; Henrique de Aguiar Rodrigues, "ob. cit.", p. 66.

Telo, o interesse americano pelos Açores renasceu na II Guerra Mundial, "associado a uma nova tecnologia emergente: o transporte aéreo intercontinental"[52].

Durante a guerra, enquanto os mares dos Açores serviam de palco à passagem de frotas e a ataques entre navios e submarinos, em terra, o conflito seguido pelos jornais e rádios — quando os havia — tornara-se o principal tema de conversa e discussão entre adultos, uns a favor dos Aliados, outros simpatizantes do Eixo. Aos sacerdotes, nas homilias, competia avisar as populações para que, à noite, mantivessem as luzes apagadas ou encobertas e evitassem cozinhar, a fim de não facultarem possíveis alvos, não obstante saber-se que Portugal se mantinha fora da contenda[53].

Uma vez restabelecida e festejada a paz, a Base Aérea 4 foi transferida de Santana para as Lajes, onde permaneceriam os americanos e a ilha de S. Miguel teve de ultrapassar a forte regressão na cultura do ananás porque essencialmente importado pela Alemanha. Desenvolveu-se na ilha profícua actividade no âmbito da construção civil, com a construção do novo Teatro Micaelense (1946-1951) e a edificação dos Bairros Económico e da Misericórdia. Em 1952 a avenida marginal abriu-se à circulação e a partir de 59 iniciaram-se melhorias nas instalações da doca, em parte por iniciativa e a expensas da Nato[54].

Do final da II Guerra ao ocaso da vida de José Bruno Tavares Carreiro distou pouco mais de uma década, sem que, no entanto, o ilustre micaelense, por herança paterna, deixasse de continuar a exercer uma intervenção pública de grande notoriedade e mérito. Açoriano por adopção, precocemente interiorizou a "açorianidade", compreendendo e demonstrando que o carácter ilhéu e o espírito particular da sociedade insular em nada foram despiciendos na luta "patriótica" iniciada em oitocentos, em prol de um regime de autonomia administrativa[55].

Já em 1928 Agnelo Casimiro, então director do *Açoriano Oriental*, lhe rendera sentida homenagem como "jornalista vigoroso, que com desassombro e inteligência tem sabido orientar a propaganda e defender os legítimos interesses do Arquipélago". Para o articulista, José Bruno, isento de partidarismos políticos e despido de convencionalismos, tentou sempre colocar a causa açoriana em primordial lugar. Nenhuma problemática regional terá passado ao lado do pensamento e da pena do fundador do *Correio dos Açores*: as questões económicas, financeiras, administrativas, culturais e até assistenciais, ao dissertar sobre as Misericórdias e as Casas de Caridade. Com o teorizador contemporizava o homem de acção, o funcionário público com responsabilidades administrativas, o autonomista sem peias que não hesitou em irmanar, na mesma causa, os Açores e a Madeira[56].

---

[52] António José Telo, "Os Açores e o Atlântico", in Luís Nuno Rodrigues e outros, coord., *Portugal e o Atlântico. 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2005, p. 199.

[53] José Arlindo Armas Trigueiro, *Do Estado Novo à Autonomia dos Açores. Memórias (1936-1980)*, Horta, Edição do Autor, 1996, pp. 66-67.

[54] "Monografia de ...", in *ob. cit.,* p. 88.

[55] José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa ....,* pp. 6-7.

[56] "Açoreanos Ilustres. Doutor José Bruno Carreiro", in *Açoriano Oriental*, nº 4.819, 31 de Março de 1928.

No ano em que José Bruno faleceu, S. Miguel voltou a receber outro Presidente da República, desta vez o general Craveiro Lopes que aqui chegou em Julho de 1957. A esta "missão de soberania" que visava testemunhar, uma vez mais, o patriotismo açoriano[57] já não assistiu o político, jornalista e escritor cuja acção "na defesa da consciência açoriana, pugnando pelos interesses vitais e fundamentais do arquipélago, reclamando, para os Açores, (...), um lugar igual ao das outras terras portuguesas, (...), foi, sem dúvida, a maior glória da sua obra"[58].

[57] *O Açoriano Oriental*, nº 6.302, 6 de Julho de 1957.
[58] M. Jacinto Andrade, *ob. cit.,* p. 84.

NA APRESENTAÇÃO DO LIVRO DE JOSÉ BRUNO CARREIRO, *ANTERO DE QUENTAL, A CONSTRUÇÃO DE UMA BIOGRAFIA*, COMPILADO, PREFACIADO E ANOTADO POR ANA MARIA ALMEIDA MARTINS

Amadeu Carvalho Homem*

Permitam-me que inicie a apresentação deste livro com dois breves episódios pessoais, para que todos possam aperceber-se de quanto me é grata a tarefa que tentarei cumprir. A primeira recordação reporta-se aos meus tempos de Assistente universitário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao serviço do Instituto de História e Teoria das Ideias, criado e dirigido pelo meu saudoso Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias, de quem fui e continuo a ser discípulo e cuja memória evoco com emoção e saudade. Nesse Instituto acabava de criar-se a *Revista de História das Ideias* e o esforço para garantir a sua continuidade revelava-se ingente. É que não havia dinheiro para pagar os trabalhos tipográficos. Como sair do aperto? Não me recordo de quem partiu a sugestão, ladina e tradicional, de apelar para Lisboa, onde invariavelmente se encontram as personalidades e instituições mecenáticas. Escreveu-se então para o Instituto do Livro, na altura dirigido pelo Dr. Alçada Baptista, explicando a pindérica situação, concretizando a verba em falta e fazendo ver que a nossa *Revista*, embora não lisboeta, também era filha de Clio, Deusa da História. Só que o tempo foi passando e do Instituto do Livro nem resposta, nem rescrito, nem mandado. Excluída a hipótese de repetirmos a *Rolinada*, queimando à Porta Férrea não o espantalho de Duque de Loulé mas a efígie do Dr. Alçada Baptista, sobrava a iniciativa de rumarmos a Lisboa, capital do futuro Quinto Império, que há-de chegar no dia em que todas as iniciativas culturais vierem a auferir das mesmas facilidades que os governos costumam prodigalizar aos filhotes dilectos, em regra razoavelmente incultos. Lá fomos. Entrámos no Instituto do Livro, então a funcionar na Avenida da Liberdade, com o discurso precatório na ponta da língua e com o ba-

* Professor na Universidade de Coimbra.

raço de Egas Moniz ao pescoço da nossa anemia financeira. Não necessitámos de afinar a oratória. Pouco depois de anunciados, irrompeu inopinadamente por uma porta o Dr. Alçada Baptista, que nos declarou, com a sua típica voz, levemente nasalada: "Não percam tempo que o subsídio está concedido. Se o não concedesse, aquela Senhora nunca mais me falava". E apontou para a Dr.ª Ana Maria Martins. É obrigatório que se diga que nenhum dos elementos da embaixada conimbricense conhecia, por então, pessoalmente a Dr.ª Ana Maria. Nada lhe tinha sido pedido ou sugerido. Passámos a encará-la como uma aliada. E todas as vezes que se manifestavam quebras de liquidez nos números seguintes, havia sempre quem dissesse que não era grave: metia-se uma *cunha* à Ana Maria e o assunto ficava resolvido. Ou seja, a Dr.ª Ana Maria Almeida Martins contribuiu para que a *Revista de História das Ideias* pudesse vir a ser o considerável repositório historiográfico que hoje já é, na continuidade dos seus 27 volumes publicados.

O outro episódio é estritamente pessoal. Alcancei o meu doutoramento em 1989, com uma tese sobre o pensamento filosófico e político de Teófilo Braga. O trabalho foi impresso pela Editora Minerva, de Coimbra, e o seu lançamento fez-se pouco depois na urbe mondeguina e na cidade do Tejo. Em Lisboa, entenderam os editores e eu próprio que a apresentação deveria decorrer na Casa dos Açores. Imaginei que por lá estivessem, na sessão correspondente, meia dúzia de gatos-pingados e que o evento tivesse a mesma repercussão que o do voo das gaivotas em manhãs sem sol. Mas não. O público, sem ser muito numeroso, era selecto, como diriam os oitocentistas; e antes da minha peroração surgiu, em atitude decidida e pragmática, a Dr.ª Ana Maria Martins, empurrando intrepidamente um fotógrafo, ao qual disse: – Faça a fotografia quando este Senhor estiver a assinar a dedicatória do livro que me vai oferecer. Ora, eu nunca mais tinha visto a Dr.ª Ana Maria. Por isso, foi com grande timidez que lhe perguntei: – Diga-me uma coisa, Doutora. Onde é que vai aparecer a fotografia? E, ao mesmo tempo que isto inquiria, enumerei de mim para mim as possibilidades: talvez num boletim de paróquia; talvez num jornal de parede de uma escola primária; ou até numa folha volante de uma obra assistencial, etc., etc. Por isso, fiquei positivamente varado e boquiaberto quando ela me respondeu, sem pestanejar e peremptoriamente: – Vai sair no "Diário de Notícias". E foi assim que este modesto e obscuro académico de Coimbra, acabado de doutorar, ilustrou, sem ser jogador de futebol, cantor da televisão ou governante no activo, um artigo a três colunas num dos jornais de maior tiragem do País. Nunca mais alcancei feito semelhante. Mas fica desde já entendido que um dos meus próximos livros terá uma apresentação em Lisboa e que a Dr.ª Ana Maria Martins irá saber disso com, pelo menos, quinze dias de antecedência.

O que ficou descrito corresponde ao esboço moral de uma grande Investigadora, de uma incansável servidora da Cultura portuguesa e de uma personalidade excepcional no plano das qualidades humanas. Orgulho-me de ser seu Amigo há muitos anos. A Ana Maria é para mim um exemplo de tenacidade, de generosidade e de viva inteligência, que muito respeito e admiro. Por isso estou aqui, na apresentação deste livro, com o maior dos comprazimentos, sentindo-me muito feliz e honrado com o convite que me foi dirigido.

O livro *Antero de Quental. A construção de uma biografia*, erigido sobre as cartas escritas por José Bruno Carreiro às individualidades que lhe forneceram elementos para a redacção da sua modelar obra, começa por ser uma cabal demonstração do empenhamento erudito de quem o prefaciou, anotou e transcreveu, ou seja, da Dr.ª Ana Maria Martins. Este depoente que aqui vêem nunca se abalançou a anotar a correspondência de quem quer que fosse. Pensou um dia em fazê-lo com as cartas de Teófilo Braga e desistiu antes das primeiras dez páginas. É um labor exaustivo, que requer uma paciência evangélica, uma doação sem limites e um lastro informativo arrasador. Torna-se necessária a indagação das mais diferenciadas temáticas, desde a onomástica à heráldica, desde a cronologia à geografia, desde a filosofia à história natural, passando, quando necessário, pela hagiografia, pela genealogia, pela toponímia e por mil outros saberes. Os sintetizadores, na maior parte dos casos, nem sequer atentam na dívida que contraem para com estes obreiros da miudeza analítica, do rigor enunciativo, da reconstrução concretizadora. No entanto, sem tal alicerce, toda a síntese resvalará para o aleatório ou para o imaginário, vendo a historiografia sacrificado o fundamento, crucial e essencialíssimo, da objectividade. Ora, estas cartas de José Bruno Carreiro encontram-se anotadas com uma minúcia e um rigor verdadeiramente notáveis. O que mais me impressionou neste domínio foi o facto de a anotadora não se limitar a identificar, reconhecer e nomear as particularidades de tempo, de lugar e de indivíduo inerentes à escrita de Bruno Carreiro. Ela foi mais longe e, surpreendentemente, respondeu ponto por ponto às dúvidas, às perplexidades e às omissões que o próprio Carreiro reconheceu e que, ao tempo, foi enumerando para os seus destinatários. Isto só é possível ser feito por alguém que domina exaustivamente o seu território de especialidade, ou seja, por alguém que é, desde há muito, uma das maiores conhecedoras, à escala nacional e internacional, da obra anteriana. Por outro lado, a leitura do Prefácio quase dispensaria o apelo a um apresentador. O que há de importante a declarar sobre a obra está lá mencionado. Contudo, era pouco elegante que eu tivesse vindo de tão longe para vos ler os esclarecimentos iniciais, tracejados pela Dr.ª Ana Maria Martins. Tentarei pois servir-me do seu guião para lhe acrescentar alguma coisa da minha lavra.

Houve já quem tivesse dito que uma bela vida é um sonho de juventude realizado na idade madura. Ora, um dos sonhos de José Bruno Carreiro foi o de restituir Antero ao próprio Antero, fixando, se possível em termos definitivos, as particularidades, os meandros e os desvãos da sua biografia. Tratava-se, numa palavra, de desfazer lendas, colmatar lacunas, corrigir erros, superar lapsos e restabelecer cronologias de criação. Tratava-se numa palavra, de limpar do sólio da estátua de Antero de Quental os limos e os musgos enganosos que lhe obscureciam o rosto e lhe descompunham a figura. Não tendo o Poeta datado a maior parte das suas cartas, haveria que as ler como um catecismo, palavra a palavra, linha a linha, que as comparar entre si, lhes sondar as alusões e as explícitas referências, lhes descortinar as circunstâncias e motivações. E tudo isto para que, finalmente, o biógrafo viesse à praça pública anunciar a boa nova de um irrefutável calendário anteriano. E havia igualmente que fazer alinhar com todo o rigor as novas cartas

encontradas, irmanando-as com as antigas, descortinando-lhes os nexos e estabelecendo também para elas a lógica da seriação. Outro tanto se deveria fazer quanto aos *Sonetos* e quanto às composições poéticas dos *Raios de Extinta Luz*, estas últimas maltratadas pelas mãos profanas e pelo rancor cego de Teófilo Braga. A impossível alucinação de Carreiro teria sido, se tal fora humanamente realizável, seguir a trajectória existencial de Antero em cada momento do somatório de momentos da sua atormentada vida, quer no que tangia à sua materialidade corpórea, quer no que se reportava à fertilidade abstracta da sua ideação. O exigente apelo deste sonho revelara-se em Outubro de 1930, servindo-lhe de intróito os artigos publicados desde 1921 no *Correio dos Açores*. Este foi o jornal, por ele fundado, no qual estampou religiosamente, em cada 18 de Abril e 11 de Setembro, dias evocativos do nascimento e da morte de Antero, os artigos perfunctórios da sua magna empresa. Falo intencionalmente de religiosidade. E não o digo apenas por Bruno Carreiro ter visto nos amigos e colaboradores que o ajudaram os catecúmenos da crença que o abrasava, encarecendo-lhes os actos "de *culto anteriano*", como na carta de 16 de Julho de 1934 a Luís de Magalhães, ou com eles festejando o "sentimento de irmandade que liga quantos enfileiram *in ecclesia anterianae*" (Carta a João de Barros de 16 de Maio de 1942). Esta afinidade eclesial, esta confraria cultual encontra-se também presente na designação directamente colhida no título do artigo com que Eça de Queiroz colaborou no *In Memoriam* a Antero. Para mim, é este o texto fundador dos mitemas religiosos que doravante passaram a reger os admiradores de Antero (e eu sou um desses admiradores, embora, por natureza e compleição mental, muito refractário a esta sorte de cheiros de incenso…). Todos sabemos que o artigo se intitulava *Um Génio que era um Santo* e que tal texto atinge momentos de superlativa perfeição e de insuperável excelência estética, como na evocação de um Antero, pontífice na arte poética, a declamar, nos degraus da Sé Nova iluminada pelo luar de uma noite macia de Maio, os versos com que dominava uma turba de académicos irreverentes. A santidade de Antero ficou desde então exarada e decretada para a posteridade. Bruno Carreiro foi um dos sacerdotes deste culto, referindo-se por mais do que uma vez, na sua correspondência, ao "Santo Antero" do seu devocionário. Dizem os crentes que a Fé move montanhas. No caso de José Bruno Carreiro, moveu mesmo. Não se tratou de um milagre de cinestesia física, susceptível de fazer o câmbio do cume da Ilha do Pico pelo cimo da Serra da Estrela. Mas tratou-se, isso sim, de um prodígio de obstinação, de uma magia de indómita vontade, de um fenómeno maravilhoso de dádiva total, absorvente, apaixonada, permanente, à obra que iria fazer-se a uma distância de 700 milhas do lugar onde se encontravam as fontes, os préstimos e os prelos que a poderiam propiciar. O culto anteriano iria fanatizar José Bruno Carreiro. E eu, pela primeira vez na minha vida, direi sem a menor hesitação: - Bendito fanatismo este! Vemos, em S. Miguel e na Terceira, um homem completamente avassalado ao seu Ideal e ao seu Culto, tão possuído e fascinado pela promessa de uma ideia como Santa Teresa de Ávila o foi pela visão do Sagrado.

Não se tratou, como é óbvio, de um trabalho solitário. Bruno Carreiro teve a sorte e o talento de encontrar e de garantir o concurso de valiosíssimos colaboradores e

apoiantes. Neste grupo contam-se os nomes de Luís de Magalhães, João de Barros, Vitorino Nemésio e, acima de quaisquer outros, o de Cândido Nazaré. Este último, funcionário da Imprensa da Universidade de Coimbra, unidade cultural que o autoritarismo salazarista haveria de encerrar, partilhava com Bruno Carreiro o fervor por Antero de Quental e era um bibliófilo criterioso. As cartas agora publicadas dão-nos bem a noção da amplitude e da qualidade dos serviços prestados por Cândido Nazaré ao biógrafo de Antero. A história da colaboração entre ambos instala-nos na consoladora certeza de poder ser a Cultura um sulco de partilha solidária e fraterna entre pessoas politicamente distantes, quando não mesmo antinómicas. È certo que ambos haviam nascido em Coimbra. Mas essa comunidade de berço nativo não apagava a contradição das opções ideológicas. José Bruno Carreiro possuía arreigadas convicções monárquicas, reveladas muito explicitamente, no que respeita ao livro que apresentamos, numa das cartas dirigidas a Luís de Magalhães. Cândido Nazaré pagou ao salazarismo o duro preço da sua coerência republicana e democrática, tendo sido perseguido, julgado, condenado e finalmente privado pelo Poder hegemónico do seu posto de trabalho na função pública. Foi com sincera solidariedade que Bruno Carreiro se prestou a contactar gente do foro em benefício do seu amigo, acalentando a esperança, que viria a revelar-se ilusória, de que ele poderia vir a ser julgado em Angra do Heroísmo. E damo-nos conta da consternação que lhe provocou a notícia da sentença condenatória com que Cândido Nazaré se viu punido e da correspondente perda do seu emprego.

Nas suas linhas fundamentais, a obra apresentava já o cariz de coisa acabada por volta de 1934. Tenhamos bem presente que é um eufemismo falar em coisa acabada para um espírito tão inconformado e ávido como o de José Bruno Carreiro. É de presumir que se ele ainda pertencesse ao mundo dos vivos e se a luz do discernimento lhe não faltasse, estaria porventura a imprimir ou a tentar publicar uma nova edição do seu *Antero de Quental*, com mais uma mão cheia de novidades. O autor do livro não hesitou quanto à seriedade e ao mérito intrínseco do seu labor. Encarou o "cartapácio" – assim gostava de designar a obra – como "um grande armazém de materiais" (Carta a Vitorino Nemésio, de 5 de Dezembro de 1948), sim, mas de materiais certos, seguros, fiáveis, resistentes a todos os contraditórios da heurística e da hermenêutica. No entanto, uma incerteza o apoquentou. Saiu-lhe ao caminho a eterna dúvida que sempre assola todos os autores conscientes: a dúvida inerente ao olhar dos outros. Como iria ser julgado o seu trabalho? Uma coisa era o solilóquio apaziguante, o murmúrio sereno de si para consigo, que lhe dava a garantia da sua rígida exigência de verdade. Outra, muito diferente, era a ventura ou desventura de uma obra lançada, como filha dilecta, aos combates incertos do vasto mundo literário. Os hipotéticos juízos dos demais, essa alteridade sentida como eventualmente hostil, instilou no seu espírito, habitualmente tão positivo e seguro, o veneno entorpecente da dúvida. Por isso o encontramos, em Outubro de 1936, a desabafar assim para o inevitável Cândido Nazaré: "Saiu *aquilo* por fim. Uma coisa com interesse? Um pastelão monstruoso? Tudo pode ser". Bruno Carreiro iria desatar o nó górdio desta dúvida. Fê-lo, contudo, com o pragmatismo

realista e com a modéstia que, segundo o nosso ponto de vista, sempre avultaram como traços salientes da personalidade deste incansável trabalhador. Aos seus próprios olhos, o trabalho encetado cumpria as exigências que a si mesmo havia imposto, configurando uma "obra *completa*, *séria* e *sólida*", em conformidade com o programa definido numa sua carta a Luís de Magalhães, datada de 19 de Dezembro de 1930. Porém, se o seu labor colmatava omissões, corrigia imprecisões e conferia exactidão a muitos dos aspectos biográficos da vida de Antero de Quental, ninguém poderia legitimamente encará-lo como uma reconstrução do evoluir espiritual e da aventura mental do seu biografado. José Bruno Carreiro teve a exacta percepção dos limites da sua obra. Quando Forjaz de Sampaio publicou a sua *História da Literatura Ilustrada dos Séculos XIX e XX*, que ficou incompleta, pediu a José Bruno que redigisse o capítulo referente a Antero. Este anuiu, mas logo esclareceu que só poderia fornecer a bibliografia e uma biografia, por lhe faltar, segundo as suas palavras, "competência para o estudo do pensamento do homem". Na conversação entre Forjaz de Sampaio e Bruno Carreiro aventara-se a possibilidade da "parte crítica" poder ser entregue a Joaquim de Carvalho ou a António Sérgio. Mas o que viria a ser estampado seria apenas o contributo de José Bruno. Narrando o episódio a Vitorino Nemésio, numa carta de Novembro de 1940, a sua indignação, temperada por um sentimento muito autêntico de modéstia, expressou-se assim: "Qual não foi, porém, o meu assombro, ao ver que o Forjaz de Sampaio considerou completo, apenas com isso, o capítulo "Antero" e que nem uma palavra nele havia sobre a *obra*! Não pode haver vergonha maior, numa *História da Literatura*, num capítulo sobre Antero, em que o que mais interessa e maior importância tem é precisamente a obra. Quem ler aquele capítulo, há-de imaginar que eu tomei o encargo de escrevê-lo e que o julguei completo com as notas biográficas que lá pus! Seria de burro!".

Terminado o trabalho, cumprido desde sempre com beneditina aplicação, seguiu-se a procura de editor. Seria uma demanda problemática, atendendo ao considerável financiamento requerido pelas dimensões do minucioso trabalho. Decorreu mais de uma dezena de anos para que a obra *Antero de Quental*. *Subsídios para a sua biografia* fosse dado ao prelo. Falharam, umas atrás das outras, as hipóteses de publicação sob a tutela, nomeadamente, da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Biblioteca da Universidade de Coimbra, da Editora Portucalense, de Barcelos, da Casa Bertrand ou da Editorial Inquérito. Só em 1948 a Sociedade Astória, Ld.ª o imprimiu, sob a responsabilidade editorial do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Santo Antero demorou bastante, como se vê, a propiciar este pequeno milagre gráfico. Também não foram generosos na sua estridência os clangores da imprensa para saudarem o grande milagre de se ter criado tamanho monumento bibliográfico e biográfico num mimoso arquipélago de formação vulcânica e de tessitura sonhadora, embalado pelos cheiros da maresia atlântica e pelas almas pertinazes dos seus habitantes. José Bruno Carreiro, conforme o assinala Ana Maria Martins numa das suas esclarecedoras notas, ficou contente com as loas de uma notícia anónima, "de pouco mais de dez linhas", surgida

no *Diário de Notícias*, em Dezembro de 1948. Tivesse a obra aparecido dois decénios mais tarde e certamente que uma figura feminina, acompanhada por um fotógrafo, irromperia numa qualquer cerimónia de apresentação e tributaria a José Bruno Carreiro a merecida homenagem que eu, certo dia, por ser autor de um livro de muito menor envergadura, imerecidamente recebi.

NA SESSÃO SOLENE DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE OURO MUNICIPAL, A TÍTULO PÓSTUMO, AO DR. JOSÉ BRUNO CARREIRO

Berta Cabral*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República
Exmo. Senhor Representante da República para os Açores
Magnifico Reitor da Universidade dos Açores
Exmas. autoridades políticas e académicas presentes
Exmo. Senhor Bruno Carreiro em representação de toda a família
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Nestes dois últimos dias a vida e a obra do Dr. José Bruno Carreiro foram devidamente discutidas e analisadas do ponto de vista político, social, e científico.

Conferências brilhantes, mesas redondas animadas e debates participados tiveram lugar no Centro Municipal de Cultura cumprindo, na íntegra, aquilo a que a Câmara Municipal se tinha proposto: revelar e desvendar um pouco da nossa história e sobretudo, dar a conhecer os protagonistas que a fizeram.

Estamos, por isso, francamente satisfeitos. Penso que o objectivo foi plenamente alcançado. Desde logo, porque contámos com distintos oradores a quem agradeço a disponibilidade e o empenho que puseram, desde a primeira hora, neste colóquio.

A todos deixo o meu reconhecimento, mas não posso deixar de frisar o empenho pessoal da Dra. Ana Maria Almeida Martins, cidadã honorária desta cidade e do Dr.

* Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Mário Mesquita, um filho da terra, a quem agradeço, em nome pessoal e da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido na organização deste evento cultural.

A minha segunda palavra de agradecimento vai para a família do Dr. José Bruno Carreiro, que acolheu desde a primeira hora esta iniciativa camarária e disponibilizou todos os documentos e todas as facilidades para a eles acedermos, o que se traduziu por exemplo, na reedição da conferência proferida em 1950 "A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes".

Fizemo-lo porque se trata de um documento histórico, arrojado e bem elucidativo do pensamento estruturado do Dr. José Bruno Carreiro sobre a Autonomia. Um pensamento que ainda hoje se mantém actual e que deverá, sempre inspirar, a nova geração de autonomistas.

A livre Administração dos Açores pelos Açorianos é um objectivo que se alcança diariamente, que atravessa gerações e deve pautar, sempre, as relações políticas dos Açores com Lisboa.

A divisa de Cipião de Figueiredo inscrita no brasão de armas dos Açores é bem o sinal dessa inquebrantável determinação. "Antes morrer livres que em paz sujeitos" tem o valor duma declaração política e é a afirmação da vontade dum povo.

As sucessivas revisões constitucionais, com destaque para a revisão constitucional de 2004, vieram provar, se dúvidas houvesse, que há sempre possibilidade de melhorar os aspectos substantivos da autonomia, quer reforçando os poderes dos órgãos de Governo próprio, quer reforçando as competências legislativas, quer esclarecendo as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas, num claro contributo para a mitigação do contencioso autonómico que esteve, está e estará sempre presente.

O que nos deve determinar, é vontade de aperfeiçoar o poder político açoriano e melhorar os mecanismos institucionais para o seu exercício, no quadro da unidade do Estado que, a meu ver, deve constituir o único limite ao aprofundamento institucional da autonomia.

A revisão constitucional de 2004, não marcou, por isso mesmo, um limite ao desenvolvimento das autonomias dos Açores e da Madeira.

O Dr. Luís de Magalhães, depois de uma visita aos Açores em 1924, escreveu ao Dr. José Bruno Carreiro que "era um absurdo querer submeter a um mesmo regime administrativo o que a natureza e as circunstâncias de lugar e tempo puseram em condições diversas (…)".

83 anos depois, estas palavras continuam a fazer todo o sentido. Não do ponto de vista administrativo ou jurídico mas do ponto de vista político!

Nos últimos 32 anos, o modelo constitucional das autonomias insulares e o respectivo estatuto jurídico político, constituíram uma das pedras de toque do sistema político português.

Aliás, neste momento e depois da última revisão constitucional, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores está a preparar uma ampla revisão do Estatuto Político-Administrativo, que consagre novas soluções e que permita uma afir-

mação mais incisiva da matriz autonómica, ou se preferirem um aprofundamento da autonomia, sem adjectivos.

Apenas do povo para o povo!

Depois de concluído o processo de clarificação da autonomia financeira, através da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, poderemos no dealbar deste século, dar um passo seguro no aprofundamento político-constitucional da autonomia.

Estou certa que este novo modelo constitucional permitirá ultrapassar mais um obstáculo ao nosso progresso.

É um desafio que não admite recusa.

Só assim teremos mais e melhor democracia.

Fazer a reestruturação da autonomia, no que aos seus aspectos constitucionais diz respeito, é honrar o trabalho da primeira geração de autonomistas e de todos os que se lhes seguiram, colocando a Autonomia ao serviço dos Açorianos, do progresso e da Liberdade.

Acabámos de conhecer o novo quadro comunitário, cientes de que poderá ser o último envelope financeiro de relevo a vir para Portugal e para os Açores. Saibamos distribui-lo equitativamente de forma a promovermos um desenvolvimento sustentado do nosso arquipélago.

Os fundos estruturais só fazem sentido se forem aplicados em investimentos reprodutivos. A sua distribuição, de acordo com a capacidade de realização e níveis óptimos de execução, é um exercício de grande maturidade política e um sinal de coesão entre os vários níveis de poder, motivados por um só objectivo: promover o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

É este, mais uma vez, o desafio que temos pela frente em nome dos nossos antepassados.

Já em 1950, o Dr. José Bruno Carreiro teve a lucidez para o ver e com um inconformismo latente denunciou o que estava menos bem na concepção autonómica do estado central.

Hoje, devemos ser nós, todos, a lembrar o que a nossa constituição e leis fundamentais consagram.

O desenvolvimento económico e social da região, que permita, garantir a qualidade de vida, vencer o nosso atraso ancestral; a correcção das assimetrias existentes e dar a todos os açorianos um bom nível de vida, são objectivos que nos devem motivar diariamente.

Se é verdade que vivemos, hoje, melhor do que vivíamos há 30 ou 50 anos, não é menos verdade, que não utilizamos todos os recursos ao nosso dispor para mudar a nossa base económica e construir uma economia sólida, ainda que sempre vulnerável às intempéries ou a influências exteriores.

Precisamos de transportes mais eficazes, de novas vias de comunicação, de novas soluções para os constrangimentos que a distância nos impõe e que as novas tecnologias da comunicação já permitem vencer.

Precisamos de novas e ousadas apostas estratégicas na forma de gerarmos riqueza e valor acrescentado.

Traria danos irreparáveis para o futuro, dificilmente compreensíveis pelas novas gerações, se continuássemos a substituir convicções pela lógica das conveniências, muitas vezes ditadas por calendários eleitorais.

Com toda a humildade e salvas as devidas diferenças, foi esta atitude que o Dr. Bruno Carreiro sempre manteve em tudo o que fez na vida.

Fosse no exercício do Direito, nos cargos administrativos que ocupou, fosse no Correio dos Açores, como disse Nemésio "o seu gabinete tornou-se um dos focos mais vivos de dedicação aos Açores", desenvolvendo uma especial atenção à história e economia da sua terra.

Fundou os jornais *O Distrito* (1906) e depois o *Correio dos Açores* (1920), que como todos sabem foi um dos principais arautos das aspirações e reivindicações autonómicas.

Escreveu e publicou uma vasta bibliografia. Entre ela está o livro *O Drama do Capitão Dreyfus* que ontem foi analisado exaustivamente na conferência do Dr. Mário Mesquita. Publicou, igualmente, artigos em diversas revistas e jornais, como por exemplo a *Seara Nova*, uma revista de combate e de temas de intervenção cívica.

Escreveu igualmente peças para teatro como a adaptação de *Os Maias*, numa edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda.

O seu nome é incontornável quando se fala de Antero. De resto, na última sessão do colóquio, esta tarde foi apresentado o livro *Antero de Quental, construção de uma biografia*, numa edição da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, patrocinada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e cuja leitura, apresentação e notas são da autoria da Dra. Ana Maria Almeida Martins.

Penso que sobre a vida e a obra deste açoriano está quase tudo dito. A história se encarregará de atribuir o lugar que lhe é devido.

Pensamos que, desta forma, estamos a dar um contributo para a valorização cultural do nosso concelho. Estamos a dar um contributo para que a nossa história seja conhecida e os nossos protagonistas sejam valorizados.

Mais uma vez, estamos a colocar os meios municipais ao serviço da comunidade.

Antes de terminar e porque os últimos são os primeiros, endereço uma palavra de grande estima, apreço e agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia da República por, de forma incansável, se ter prontificado para presidir a esta sessão solene de homenagem ao Dr. José Bruno Carreiro com a atribuição, a título póstumo, da medalha de ouro municipal.

Saiba Dr. Jaime Gama que é para nós uma grande honra tê-lo entre nós, nesta ocasião tão especial.

Bem-haja por nos ter dado o gosto e o privilégio da sua companhia.

Agradeço, também ao Senhor Representante da República para os Açores, o facto de tão prontamente ter acedido ao nosso convite.

A história do nosso concelho faz-se destes momentos.

Lembrar os nossos antepassados é garantir que a nossa cidade, o nosso concelho, Ponta Delgada terão futuro

Fomos o berço da autonomia.

Procuraremos sempre honrar esse legado.

Salão Nobre da Câmara Municipal, 26 de Janeiro de 2007

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Nota Prévia 7

Programa do Colóquio *José Bruno Carreiro, O Homem e a Obra (nos 50 anos da sua morte)* 11

Comunicações

Carlos Cordeiro, *José Bruno Tavares Carriero: da Monarquia Constitucional ao Estado Novo um percurso autonomista* 15

Mário Mesquita, *O caso Dreyfus analisado por autores açorianos: José Bruno Carreiro e Jaime Brasil* 45

José Medeiros Ferreira, *José Bruno Carreiro, o almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?* 57

Álvaro Monjardino, *José Bruno Tavares Carreiro e Luís da Silva Ribeiro, dois intelectuais açorianos* 71

Onésimo Teotónio Almeida, *José Bruno Carreiro, homem de cultura - ou sobre o biógrafo e os* subsídios para uma biografia de Antero de Quental 85

Ana Maria Almeida Martins, *José Bruno Carreiro, biógrafo de Antero* 95

Outras Intervenções

José Medeiros, *Na cerimónia de abertura do Colóquio "José Bruno Carreiro, o homem e a obra"* 103

Avelino de Freitas de Meneses, *Na apresentação da mesa redonda "José Bruno - político e autonomista"* 107

Carlos Enes, *José Bruno Carreiro o agitador* 111

Susana Serpa Silva, *De regresso à ilha: S. Miguel no tempo de José Bruno Carreiro (1880-1957)* 119

Amadeu Carvalho Homem, *Na apresentação do livro de José Bruno Carreiro, Antero de Quental, a construção de uma biografia, compilado, prefaciado e anotado por Ana Maria Almeida Martins* 131

Berta Cabral, *Na sessão solene de atribuição da medalha de ouro municipal, a título postumo, ao Dr. José Bruno Carreiro* 139

Anexo Fotográfico 145

ANEXO
FOTOGRÁFICO

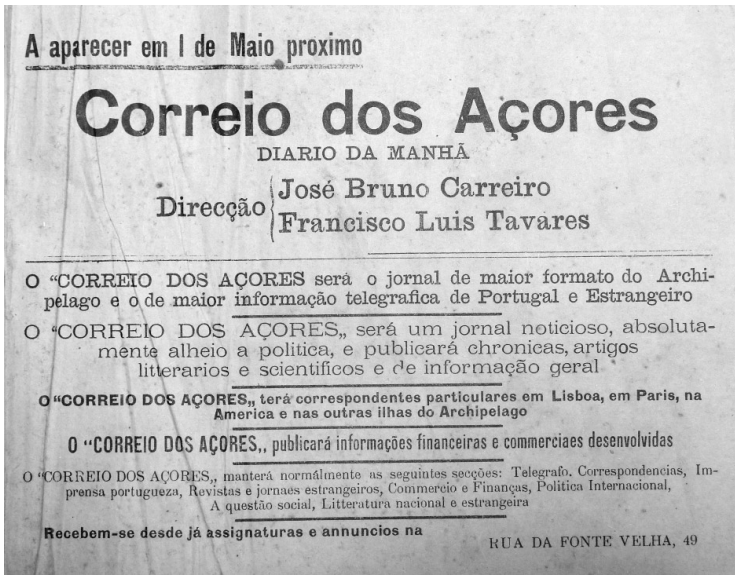
José Bruno Tavares Carreiro, numa fotografia datada 1904,
ano em que terminou o curso de Direito na Universidade de Coimbra.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]

O contra-almirante Herbet O. Dunn, comandante da base naval americana estabelecida em Ponta Delgada, no ano de 1917, para apoiar os esforços Aliados na I Guerra Mundial. José Bruno Tavares Carreiro, então assessor para os assuntos civis do Alto-Comissário para os Açores, era amigo pessoal do Almirante Dunn, facto que foi relevante na captura de ajuda humanitária americana à população micaelense da época, carente de trigo e atingida pela gripe pneumónica.

Perspectiva do edifício do almirantado americano em Ponta Delgada, sede do comando da base naval aqui estabelecida durante a I Guerra Mundial, numa fotografia tirada durante a permanência do contra-almirante Herbert Dunn na ilha de São Miguel. Então propriedade de Luís Bernardo Leite de Ataíde, foi depois vendido a Vasco Bensaúde que o transformou no Hotel de São Pedro. [colecção particular]

Excursionistas micaelenses na ilha Terceira (1919).
José Bruno Tavares Carreiro é o segundo de pé, da direita para a esquerda, envergando colete e calça branca.
Esta viagem foi organizada para retribuir a visita de um grupo de terceirenses a São Miguel, no ano de 1918, altura em que José Bruno Carreiro conheceu a futura mulher Georgina Forjaz de Lacerda.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]

José Bruno Tavares Carreiro, a mulher Georgina Forjaz de Lacerda
e os filhos Jorge e Bruno, gémeos nascidos em 1922.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]



A aparecer em 1 de Maio proximo

Correio dos Açores

DIARIO DA MANHÃ

Direcção { José Bruno Carreiro
Francisco Luis Tavares

O "CORREIO DOS AÇORES será o jornal de maior formato do Archipelago e o de maior informação telegrafica de Portugal e Estrangeiro

O "CORREIO DOS AÇORES„ será um jornal noticioso, absolutamente alheio a politica, e publicará chronicas, artigos litterarios e scientificos e de informação geral

O "CORREIO DOS AÇORES„ terá correspondentes particulares em Lisboa, em Paris, na America e nas outras ilhas do Archipelago

O "CORREIO DOS AÇORES„ publicará informações financeiras e commerciaes desenvolvidas

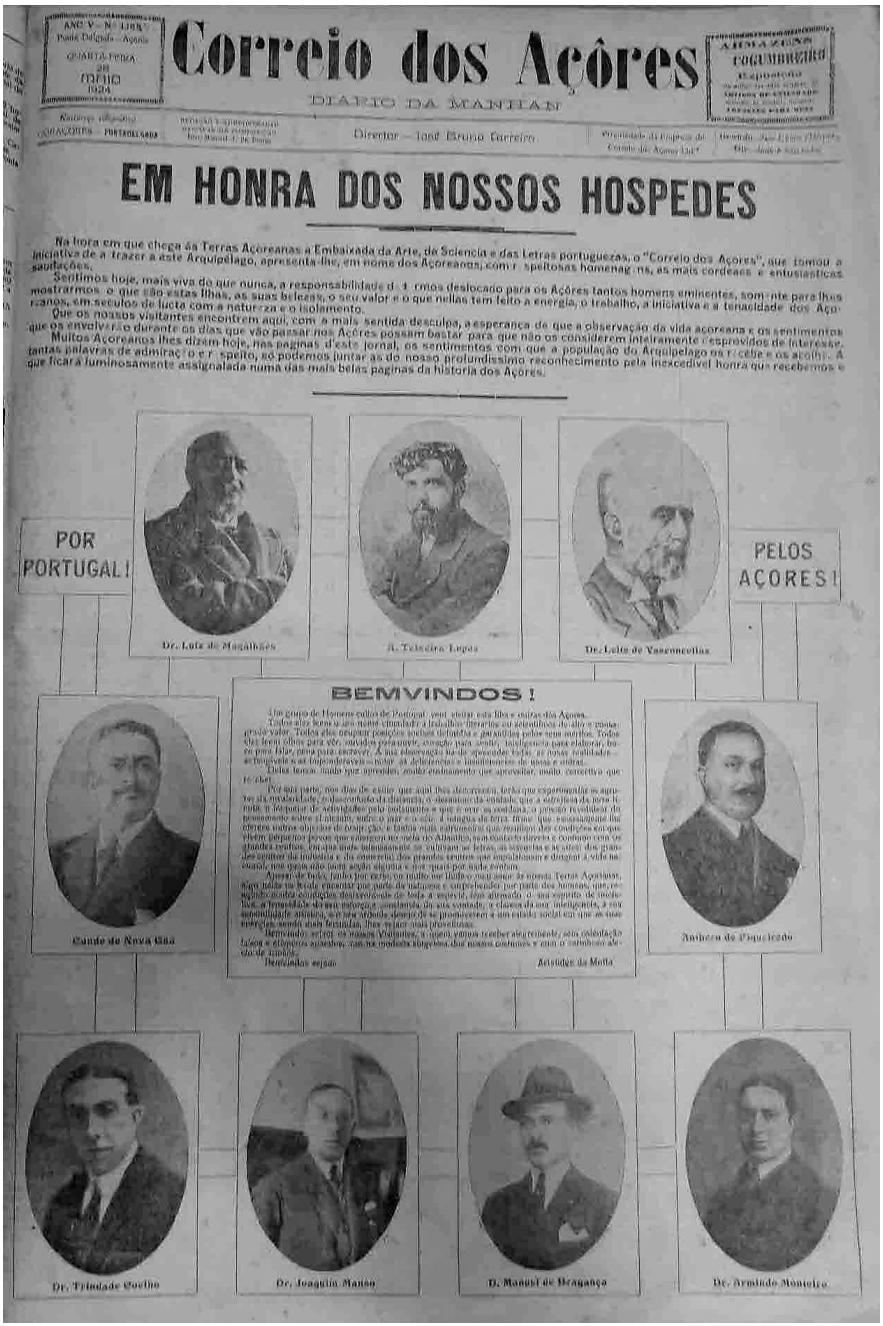
O "CORREIO DOS AÇORES„ manterá normálmente as seguintes secções: Telegrafo, Correspondencias, Imprensa portugueza, Revistas e jornaes estrangeiros, Commercio e Finanças, Politica Internacional, A questão social, Litteratura nacional e estrangeira

Recebem-se desde já assignaturas e annuncios na

RUA DA FONTE VELHA, 49

Folheto a anunciar o aparecimento do Jornal *Correio dos Açores*, fundado por José Bruno Tavares Carreiro e Francisco Luís Tavares, cujo primeiro número sairia à luz no dia 1 de Maio de 1920.

Fotografia tirada no Terreiro da Luta, em Janeiro de 1923, aquando da visita efectuada à ilha da Madeira, por José Bruno Tavares Carreiro e Luís Bettencourt e Câmara, em prol de uma acção comum na defesa das autonomias dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. José Bruno Carreiro, sentado na segunda fila, é o sexto a contar da direita. [colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]



ANO V — N.º 1381
Ponta Delgada — Açores
QUARTA-FEIRA
28
MAIO
1924

Correio dos Açôres

DIARIO DA MANHÃ

Director — José Bruno Carreiro

EM HONRA DOS NOSSOS HOSPEDES

Na hora em que chega ás Terras Açoreanas a Embaixada da Arte, de Sciencia e das Letras portuguezas, o "Correio dos Açores", que tomou a iniciativa de a trazer a este Arquipelago, apresenta-lhe, em nome dos Açoreanos, com r speitosas homenag ns, as mais cordeaes e entusiasticas saudações.

Sentimos hoje, mais viva do que nunca, a responsabilidade d 1 rmos deslocado para os Açôres tantos homens eminentes, som nte para lhes mostrarmos o que são estas Ilhas, as suas belezas, o seu valor e o que nellas tem feito a energia, o trabalho, a iniciativa e a tenacidade dos Açoreanos, em seculos de lucta com a natur za e o isolamento.

Que os nossos visitantes encontrem aqui, com a mais sentida desculpa, a esperança de que a observação da vida açoreana e os sentimentos que os envolv r o durante os dias que vão passar nos Açôres possam bastar para que não os considerem inteiramente c rrovidos de interesse.

Muitos Açoreanos lhes dizem hoje, nas paginas d'este jornal, os sentimentos com que a população do Arquipelago os r cebe e os acolhe. A tantas palavras de admiraç o e r speito, só podemos juntar as do nosso profundissimo reconhecimento pela inexcedivel honra que recebemos e que ficará luminosamente assignalada numa das mais belas paginas da historia dos Açôres.

POR PORTUGAL!

PELOS AÇORES!

Dr. Luiz de Magalhães

A. Teixeira Lopes

Dr. Leite de Vasconcellos

Conde de Nova Goa

Anthero de Figueiredo

BEMVINDOS!

Um grupo de Homens cultos de Portugal vem visitar esta Ilha e outras dos Açores.

Todos elles teem a seu nome cimentado a trabalhos literarios ou scientificos de alto e constante valor. Todos elles occupam posições sociaes definidas e garantidas pelos seus meritos. Todos elles teem obras para ver, saudades para sentir, sensação para sentir, inteligencia para elaborar, horas para ler, obra para escrever. A sua observação ha de apreender todas as novas realidades — acceptavel e as inaproveitaveis — notar as deficiencias e insufficiencias de ossos e sedras.

Todos teem muito que aprender, muito evidentemente que aprovellar, muito correctivo que receber.

Por sua parte, nos dias de exilio que aqui lhes decorrerão, terão que experimentar os agruras da mocidade, o desconforto da distancia, o desanimo da saudade que a separação da terra it nnde a despeito de adversidades pela portuguesa e que é ever as vezes a primeira revelação do pensamento sobre si mesmo, sobre o pae e o solo. A magia de terra firme que assassegue dos mares sobre objectos de proporção e linha mais rudimentares que resultam das condições em que vivem pequenos povos que vivem no meio do Atlantico, sem contacto diarios e renovos com os grandes centros. Os ilhéos estão admiravelmente se cultivam as letras, as sciencias e as artes! dos grandes centros da industria e do commercio, dos grandes centros que impulsionam e dirigem a vida nacional, nos quaes são mais acção efectiva e mais quasi por onde evolues.

Ajuntem-se todos juntos por certo os muitos ou muito mais de nossos Terras Açoreanas, aqui hoje na Ilha encantar por parte da natureza e surpreendeu por parte dos homens, que, respeitos ás duras condições desfavoraveis de toda a especie, tem alimentado o seu espirito de inculcados, a tenacidade da sua energia constante de sua vontade, e elevou da sua inteligencia, a sua assimilidade artistica, e a sua ardente desejo de se promoverem e um estado social em que as suas energias sendo mais fecundas, lhes traz mais proveitosas.

Bemvindos sejam os nossos Visitantes, e quem vimos receber alegremente, sem colonização falsa e absurdos ouvidos, com os mesmos sangueos dos nossos commum e com o carinhoso abraço de irmãos.

Bemvindos sejam.

Antonio da Mesta

Dr. Trindade Coelho

Dr. Joaquim Manso

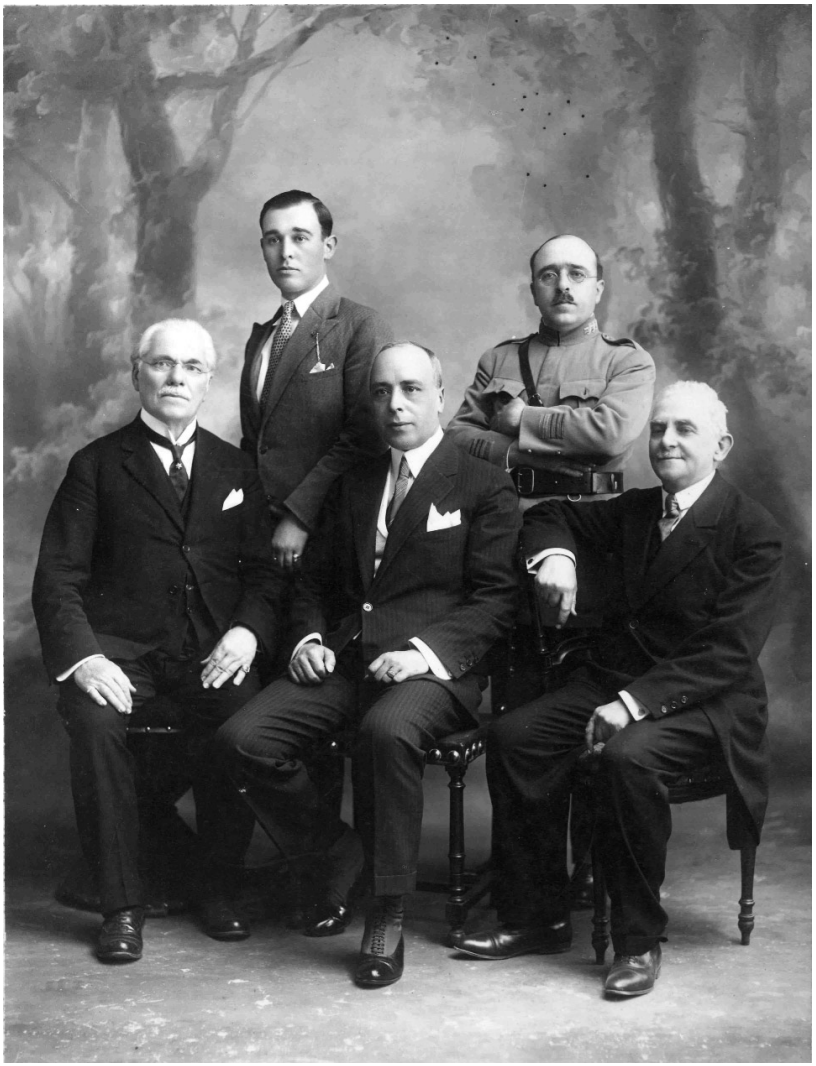
D. Manuel de Bragança

Dr. Armindo Monteiro

Primeira página do Jornal *Correio dos Açores*, de 28 de Maio de 1924, dedicada à visita dos "intelectuais portugueses".

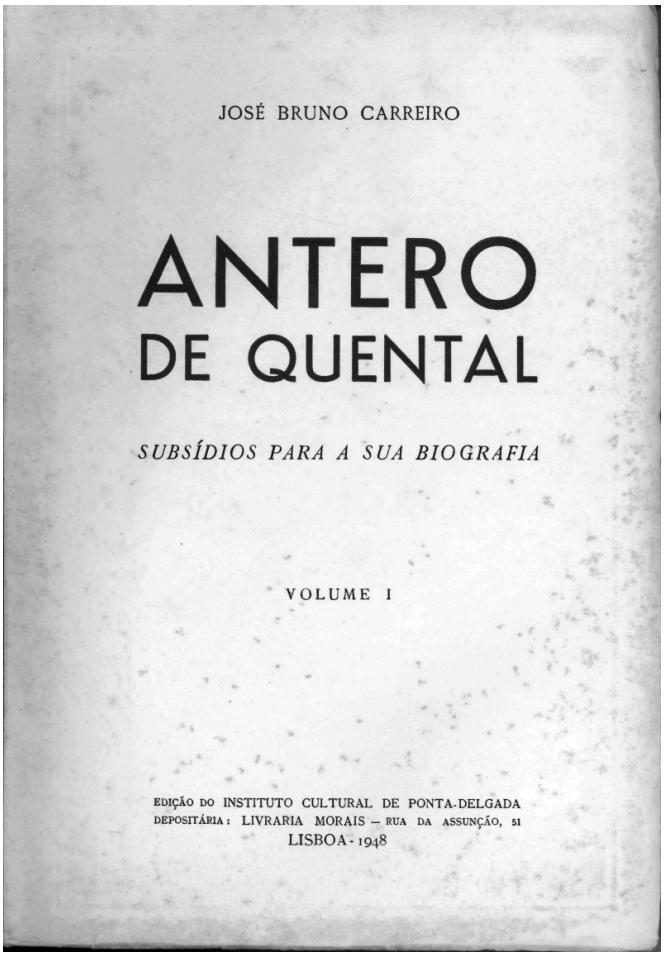
Os "intelectuais portugueses" que visitaram os Açores em 1924, a convite do jornal *Correio dos Açores*, do qual José Bruno Carreiro era director,
e a respectiva comissão de recepção na ilha de São Miguel. Da esquerda para a direita, de pé os visitantes António Teixeira Lopes, Henrique Trindade Coelho,
Luís de Magalhães, Armando Boaventura, António Hintze Ribeiro, Antero de Figueiredo, Oldemiro César, Manuel de Bragança, Luís de Castro (conde de Nova Goa),
Joaquim Manso, José Leite de Vasconcelos e Armindo Monteiro, e sentados, por imposição dos primeiros, os membros da comissão de recepção
Jacinto Fernandes Gil (visconde do Porto Formoso), Luís Bernardo Leite de Ataíde, Humberto Bettencourt de Medeiros e Câmara, José Bruno Tavares Carreiro,
Aristides Moreira da Motta, Albano Pereira da Ponte, Martim Machado de Faria e Maia e António José Canavarro de Vasconcelos.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]

Representação da *Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas, levada à cena no Teatro Micaelense em 1926,
com (da esquerda para a direita, sentados) Artur Viçoso May, Lúcio Agnelo Casimiro e José Bruno Tavares Carreiro.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]

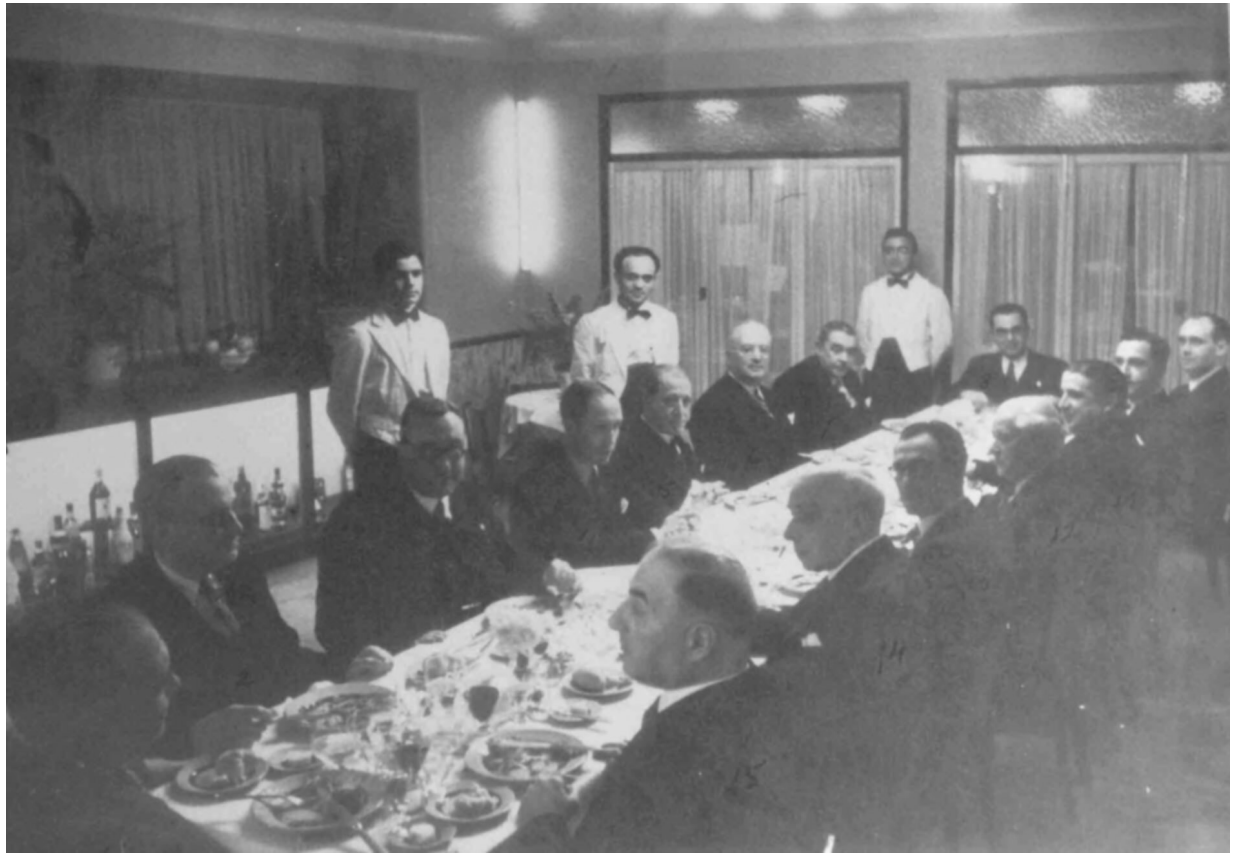


Grupo de fundadores do "Grémio Açoriano", estabelecido em Lisboa em 1927 e antecessor da actual Casa dos Açores.
Da esquerda para a direita, Manuel Veloso Armelim Júnior, Manuel Goulart de Medeiros,
José Bruno Tavares Carreiro, Manuel Augusto Borges Júnior e Carlos de Ornelas.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro]

Comemorações do centenário do nascimento de Antero de Quental,
a 18 de Abril de 1942, na biblioteca do então Liceu de Ponta Delgada.
Na presidência da mesa, José Bruno Tavares Carreiro (em substituição do Governador Civil),
ladeado à direita por Eduardo Mascarenhas (Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada)
e à esquerda por Manuel Carreiro (Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada),
e, na mesa ao lado, o orador da sessão Agnelo Casimiro.
[colecção herdeiros de José Bruno T. Carreiro].



Capa do livro *Antero de Quental, subsídios para a sua biografia*, obra maior de José Bruno Tavares Carreiro, editada pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada em 1948.



Jantar oferecido ao escritor Joaquim Paço d'Arcos pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, aquando da visita daquele à ilha de São Miguel em 1949.
Presentes, da esquerda para a direita, e no sentido dos ponteiros do relógio, Armando Côrtes-Rodrigues, António Gaspar Read Henriques, João H. Anglin,
Joaquim Paço d'Arcos (o homenageado), Humberto de Bettencourt (então Presidente da Direcção do Instituto), Germano Serrão dos Reis,
Rodrigo Rodrigues, Francisco Carreiro da Costa, Manuel Carreiro, Alberto de Oliveira, Aniceto dos Santos, Agnelo Casimiro,
Armando Cândido de Medeiros, José Bruno Tavares Carreiro e João de Simas.
[colecção Instituto Cultural de Ponta Delgada]

Os descendentes de José Bruno Tavares Carreiro, com o filho Bruno Carreiro sentado ao centro,
por ocasião da atribuição a título póstumo da Medalha de Ouro de Ponta Delgada, juntamente com
o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama; a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Berta Cabral,
e vários dos participantes no Colóquio "José Bruno Carreiro: o Homem e a Obra (nos 50 anos da sua morte)".
[colecção Câmara Municipal de Ponta Delgada]

INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA

PUBLICAÇÕES

HISTÓRIA

Fr. Agostinho de Mont'Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores,* 3 vols.
António Augusto Riley da Mota, *O Dr. Botelho e o seu Tempo*
Augusto Branco Camacho, *Bem Comum*
Francisco Afonso Chaves e Melo, *A Margarita Animada*
Francisco Machado de Faria e Maia, *Capitães dos Donatários*
—, *Capitães-Generais*
Francisco Maria Supico, *Escavações,* 4 vols.
Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra,* 6 vols.
José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*
José Maria Teixeira Dias, *Todos os Santos. Uma Casa Jesuíta em S. Miguel*
Livro da Guerra e Ordenança de Vila Franca do Campo. Sécs. XV-XVIII (Transc. por Natividade de Mendonça Dias)
Manuel Monteiro Velho Arruda, *Colecção de Documentos Relativos ao Decobrimento e Povoamento dos Açores*
Morgado João d'Arruda B. da Câmara, *Notas de Ernesto do Canto - Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*
Paulo Drumond Braga, *Do Crime ao Perdão Régio*
—, *A Inquisição nos Açores*
Rodrigo Rodrigues, *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*
Rute Dias Gregório, *Pêro Anes do Canto. Um Homem e um Património*
Sacuntala de Miranda, *Ciclo da Laranja e os "Gentlemen Farmers" da Ilha de S. Miguel (1780-1880)*
Susana Serpa Silva, *Criminalidade e Justiça*
Visconde do Botelho, *Asas Portuguesas em Demanda do Cruzeiro do Sul*
VV. AA., *Livro da 1ª Semana de Estudos dos Açores*
VV. AA., *Forum Açoriano: Associação Cívica Pensar os Açores Hoje. Actas do Colóquio*
VV. AA., *José do Canto. No Centenário da sua Morte*

LITERATURA

Armando Côrtes-Rodrigues, *Antologia de Poemas*
—, *Canção da Vida Vivida*
—, *Romanceiro Popular Açoriano*
—, *Voz do Longe,* 2 vols.
Dinis Decq Mota, *Relicário Íntimo IV*
Fernando Aires, *Era uma vez o Tempo,* 2 vols.
José da Costa, *Acordes Místicos*
José Enes, *Água do Céu e do Mar*
Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*
Leite de Vasconcelos, *Mês de Sonho*
Manuel Augusto do Amaral, *Antologia Poética*
Ruy Galvão de Carvalho, *Cinzas do Mar. Versos de Abd-el-Kader*
Vasconcelos César, *Poesias Completas de Vasconcelos César (1947-1983)*
Virgílio de Oliveira, *Poemas Escolhidos*
—, *Rosas que vão abrindo*

ENSAIO

Ana Maria Netto Viveiros, *«Os Xailes Negros» no Plano de uma Estética Literária*
António Brandão Moniz, *O Poder e o Discurso na Imprensa Quotidiana nos Açores*
Pe. Ernesto Ferreira, *Três Patriarcas do Romantismo nos Açores*
José de Almeida Pavão, *Os Seis Poetas Micaelenses*
—, *Teatro Popular Micaelense: Aspectos Genéticos e Estruturais*
—, *Caminheiros da Cultura*
—, *Aspectos Populares Micaelenses no Povoamento e na Linguagem*
—, *Nugas Linguísticas,* 2 vols.
—, *Páginas Revividas II*
José António Madeira, *Joaquim Bensaúde na Gesta dos Descobrimentos*
José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para a sua Biografia,* 2 vols.
Lúcia Costa Melo, *Ensaio de uma Perspectiva Surrealista na Vida e na Obra de Antero de Quental*
Manuel Cândido Pimentel, *Antero de Quental. Uma Filosofia do Paradoxo*
Maria do Bom Sucesso F. de Medeiros, *O Teatro Popular em S. Miguel*
Rejane Salvi, *Panorama Açoreano*

EPISTOLÁRIO

Celestino Sachet, *A Lição do Poema - Cartas de Cecília Meireles a Armando Côrtes-Rodrigues*
Cartas Particulares de José do Canto a José Jácome Correia
Teófilo Braga e Maria José Braga, *«Minha Freira». Cartas Familiares*
Francisco de Arruda Furtado, *Correspondência Científica*

DIVERSOS

Antero, ele próprio, na Vida e na Obra - Exposição
Pe. Aristides Zacarias, *Testemunho de uma Geração*
Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de Armando Cortes-Rodrigues (1891-1971)
Livraria de Antero Quental - Catálogo
Octávio H. de Medeiros, *Nascer de Novo*
—, *A Minha Casa é a Minha Igreja*

INSVLANA, vols. 1 a 65

Correspondência
Insulana
Instituto Cultural de Ponta Delgada
Rua José Maria Raposo de Amaral, 101
9500-078 Ponta Delgada
geral@icpd.pt
Apartado 1405
9501 Ponta Delgada – Açores

INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA

O Instituto Cultural de Ponta Delgada é uma Sociedade de labor literário, científico e artístico, que tem por finalidade:

— Promover o desenvolvimento de todas as actividades, estudos e trabalhos que, nos diversos ramos de especulação cultural, possam contribuir para a conservação e engrandecimento do património espiritual açoriano e muito especialmente das ilhas de S. Miguel e de Sta. Maria;

— Manter a publicação regular duma revista, como órgão da própria Sociedade;

— Editar por sua conta ou subvencionar a publicação e divulgação de inéditos, de reconhecido mérito e interesse social;

— Prestar cooperação ao progresso e defesa dos interesses turísticos das ilhas de S. Miguel e de Sta. Maria, auxiliando a propaganda das suas belezas naturais, conservação de monumentos e de todos os elementos artísticos, etnográficos e folclóricos que concorrem para a valorização daqueles interesses;

— Dedicar especial atenção às formas dialectais e às manifestações literárias e artísticas, peculiares da população local, e, bem assim, aos seus costumes, usanças e tradições, diligenciando manter, tanto quanto possível, na sua pureza, tudo quanto a tal respeito convenha preservar.

Para a consecução desses fins, procurará a Sociedade realizar sessões públicas, conferências, filmagens, exposições e congressos, ou servir-se de quaisquer outros meios que a experiência for indicando como eficazes.

Estatutos